



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES



PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MACEIÓ
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES



REITORIA

MARIA VALÉRIA COSTA CORREIA

VICE-REITORIA

JOSÉ VIEIRA DA CRUZ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

SANDRA REGINA PAZ DA SILVA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ALEJANDRO CESAR FRERY ORGAMBIDE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

JOELMA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE

PRÓ-REITORIA ESTUDANTIL

ANALICE DANTAS SANTOS

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

FLÁVIO JOSÉ DOMINGOS

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO

CAROLINA GONÇALVES DE ABREU

DIRETORIA/ICHCA

JOSÉ EDSON LINO MOREIRA

VICE-DIRETORIA/ICHCA

ALBERTO VIVAR FLORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



COLEGIADO DE CURSO

Docentes Titulares

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza – Coordenador
Profª. Ma. Adriana Lourenço
Profª. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota
Profª. Dra. Maria de Lourdes Lima
Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araujo

Docentes Suplentes

Profª. Ma. Clarice Vanderlei Ferraz
Profª. Dra. Nelma Camêlo de Araujo
Profª. Ma. Lívia Aparecida Ferreira
Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes
Prof. Me. Iuri Rocio Franco Rizzi

Representantes dos Técnico-Administrativos

Titular: João Carlos de Almeida Uchôa
Suplente: Pedro Manuel da Silva

Representantes dos Discentes

Titular: Eduardo Correia de Araújo Lima
Suplente: Andeson Medeiros do Nascimento

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Profª. Ma. Clarice Vanderlei Ferraz
Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Profª. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota
Profª. Ma. Lívia Aparecida Ferreira
Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes
Profª. Dra. Nelma Camêlo de Araujo

EQUIPE DE ATUALIZAÇÃO DO PPC

Profª. Ma. Clarice Vanderlei Ferraz
Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Profª. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota
Profª. Ma. Lívia Aparecida Ferreira
Prof. Me. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado
Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes
Profª. Dra. Maria de Lourdes Lima
Profª. Dra. Nelma Camêlo de Araujo
Profª. Ma. Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade
Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araujo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia ajustado ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.

MACEIÓ
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

U58p Universidade Federal de Alagoas. Curso de Biblioteconomia.
Projeto pedagógico Curso de Biblioteconomia / Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de Biblioteconomia. – Maceió, 2017.
195 f. : il. ; 30 cm.

Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia ajustado ao Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância.
Bibliografia: f. 125-132.
Disponível: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia>>

1. Biblioteconomia – Ensino. 2. Biblioteconomia – Formação. I. Título.

CDU 02:378:011.3-051

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Instituição Mantenedora:

Denominação: Ministério da Educação (MEC)

Código: 391

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

Dependência: Administrativa Federal

Instituição Mantida

Denominação: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço: Rodovia BR 101, Km 14, Campus A. C. Simões – Cidade Universitária,
Maceió /AL - CEP: 57.072 - 970

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Fone: + 55 82 3214 1100 (Central)

Curso de Biblioteconomia

Denominação: Biblioteconomia

Modalidade: Bacharelado Presencial

Título: Bacharel em Biblioteconomia

Dispositivo legal de autorização: Resolução nº 20/98 - CEPE/UFAL, de 11 de maio de 1998

Dispositivo legal de reconhecimento: Portaria nº 828/2005 - INEP/MEC, de 11 de março de 2015

Dispositivo legal de renovação de reconhecimento: Portaria nº 417/2011 - INEP/MEC, de 11 de outubro de 2011

Carga horária total do curso em hora/relógio: 2.900 horas

Tempo de integralização:

- Mínimo: 8 semestres letivos (4 anos)
- Máximo: 12 semestres letivos (6 anos)

Número de vagas autorizadas: 50 por ano (25 discentes por semestre)

Conceito do Curso ENADE: 3 (três)

Formas de ingresso:

- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos termos da Resolução nº 32/2009 - CONSUNI/UFAL, de 21 de maio de 2009
- Reopção, nos termos da Resolução nº 50/96 - CEPE/UFAL, de 14 de outubro de 1996, alterada pela Resolução nº 01/99 - CEPE/UFAL, de 11 de janeiro de 1999, e pela Resolução nº 10/2003 - CEPE/UFAL, de 17 de fevereiro de 2013
- Transferência, nos termos da Resolução nº 26/2009 - CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009

Turno de funcionamento: Noturno

Endereço de funcionamento:

Prédio do Curso de Biblioteconomia

Rodovia BR 101, km 14, Campus A. C. Simões – Cidade Universitária,

Maceió /AL - CEP: 57.072 - 970

Portal eletrônico: <http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/>

Endereço eletrônico: coordenacao.bib@ichca.ufal.br

Fone: + 55 82 3214 1479 (Secretaria)

Coordenador:

Nome: Edivanio Duarte de Souza

Formação acadêmica: Bacharel em Biblioteconomia (Universidade Federal da Paraíba, 1999)

Registro no Conselho Regional de Biblioteconomia – 4ª Região (PE-AL): CRB-4 1276

Titulação:

Mestre em Ciência da Informação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2004)

Doutor em Ciência da Informação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011)

Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

Tempo de exercício na docência do ensino superior: 17 (dezesete) anos

Tempo de exercício na UFAL: 13 (treze) anos

Tempo de exercício na função de coordenador: 4 (quatro) anos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
AAPB	Associação Alagoana de Profissionais em Biblioteconomia
AB	Avaliação Bimestral
AL	Alagoas
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ASI	Assessoria de Intercâmbio Internacional
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BE	Biblioteca Escola
CAA	Comissão de Autoavaliação
CAIITE	Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CBIB	Curso de Biblioteconomia
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES	Câmara de Educação Superior
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CIC	Centro de Interesse Comunitário
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUNI	Conselho Universitário
Coord.	Coordenador
CP	Conselho Pleno
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
CSAU	Centro de Ciências da Saúde
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DDC	Divisão de Desenvolvimento de Coleções
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
DPEE	Diretoria de Políticas de Educação Especial
DSU	Divisão de Serviços aos Usuários
DTT	Divisão de Tratamento Técnico
Ed.	Editora
ed.	Edição
EDICIC	Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENEED	Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão

	e Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EREBD	Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação
ESENFAR	Escola de Enfermagem e Farmácia
ETA	Escola Técnica de Artes
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
h	Horas
HUPAA	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes
IAEB	Informação e Acessibilidade em Escolas e Bibliotecas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICAT	Instituto de Ciências Atmosféricas
ICHCA	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
ISKO	International Society for Organization of Knowledge
Lab-iMetrics	Laboratório de Estudos Métricos da Informação
LACRE	Laboratório de Conservação e Restauração
LAGED	Laboratório de Gerenciamento Eletrônico de Documentos
LAPIIS	Laboratório de Pesquisa em Informação e Informática em Saúde
LEBECI	Leitura, Biblioteca Escolar e Cidadania
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LTD	Laboratório de Técnicas Documentárias
LTI	Laboratório de Tecnologias da Informação
MEC	Ministério da Educação
N	Norte
NAE	Núcleo de Assistência Estudantil
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NE	Nordeste
NF	Nota Final
Observinter	Observatório de Estudos Interdisciplinares da Informação
Org.	Organizador
PAINTER	Programa de Ações Interdisciplinares
PASS	Política de Atenção à Saúde do Servidor
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Pernambuco
PET	Programa de Educação Tutorial
PF	Prova Final
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PANAE	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PQVT	Programa de Qualidade de Vida do Trabalhador

PROEST	Pró-Reitoria Estudantil
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROFORD	Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPEP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSS	Processo Seletivo Seriado
RA	Reavaliação
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RI	Repositório Institucional
RU	Restaurante Universitário
RUA	Residência Universitária de Alagoas
SABI	Semana Acadêmica de Biblioteconomia
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1	CONTEXTO INSTITUCIONAL	11
2	CONTEXTO EDUCACIONAL	14
2.1	MARCO SITUACIONAL	16
2.2	MARCO CONCEITUAL	19
2.3	MARCO OPERACIONAL	22
2.3.1	Organização e Gestão Colegiada do Curso	23
2.3.2	Núcleo Docente Estruturante do Curso	24
2.3.3	Infraestrutura e Funcionamento do Curso	25
3	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA .	29
3.1	POLÍTICAS DE ENSINO	29
3.2	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	31
3.3	POLÍTICAS DE PESQUISA	33
3.4	POLÍTICAS DE COTAS	34
4	OBJETIVOS DO CURSO	37
4.1	OBJETIVO GERAL	37
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	37
5	PERFIL PROFISSIONAL DO(A) EGRESSO(A): CAMPO DE ATUAÇÃO E COMPETÊNCIAS	39
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	42
6.1	EIXOS TEMÁTICOS	42
6.2	MATRIZ CURRICULAR	47
6.3	DISCIPLINAS ELETIVAS	49
6.4	UNIDADES CURRICULARES E PRÉ-REQUISITOS	50
7	CONTEÚDOS CURRICULARES E BIBLIOGRAFIAS	52
7.1	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	52
7.2	DISCIPLINAS ELETIVAS	74
7.3	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS	95
8	METODOLOGIA DE FORMAÇÃO INTEGRADA	97
8.1	INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES	97
8.2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	98
8.3	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	99
8.4	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ..	101
9	ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS	104
9.1	ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	104
9.2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO	106

10	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	107
11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	110
12	AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	112
13	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DO CURSO	114
14	PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL E APOIO À COMUNIDADE	116
14.1	PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	116
14.2	PROGRAMAS DE APOIO AO(À) DISCENTE	117
14.3	PROGRAMAS DE APOIO AOS(ÀS) DOCENTES E TÉCNICOS(AS)	119
15	LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS	122
	REFERÊNCIAS	125
	ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 05/2017 – CBIB/UFAL	133
	ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 01/2017 – CBIB/UFAL	148
	ANEXO C – RESOLUÇÃO Nº 02/2017 – CBIB/UFAL	158
	ANEXO D – RESOLUÇÃO Nº 03/2017 – CBIB/UFAL	166
	ANEXO E – RESOLUÇÃO Nº 06/2017 – CBIB/UFAL	173
	ANEXO F – RESOLUÇÃO Nº 04/2017 – CBIB/UFAL	180

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é Pessoa Jurídica de Direito Público Federal, inscrita no CNPJ: 24.464.109/0001-48, sediada à Avenida Lourival de Melo Mota, s/n, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP: 57.072-970.

Preliminarmente, é importante considerar que se trata de uma Instituição Federal de Educação Superior (IFES), criada pela Lei nº 3.867/61, de 25 de janeiro de 1961, a partir do esforço de integração das antigas faculdades e escolas isoladas de Ensino Superior, fundadas entre as décadas de 1930 e 1950, a saber, Faculdade Direito (1933), Faculdade Medicina (1951), Faculdade de Filosofia (1952), Faculdade de Economia (1954), Faculdade de Engenharia (1955), Faculdade de Odontologia (1957) e Escola Padre Anchieta, onde funcionava o Curso de Serviço Social (1957).

A UFAL, como muitas outras IES brasileiras, foi criada sob a égide do processo denominado “populismo democrático”. Em síntese, tratou-se de um período marcado por grandes transformações fruto das condições de destruição e precariedade deixadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em diversas partes do mundo. Na base dessas transformações, encontravam-se as tentativas de construir uma estrutura desenvolvimentista, centrada fundamentalmente no capital industrial e financeiro. A partir dos anos 1980, o Brasil passou por um processo de democratização que condicionou paulatinamente a emergência de políticas públicas destinadas à implantação de infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no país.

Em que pesem essas condições sócio-históricas mais amplas, as IES apresentam suas particularidades, desde as condições locais e regionais aos diferentes movimentos e estratégias adotadas na consecução de seus objetivos. Nesse contexto, merece citar as assimetrias que caracterizam historicamente as condições de desenvolvimento nas diferentes regiões do país, que, muitas vezes, se traduzem pela divisão bipolar, Norte e Sul. Com efeito, essas assimetrias não apenas evidenciam necessidades diferenciadas de planejamento e implantação de instituições, programas e políticas públicas, como também possibilitam uma melhor compreensão da forma como esses vêm sendo conduzidos, nesse contexto complexo.

No particular, é importante considerar primeiro que a UFAL está situada na Região Nordeste do Brasil, que historicamente é apontada pelo atraso socioeconômico, na comparação com outras regiões do país. Segundo, está sediada no Estado de Alagoas, cujas

estatísticas apontam para uma realidade ainda menos favorável, por assim dizer, na comparação com outros estados da Região Nordeste. Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é formado por três mesorregiões, a saber, Mesorregião do Leste Alagoano, Mesorregião do Agreste Alagoano e Mesorregião do Sertão Alagoano, com 102 (cento e dois) municípios, distribuídos em 13 (treze) microrregiões.

De acordo com estimativas do Censo de 2016 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do estado é formada por 3.358.393 habitantes. No censo realizado em 2010, a população era de 3.120.494 habitantes. Há, portanto, um crescimento considerável na população, principalmente, em relação às condições socioeconômicas. Ainda de acordo com estimativa do IBGE (2016), a renda nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente nesta unidade da federação era de apenas R\$ 662,00 (seiscentos e sessenta e dois reais), que correspondia a cerca de 75% do valor do salário mínimo.

A economia do estado é formada por serviços, produção agroindustrial e pecuária, com alto grau de concentração de renda. Além disso, é fundamental destacar os elevados índices de analfabetismo, trabalho infantil e violência, embora tenha havido consideráveis melhoras nesses indicadores nos últimos anos. (IBGE, 2010, 2016).

Nesse contexto, transcorrido mais de meio século, a UFAL passou por um processo de ampliação e consolidação em diferentes áreas e, por conseguinte, é caracterizada como uma IES multidisciplinar dedicada à oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela União, com autonomia assegurada, principalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e pelos dispositivos normativos internos, alicerçados no Estatuto e no Regimento Geral.

Atualmente, a UFAL tem funcionamento descentralizado em diferentes *campi* e unidades educacionais, mantendo a sede na capital do estado, localizada no Campus A. Simões. Firmada em seu compromisso de prover para a sociedade ensino, pesquisa e extensão de forma democrática, com qualidade e socialmente referenciada, atualmente oferta regularmente cursos de graduação, pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) e profissionalização, nas diferentes regiões do Estado de Alagoas.

No ano de 2006, a UFAL iniciou o processo de interiorização implantando *campi* e unidades educacionais do litoral ao alto sertão. Na mesorregião do Leste Alagoano, implantou

as unidades educacionais de Penedo e Viçosa. Na mesorregião do Agreste Alagoano, implantou o Campus de Arapiraca e a unidade educacional de Palmeira dos Índios. E, na mesorregião do Sertão Alagoano, implantou o Campus do Sertão, com unidades educacionais em Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema.

Com essa infraestrutura descentralizada, a UFAL ofertou no ano de 2017:

- 99 (noventa e nove) cursos de graduação, sendo 88 (oitenta e oito) na modalidade presencial e 11 (onze) na modalidade de ensino a distância;
- 13 (treze) cursos de especialização;
- 41 (quarenta e um) cursos de mestrado;
- 12 (doze) cursos de doutorado.

No ano de 2013, a UFAL lançou o seu mais recente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), abrangendo o período de 2013-2017, que representa um esforço coletivo no sentido de estabelecer diretrizes, programas, projetos e ações, visando à ampliação e à melhoria de condições materiais e humanas para a promoção do ensino superior público e de qualidade no Estado de Alagoas.

Resta mencionar, nesta contextualização, que a UFAL se compromete a acompanhar as atividades desenvolvidas em seus diversos setores, sejam eles de ordem acadêmica, de serviços e de gestão, confirmando a grandeza da instituição no cenário nacional. O Curso de Biblioteconomia, como foi proposto e vem sendo mantido, é constitutivo desses processos de transformações porque vem passando o ensino superior e, especificamente, a UFAL, no que se refere à formação superior pública e de qualidade.

2 CONTEXTO EDUCACIONAL

O Curso de Biblioteconomia da UFAL foi criado por intermédio da Resolução nº 20 CEPE/UFAL, de 11 de maio de 1998, a partir do esforço conjunto de bibliotecárias da Biblioteca Central (BC/UFAL), Sueli Maria Goulart Silva e Sílvia Regina Cardeal, da Associação Alagoana de Profissionais em Biblioteconomia (AAPB), e de docentes e profissionais participantes do *Curso de Especialização em Administração e Gerência de Serviços de Informação*, que foi realizado na UFAL, em 1997, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Ensino Superior (CAPES) e da Comissão Técnica designada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFAL)¹.

A proposta apresentada às instâncias competentes da Universidade para análise e aprovação revelava uma visível preocupação em romper com a formação tradicional adotada em alguns cursos de Biblioteconomia do país, embora fosse necessário atender às exigências do currículo mínimo, em vigência.

No seu primeiro ano de funcionamento, o Curso passava pelo impacto de mudanças importantes, sobretudo, no que concerne à substituição do currículo mínimo obrigatório por diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC. Tais diretrizes visaram orientar o currículo, por isso, trazendo componentes de flexibilização, que permitiram a cada curso adaptação à sua filosofia. Para atender a essas mudanças, o Curso passou, no ano 2000, por algumas atualizações que objetivaram, primordialmente, ajustar o projeto inicial às diretrizes curriculares do MEC e alterar a denominação para Curso de Ciência da Informação, habilitação em Biblioteconomia.

Este primeiro ajuste teve como objetivo ampliar o horizonte de formação com a possibilidade de abrigar outras habilitações, tais como Arquivologia e Gestão da Informação. A finalidade era formar um(uma) profissional capacitado(a) para atuar na organização e disseminação da informação e na gestão de acervos, utilizando técnicas modernas e tecnologias de informação e comunicação contemporâneas. A atuação desse(dessa) profissional, compreendida a partir de uma reflexão crítica do valor social, econômico, político e cultural do ambiente de geração e disseminação do conhecimento, tem como referência a

¹ A Comissão Técnica responsável pela elaboração proposta do Curso de Biblioteconomia foi formada pelos(as) docentes Ana Lúcia Tenório Ribeiro Ferreira e Fernando Antônio Netto Lobo e pela, então bibliotecária da BC/UFAL, Sueli Maria Goulart, conforme portaria nº 05/96-PROGRAD/UFAL. Além dessa, o projeto recebeu sugestões dos(as) professores(as) Dr. Antônio Miranda (Universidade de Brasília – UNB), Dra. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro – IBICT/UFRJ), Dra. Maria Carmen Romcy de Carvalho (IBICT) e Dra. Maria das Graças Targino (Universidade Federal do Piauí – UFPI).

democratização do acesso aos recursos informacionais como meio de assegurar o exercício da cidadania. Essas características se coadunam com duas prioridades contemporâneas detectadas e amplamente difundidas em relatos de pesquisas, recomendações de congressos e seminários da área, bastante defendidas em meados da década de 90:

- a necessidade de atender a uma demanda potencial de profissionais competentes em tecnologias digitais de informação e comunicação; e
- a necessidade de contextualizar as atividades de informação, formando um(uma) profissional para atuar com compromisso social visando à democratização da informação para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e econômico.

Pautado nesta proposta de estrutura curricular apontando para diferentes relações interdisciplinares, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciência da Informação, com habilitação em Biblioteconomia, foi avaliado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), em 2004, sendo reconhecido, segundo a Portaria de nº 828 – INEP/MEC, de 11 de março de 2005.

A comissão de avaliação do INEP/MEC apontou, naquele momento, a necessidade de alteração da nomenclatura do Curso, voltando a denominar-se Curso de Biblioteconomia. Essa consideração foi reiterada pela PROGRAD/UFAL e prontamente realizada pelo corpo docente. Ainda no ano de 2005, a PROGRAD/UFAL solicitou, por exigência do INEP/MEC, ajuste no regime acadêmico do Curso de Biblioteconomia, que, até então, foi ofertado em regime anual.

Assim, com base no arcabouço institucional previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas normas internas da UFAL, especialmente, na Resolução nº 25/2005 - CEPE/UFAL, de 26 de outubro de 2005, que institui e regulamenta o funcionamento do regime acadêmico semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006, o Curso de Biblioteconomia passou a ser ofertado semestralmente.

A identidade atual do Curso de Biblioteconomia foi concebida a partir desse percurso de mudanças e dos marcos situacional, conceitual e operacional que o mantêm, considerando especialmente que sua estrutura curricular foi planejada e implantada em torno de um núcleo epistemológico que possibilitasse ao(à) profissional bibliotecário(a) atuar no mundo contemporâneo, globalizado e competitivo, ofertando produtos e serviços de informação imprescindíveis para o desenvolvimento social, político e econômico da sociedade.

No contexto mais amplo, é preciso considerar que a diminuição das assimetrias do ensino universitário no Brasil se constitui em necessidade social em consonância com o atual momento econômico e político por que passa o país. Há de se observar que, além das

dimensões geográficas continentais com número exorbitante de municípios, que ultrapassam os 5.000 (cinco mil), as diferenças econômicas acentuadas que se traduzem em concentração de renda repercutem na formação universitária que também se encontra nas regiões em que o setor produtivo se alicerça.

No Estado de Alagoas, em particular, grande parte da oferta de vagas em nível superior se localiza em quatro Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES): Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Além disso, boa parte dessas se encontra localizada nas principais cidades do estado, embora o ensino superior venha passando nos últimos anos por um processo de interiorização, principalmente, a partir da expansão da UFAL e da UNEAL. Disso decorre que uma grande parcela da população alagoana se encontra desprovida da possibilidade de ingressar no ensino superior.

O Curso de Biblioteconomia faz parte do elenco de cursos existente nas regiões do país que procura atender às demandas de ampliação na formação de Bibliotecários(as), na medida em que esses são compreendidos(as) como profissionais essenciais ao planejamento, à implantação e ao funcionamento de instituições sociais que encerram importante papel social, cultural e pedagógico para o(a) cidadão(ã). A partir desse entendimento, os órgãos responsáveis pela legislação e fiscalização da área Biblioteconômica no Brasil recentemente aprovaram diretrizes orientando propostas pedagógicas que privilegiem a modalidade de ensino a distância.

É pertinente ainda destacar a Lei nº 12.244/2010, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e, por conseguinte, a disponibilidade de profissionais habilitados(as), no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação daquela normativa. Portanto, em que pese a oferta de vagas nos cursos espalhados nas regiões do país, há uma grande defasagem de profissionais no mercado para atuarem nestas e em outras instituições, principalmente, em estados da Federação em que a Biblioteconomia se instalou há pouco tempo.

2.1 MARCO SITUACIONAL

Partindo da década de 90, período em que o Curso de Biblioteconomia foi implantado, é importante considerar que a realidade social, política e cultural apontava demandas e exigências que impuseram mudanças de amplas consequências nos ambientes sociais e

econômicos. Os novos paradigmas da sociedade atual indicam a informação e o conhecimento como insumos básicos para o desenvolvimento, nas diferentes esferas sociais. Com efeito, o papel definidor que tiveram a terra e a fábrica, por assim dizer, no desenvolvimento da humanidade, está hoje centrado na informação e no conhecimento. De sociedade agrária, passando pela industrial, passa-se a conviver na sociedade da informação ou sociedade do conhecimento, onde o poder está condicionado à capacidade de se produzir e utilizar informações de valor agregado, isto é, definidoras de transformação social. A atuação profissional, neste contexto, exige avanço urgente e imediato no processo educacional da população, sobre cujas bases o conhecimento se desenvolve e se aprimora, na medida em que o avanço das tecnologias e das diversas condições materiais a ela relacionadas gera melhoria nas condições de vida.

A sociedade da informação é, conforme Takahashi (2000), um novo ambiente global baseado em comunicação e informação, cujas regras e modos de operação estão sendo constituídos em todo o mundo. Não se trata somente de redes físicas e sistemas lógicos de comunicação digital que estão sendo pesquisados, desenvolvidos, instalados e utilizados mundialmente, mas essencialmente de uma miríade de novos modelos, serviços, aplicações e regras de uso àqueles relacionados, que estão sendo discutidos e desenvolvidos em escala global.

O paradigma tecnológico e as consequências industriais, sociais, econômicas e culturais da era da informação serão cada vez mais sustentados por setores de conhecimento intensivo, associados às tecnologias de informação e comunicação. Esta nova matriz tecnológica, industrial e econômica condiciona a maioria dos produtos e serviços, fundamentais para a atração de investimentos e criação sustentada de empregos nas diversas partes do mundo.

O desafio do Brasil, nesse contexto, é significativo, pois necessita avançar tecnologicamente e, assim, tornar sua economia moderna e competitiva e, ao mesmo tempo, resolver graves problemas sociais em um espaço de dimensões continentais. A rigor, o país tem pela frente inúmeros obstáculos definidores de transformação social, entre eles as diferenças regionais e a concentração do poder político-econômico e da capacidade de produção e uso de informação de valor agregado. É fundamental, portanto, identificar e organizar de forma sistemática o conhecimento produzido e, ao mesmo tempo, promover espaços em que esse possa ser disseminado e utilizado.

O planejamento racional das atividades de pesquisa em CT&I evita a repetição de erros e a fragmentação de recursos, e possibilita, em última análise, direcionar esforços para áreas

prioritárias. A dotação de uma infraestrutura de informação no país tem sido preocupação constante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, desde a década de 70, coordena a implantação de centros e sistemas de informação para este fim, em cooperação com governos e órgãos de fomento estaduais.

Assim, as atividades para implantação de um Sistema Estadual de Informação em CT&I, em estados brasileiros, têm recebido apoio significativo do IBICT, que criou uma metodologia para organização e recuperação das informações disponíveis em cada região visando a uma grande base de dados nacional. Trata-se de uma ferramenta que pretende abrigar informações sobre o potencial de CT&I em cada estado, possibilitando o embasamento de decisões políticas governamentais nos estados e municípios.

No que diz respeito ao Estado de Alagoas, sabe-se ser detentor de alto índice de analfabetismo, dominado pela monocultura da cana-de-açúcar, vivendo algumas contradições que aprofundam a crise que os estados brasileiros enfrentam: a geração de empregos depende substancialmente de investimentos governamentais, seja através da oferta de vagas no serviço público, seja no investimento em infraestrutura que viabilize a instalação efetiva de seu parque industrial bastante incipiente. Ainda assim, um percentual dos(as) profissionais demandados(as) pelo mercado é trazido de fora, muitas vezes, pela inexistência de candidatos(as) em Alagoas.

Por outro lado, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB/2010) entende que a distribuição de vagas para formação de Bibliotecários(as) é deficiente quanto ao tamanho do país, refletindo a necessidade de prover alternativas que atendam à demanda nacional. De fato, a lei 12.244, em seu artigo 3º, faz menção à obrigatoriedade da existência do(a) profissional Bibliotecário(a) nas instituições de caráter público e privado de todos os sistemas de ensino do Brasil.

Mediante as constatações explicitadas, o Curso de Biblioteconomia da UFAL vem se apresentando como alternativa para transformar o cenário com profissionais habilitados(as) para atuarem nas mais diversas unidades de informação, especificamente, escolares, especializadas, públicas e universitárias, no Estado de Alagoas. Corroborando com esse entendimento, bem como com a necessidade de ampliar a formação de profissionais nesta área é importante mencionar que, a partir do programa do governo federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a instituição vem buscando atender à forte demanda e reafirmar o seu papel como importante instrumento no desenvolvimento econômico, político, cultural e educacional do estado e da Região Nordeste.

2.2 MARCO CONCEITUAL

O Curso Biblioteconomia da UFAL é tributário do conjunto de transformações que vêm ocorrendo no campo híbrido da Biblioteconomia e Ciência da Informação, nos últimos anos. Com efeito, o campo das atividades de informação tem sido arena de mudanças e conflitos paradigmáticos, desde a segunda metade do século passado. O termo “Biblioteconomia” apontou, por muito tempo, para um conjunto de atividades de informação delimitadas dentro de um espaço físico que é a biblioteca. Essas atividades vêm sendo impactadas desde o século passado pela introdução de novos conceitos, metodologias e, mais recentemente, pelas tecnologias digitais de informação e de comunicação.

A primeira mudança paradigmática nesse campo de atividades ocorreu, no princípio do século passado, com a publicação do *Tratado de Documentação*, de Paul Otlet. O conceito de livro e as teorias que sustentavam as atividades da Biblioteconomia passaram por um processo de transformação com a introdução da noção de documento. Para Otlet (1996), o conceito de documento compreende livro, revista, jornal, disco, fundo de arquivo, fotografia, partitura de música, filme e outros, tais como amostras, espécimes, modelos e fac-símiles. Essa nova visão ampliou o campo de atuação dos(as) profissionais da área ao ultrapassar os limites do espaço da biblioteca e agregar novas práticas de organização e novos serviços de documentação e informação.

A grande renovação desse campo de atividades acontece, no entanto, com o surgimento do computador e das técnicas de recuperação da informação. O encontro da Documentação e Recuperação da Informação com o auxílio do computador possibilitou o nascimento da Ciência da Informação, que surgiu com a preocupação de resolver os problemas que envolvem a produção, a organização e a disseminação de conhecimentos. Vista dessa maneira, a Ciência da Informação constitui um campo interdisciplinar ligado à tecnologia da informação e com a responsabilidade social de organizar e disseminar conhecimentos (SARACEVIC, 1992).

Este campo de conhecimento, nos entendimentos de Borko (1968) e Le Coadic (2004), investiga as propriedades gerais e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e seu uso. É uma área de conhecimento que contempla o corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e ao uso da informação.

A Ciência da Informação é compreendida como ciência social aplicada, uma vez que busca suas teorias fundamentais e opera, principalmente, no desenvolvimento de produtos e

serviços de informação. Essa visão de um campo amplo da informação sustentado por um corpo de teorias da Ciência da Informação permite que muitas habilidades profissionais sejam ali ampliadas, aprofundadas e aprimoradas, possibilitando novas competências e outros espaços de atuação para os(as) profissionais Bibliotecários(as). Assim, além de bibliotecas e centros de documentação, historicamente identificados como espaços de atuação desse(dessa) profissional, emergem outras possibilidades vinculadas, sobretudo, à gestão de produtos e serviços de informação científica, tecnológica, empresarial, cultural e industrial. A crescente diversificação e complexidade dessas atividades exigem mudanças nos perfis dos(as) profissionais que atuam no campo.

Atento a essas mudanças, o Departamento de Políticas Públicas do MEC incorporou às diretrizes curriculares do Curso de Biblioteconomia mudanças significativas, considerando o contexto social amplo e as mudanças por que vem passando o campo híbrido da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além disso, por ser considerada uma profissão destinada à promoção de produtos, recursos e serviços informacionais, a Biblioteconomia detém um núcleo básico de conhecimentos, metodologias, técnicas e tecnologias específicas que tem como base o diálogo com diversas áreas do conhecimento, dentre as quais podemos destacar a Administração, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Comunicação Social, Filosofia, História, Letras e Psicologia.

As políticas públicas que caracterizam o Estado Moderno, ou Pós-Moderno, como sugerem alguns, nas suas interfaces com a sociedade civil, se inserem no interior de uma rede conceitual constituída pela relação entre conhecimento e informação. Ao longo dessa rede, há interfaces não só com a História, como *devir* e operação intelectual, mas com a cultura, expressão de uma teia de relações e de vestígios materiais e simbólicos produzidos pelas representações sociais (GEERTZ, 1989).

Nesse sentido, o(a) Bibliotecário(a) tem consolidado como campo de atuação todo o sistema educacional e cultural, que compreende arquivos, bibliotecas, instituições de ensino, institutos de pesquisa, museus e universidades, além de outros espaços emergentes, tais como empresas de prestação de serviços; entidades de apoio a empresas, indústrias e comércios; indústrias de pequeno, médio e grande porte; e organizações de classe, entre outras. A formação profissional considera, portanto, que a atuação do(a) Bibliotecário(a) ultrapassa as barreiras do suporte tradicional da informação, o papel, e de formas de acesso local, a biblioteca, arquivo e museu. Assim, busca-se a formação de um(uma) profissional capaz de atuar em novos contextos como técnico(a), administrador(a), consultor(a), educador(a),

estrategista e mediador(a), potencialmente habilitado(a) a contribuir com o desenvolvimento regional em toda a sua extensão.

O Curso de Biblioteconomia da UFAL busca, em certa medida, contribuir com a superação dos óbices que impedem o direito à informação e à formação na educação pública superior de qualidade, com base na garantia de direitos individuais e coletivos inerentes à construção da cidadania e do estado de direito.

A manutenção do ensino público superior no Brasil e, particularmente, na Região Nordeste, conjugada à qualificação de profissionais, responde pela gestão institucional do ensino público superior, sujeito a processos de avaliação conduzidos pelo INEP/MEC. Em conjunto, todos esses dispositivos podem assegurar não só a formação profissional do(a) Bibliotecário(a), mas o estímulo à pesquisa e à produção de conhecimento, no âmbito do ensino público superior, em conformidade com as necessidades individuais e as demandas oriundas das esferas públicas e privadas.

Partindo desse quadro histórico e conceitual, temos a dimensão geral que potencializa a formação acadêmica no Curso de Biblioteconomia, sem perder de vista a sua interface com a Ciência da Informação e áreas afins. Portanto, algumas balizas sinalizam, de modo implícito, possíveis contextos, onde intervêm a tensão entre tempo e espaço, representação social e institucional, processos e registros culturais. Estes formam uma tríade constituída por informação, tecnologia e conhecimento, representativos de diferentes sociedades e/ou agrupamentos humanos.

A institucionalização desse campo híbrido da Biblioteconomia e Ciência da Informação tem, em última análise, sua base nos registros culturais, em diferentes suportes, também denominados de documentos, que incorporam dimensões simultâneas da informação, do conhecimento e da prova (SMIT; BARRETO, 2002). Na dimensão particular da formação do(a) profissional Bibliotecário(a), em território alagoano, se inscrevem os fluxos de informação que o sistema de armazenamento e recuperação da informação constrói com base em um lastro onde estão presentes as atividades de seleção, aquisição, organização, armazenamento e uso de diferentes registros de informação, conhecimento e cultura. Essas e outras atividades que respondem pela institucionalização da informação vão se constituir nos eixos fundamentais da relação ensino-aprendizagem.

2.3 MARCO OPERACIONAL

A formação do(a) profissional em Biblioteconomia tem importância fundamental para a Região Nordeste, especialmente, para o Estado de Alagoas, pois vem ao encontro das exigências e necessidades prementes. A oferta do Curso de Graduação em Biblioteconomia se coloca como alternativa viável, voltada para o futuro, no sentido de resgatar os serviços bibliotecários incipientes e, ao mesmo tempo, avançar as fronteiras para atuação competente na sociedade da informação, contribuindo para superar as mais adversas situações que atingem este ente da Federação. Este projeto se configura como proposta significativa para o papel que a UFAL representa no espaço regional, principalmente, na produção de conhecimentos e na formação de profissionais qualificados(as) que promovam o desenvolvimento social, a partir das potencialidades advindas da informação e do conhecimento.

A concepção que orienta a operacionalização deste projeto contempla a formação do(a) Bibliotecário(a) com competências específicas para produzir, organizar e gerir informação e conhecimento, preparando-o para atuar de forma competente no apoio às diversas atividades de ensino, pesquisa, cultura, lazer e gestão da informação em CT&I, em ambientes de constantes mudanças.

Com efeito, como instituição formadora, cabe à Universidade prover a formação de profissionais que possam atuar eficazmente nesse processo, gerando novas possibilidades de avanço do conhecimento em áreas estratégicas para o desenvolvimento humano. O Curso de Biblioteconomia fundamenta-se nos princípios básicos da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, configurando-se em currículo capaz de enfrentar dois desafios importantes:

- o imperativo tecnológico, que vem exigindo o desenvolvimento e a aplicação de uma crescente gama de produtos e serviços de informação;
- a realidade regional, que apresenta altas taxas de analfabetismo.

As instituições bibliotecárias, notadamente, as bibliotecas públicas, escolares e especializadas, desempenham papel fundamental de apoio a programas de alfabetização e educação continuada de grupos sociais diversos. Para a operacionalização deste projeto, alguns elementos precisam ser descritos, especificamente, aqueles que se referem às condições administrativas e pedagógicas de implantação e manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2.3.1 Organização e Gestão Colegiada do Curso

O Curso de Biblioteconomia está subordinado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) e, em contexto mais amplo, suas decisões administrativas estão diretamente vinculadas ao colegiado desta unidade acadêmica.

O Curso de Biblioteconomia mantém organização e gestão colegiada nas esferas administrativa, pedagógica e discente, que é composta por Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Centro Acadêmico.

O Colegiado de Curso é composto por 14 (catorze) membros eleitos da seguinte forma:

- cinco docentes(as) efetivos(as), vinculados(as) ao Curso e seus(suas) respectivos(as) suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos(as) em consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- um(a) representante do corpo discente, e seu(sua) respectivo(a) suplente, escolhidos(as) em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 1 (um) ano, admitida uma única recondução;
- um(a) representante do corpo técnico-administrativo, e seu(sua) respectivo(a) suplente, escolhidos(as) dentre os(as) técnicos(as) da unidade acadêmica, eleitos(as) pelos seus pares, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução (UFAL, 2006).

O Colegiado de Curso é formado também por uma Coordenação e uma Vice-Coordenação que são exercidas por docentes eleitos(as) pelos seus membros titulares.

O Colegiado do Curso de Biblioteconomia tem as seguintes atribuições:

- coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do(a) profissional desejado(a), nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- coordenar os processos de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

- coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- colaborar com os demais órgãos acadêmicos;
- exercer outras atribuições compatíveis. (UFAL, 2010, p. 54-55).

O Centro Acadêmico Manuel Bastos Tigre é formado por discentes do Curso de Biblioteconomia eleitos(as) pelos seus pares que se encontrem em situação acadêmica regular.

Além desses componentes de organização e gestão colegiada, o Curso de Biblioteconomia constituirá coordenações de apoio para dar suporte às atividades que compõem as diferentes unidades curriculares, a saber:

- Coordenação de Estágio;
- Coordenação de Extensão;
- Coordenação de Monitoria;
- Coordenação de Pesquisa;
- Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso.

As coordenações de apoio têm suas atribuições especificadas e regulamentadas em normativas internas do Curso de Biblioteconomia e são exercidas por docentes do quadro permanente designados(as) pelo Colegiado de Curso.

As decisões colegiadas são tomadas em reuniões realizadas ordinária e extraordinariamente, cujas decisões são registradas em atas. As primeiras, em regra, acontecem na última quinta-feira de cada mês.

2.3.2 Núcleo Docente Estruturante do Curso

O NDE do Curso de Biblioteconomia foi implantado nos termos da Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL, que o institui nos cursos de graduação, em observância às determinações da Portaria nº 147/2007 - MEC, de 02 de fevereiro de 2007, da Resolução nº 01/2010 - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e do Parecer nº 04/2010 – CONAES, de 17 de junho de 2012, que contemplam a normatização, os princípios, a criação e a finalidade do NDE.

O NDE tem finalidade consultiva e propositiva em matéria didático-pedagógica. E, nesse sentido, é importante esclarecer que, mesmo antes da vigência da referida normativa, o Curso de Biblioteconomia já realizava discussões e proposições em torno de grupos de

trabalho, por assim dizer, visando ao assessoramento do Colegiado do Curso, principalmente, nos processos de atualização por que passou este PCC, nos anos de 2006 e 2008.

Com efeito, a partir da Portaria nº 522/2013 - REITORIA/UFAL, de 13 de março de 2013, que designou cinco docentes para comporem o NDE, o Curso de Biblioteconomia iniciou o processo de formalização e sistematização em torno das atividades didático-pedagógicas. Essa equipe desenvolveu uma série de atividades visando à avaliação e ao acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O NDE, em atendimento ao que dispõe o artigo 6º da Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL, vem adotando estratégias de renovação parciais, buscando assegurar a continuidade da filosofia que fundamenta o PPC. De modo mais preciso, os componentes têm como atribuição:

- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Biblioteconomia;
- contribuir para a consolidação do perfil profissional do(a) egresso(a) do Curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- incentivar o desenvolvimento dos programas de extensão, monitoria e de pesquisa, visando à consolidação do eixos temáticos do Curso e ao atendimento às demandas sociais;
- incentivar o incremento e a manutenção de conteúdos e práticas didático-pedagógicas no campo da educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnico-raciais, bem como a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

O NDE é fundamental para o alcance e a manutenção da formação profissional de qualidade, na medida em que é responsável pela dinâmica das condições de operacionalização e funcionamento do Curso de Biblioteconomia. Essa relevância vem ganhando maior significado durante o processo de adequação do PPC às atualizações curriculares, que buscam, de forma integrada, o atendimento aos instrumentos de avaliação do INEP/MEC e às demandas do contexto em que se encontra inserido.

2.3.3 Infraestrutura e Funcionamento do Curso

O Curso de Biblioteconomia funciona de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 14 h às 22 h. Para tanto, conta com uma infraestrutura organizada de forma centralizada e

descentralizada, buscando o melhor funcionamento das diversas atividades que o compõem. A parte centralizada corresponde aos espaços, mobiliário e equipamentos que formam a sede do Curso e são destinados à maioria das atividades cotidianas. A parte descentralizada é formada pelos demais espaços que a UFAL disponibiliza para os diversos cursos, tais como auditórios, bibliotecas, restaurantes, salas de aula, quadras de esporte e espaços de lazer diversos. Toda essa estrutura se encontra disponível no Campus A. C. Simões.

O Curso de Biblioteconomia, inicialmente, não tinha espaço físico próprio e funcionou nas dependências da Biblioteca Central (BC) e do Centro de Ciências da Saúde (CSAU), que hoje corresponde à Escola de Enfermagem e Farmácia (ESENFAR).

Atualmente, o Curso tem sede própria com a seguinte estrutura física:

- espaço administrativo: coordenação, vice-coordenação e secretaria;
- espaço de apoio administrativo: almoxarifado e sala de reunião;
- espaço de convivência: *hall* de entrada, corredores e copa;
- espaço de aula, estudo e pesquisa: biblioteca, laboratórios, sala de extensão, sala de fotocópias, sala de pesquisa e salas de aula;
- espaço para discentes: centro acadêmico;
- espaço para docentes: gabinetes de docentes;
- espaço para uso pessoal: banheiros e *toilets*.

É importante esclarecer que grande parte dos espaços indicados acima se encontra equipada com mobília, rede integrada de sistemas e equipamentos tecnológicos que permitem o seu uso adequado; outra parte se encontra em processo de implantação. Com efeito, é bom mencionar a importância dos laboratórios especializados, principalmente, nas áreas de técnicas documentárias e de tecnologias da informação, que são abordados em item próprio neste projeto. Essa infraestrutura permite aos(às) docentes, discentes e funcionários(as) o acesso a diversos serviços e/ou produtos, especialmente, a partir de equipamentos, recursos e redes telefônica e de wi-fi presentes, que dão cobertura a todo o perímetro de funcionamento do Curso.

Os processos administrativos e acadêmicos são, em sua maioria, realizados com base em sistemas especializados e automatizados, que compõem a central de sistema da UFAL, tais como Sistema Acadêmico, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC), entre outros.

Embora tenha sede própria, o Curso ainda conta com uma estrutura descentralizada da UFAL, principalmente, Auditório da Reitoria, Auditório da BC e salas de aulas de outros

blocos, cujo uso é condicionado à necessidade e à disponibilidade de agenda. Toda esta infraestrutura se encontra disponível para o(a) discente de Biblioteconomia no Campus A. C. Simões, em Maceió, Estado de Alagoas. Nesse conjunto, merecem destaque:

- Auditório da Reitoria;
- Auditório da BC;
- BC;
- Centro de Interesse Comunitário (CIC);
- Ginásio Poliesportivo;
- Restaurante Universitário (RU).

Além do espaço físico para atendimento à comunidade, a BC disponibiliza o acervo destinado a atender à demanda de dados, informação e conhecimento da comunidade universitária. Acrescentando ao acervo geral, que atende às bibliografias básicas e complementares do Curso de Biblioteconomia, a BC disponibiliza diversas fontes de informações técnico-científicas, dentre as quais se podem destacar bases e bancos de dados, coleções especiais (obras raras, monografias, dissertações e teses, etc.), periódicos científicos especializados e publicações de referência (atlas, biografias, dicionários, enciclopédias, etc.).

No que concerne à infraestrutura pessoal, o Curso de Biblioteconomia conta com corpo docente e corpo técnico-administrativo. O corpo docente permanente, hoje, é formado por 12 (doze) docentes, dos(as) quais 10 (dez) têm formação básica em Biblioteconomia, uma, em História e uma, em Ciências Sociais. Do total desses(dessas) docentes, 11 (onze) têm mestrado em Ciência da Informação e seis têm doutorado em Ciência da Informação. Entre os(as) mestres(as), cinco estão em processo de doutoramento, sendo quatro em Ciência da Informação e uma, em Educação.

O corpo docente é responsável, entre outras, pelas seguintes atividades:

- ministrar os conteúdos programáticos das disciplinas;
- orientar trabalhos de conclusão de curso;
- coordenar e supervisionar estágios curriculares e extracurriculares;
- desenvolver programas e projetos de extensão;
- coordenar e supervisionar atividades de monitorias;
- coordenar grupos de pesquisa, e desenvolver e orientar projetos de pesquisa;
- coordenar atividades administrativas do Curso.

O Curso de Biblioteconomia conta, complementarmente, com docentes de outras unidades acadêmicas e/ou cursos para ministrar disciplinas de fundamentação geral, tais como

Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Língua Portuguesa, Inglês Instrumental 1, Inglês Instrumental 2, Introdução à Informática e Introdução à Lógica, entre outras.

O Curso de Biblioteconomia procura manter também corpo técnico-administrativo que tem por função oferecer o apoio necessário à plena realização das atividades que subsidiam o processo ensino-aprendizagem, ao acompanhamento e à avaliação do projeto pedagógico. De modo mais preciso, essa equipe atua em funções de secretaria acadêmica, no registro e acompanhamento de procedimentos de matrícula, no registro, recebimento e acompanhamento de processos, bem como no apoio ao corpo docente e ao corpo discente, notadamente, no uso da biblioteca e dos laboratórios, entre outros.

A interação e o processo de comunicação deverão ser garantidos para o bom funcionamento do Curso de Biblioteconomia. Dessa forma, o Curso estará ancorado em uma rede de comunicação que permite a interação entre corpo docente, corpo discente, equipe de funcionários(as) e outras pessoas de outros setores e/ou instituições. Essa rede de comunicação é composta por canais formais e informais visando garantir a funcionalidade do Curso. Nesse contexto, merecem ser citados o atendimento pessoal e o atendimento remoto, especialmente, via telefone, endereço eletrônico (*e-mail*), sítio do Curso e redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter). Esses recursos são importantíssimos, principalmente, pela capilaridade que os constitui e a dinâmica que envolve a atualização, a disseminação e a recuperação de informação.

3 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Além dos parâmetros normativos nacionais, o Curso de Biblioteconomia procura atender ao conjunto de políticas estabelecidas pela UFAL, nas três esferas básicas de atuação, a saber, ensino, pesquisa e extensão, tomando como referência o PDI (UFAL, 2013c). Trata-se de um conjunto de diretrizes que, em última análise, visa à ampliação e à qualificação das atividades, dos processos e dos procedimentos que envolvem o ensino-aprendizagem no espaço institucional. Essas políticas têm com finalidade a melhoria dos cursos de graduação, a formação cidadã, o reconhecimento social e a garantia da formação adequada à proposta de perfil do(a) egresso(a).

A UFAL ainda define políticas que objetivam contribuir com redução das assimetrias presentes no ensino superior e, por conseguinte, promover a inclusão social de parte da comunidade em que se encontra inserida. Nesse contexto, merece destaque a implantação de políticas de cotas, programas de inclusão e ações afirmativas.

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO

A UFAL estabelece três grandes eixos para a implantação e consolidação das políticas de ensino, a saber, a inovação e a qualificação, a internacionalização e a gestão acadêmica.

A inovação e a qualificação são elementos fundamentais para a manutenção da qualidade no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o Curso de Biblioteconomia procura, a cada semestre, realizar um conjunto de atividades que contemple as políticas institucionais de ensino. Nesse rol, podem-se citar a realização de eventos, a organização de grupos de estudos e pesquisas, e a inserção e/ou o aprimoramento de ferramentas tecnológicas. Assim, é relevante destacar a *Semana Acadêmica de Biblioteconomia (SABI)*, que possibilita a realização de diferentes atividades visando, essencialmente, à integração entre corpo discente e corpo docente e à dinamização das práticas pedagógicas a partir de exposições, feiras de livros, hora do conto e sarau, entre outros.

No que se refere ao processo de internacionalização, o Curso de Biblioteconomia vem trabalhando em três frentes, quais sejam conteúdos curriculares, bolsas de estudo e convênios com instituições internacionais.

No domínio dos conteúdos curriculares, merece destacar o estudo de idiomas e culturas de outros países a partir da inserção da língua inglesa na matriz curricular (Inglês Instrumental 1 e Inglês Instrumental 2) e a possibilidade de inclusão de outras línguas e

culturas, por intermédio de disciplinas eletivas e de aproveitamentos de curso, sobretudo, a partir do desenvolvimento de atividades complementares que compõem a parte flexível do currículo (Espanhol Instrumental, Francês Instrumental, História da Arte, e Literatura Universal), entre outras, conforme interesses e demandas dos(as) discentes.

No domínio das políticas de bolsas de estudo direcionadas à internacionalização, destaca-se o incentivo aos(às) discentes, por meio da Assessoria de Intercâmbio Internacional (ASI) da UFAL, a participarem de editais de programas de bolsa de estudos, tais como as chamadas de *Bolsas Ibero-Americanas* e do *Programa de Bolsas Luso-Brasileiras do Santander Universidade*, entre outros. Todas as chamadas realizadas pela ASI são divulgadas junto ao corpo discente, especialmente, no sítio e nas redes sociais do Curso de Biblioteconomia.

Ainda no plano da internacionalização, a UFAL, com a participação do Curso de Biblioteconomia, estabeleceu convênios com a Universidade do Porto (Portugal) e o Museu Darwin (Rússia). O primeiro tem relação direta com a qualificação de docentes e, por conseguinte, o contato com conteúdos, idiomas e, em última análise, culturas de outros países, por intermédio da realização de programas de doutoramento. O segundo teve a participação de docentes do Curso de Biblioteconomia na organização do *I Ciclo de Debates sobre o Binômio Cultura/Natureza*, cuja temática discorreu sobre *Uma Cultura Anfíbia na Transversalidade de Saberes: Alagoas e Rússia*, realizado na cidade de Maceió, Alagoas, em novembro de 2013.

Na ocasião, foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica entre a UFAL e o Museu Darwin de Moscou, intermediado pela ASI. O intercâmbio objetivou consolidar os vínculos de pesquisa, experiência profissional e articulação científica entre as instituições citadas, com a participação direta do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), do Museu de História Natural, dos cursos de Biblioteconomia e Ciências Biológicas, e do Instituto de Ciências Atmosféricas (ICAT/UFAL). O Convênio, de modo geral, propõe a “elevação da qualidade dos trabalhos técnico-científicos e culturais, na realização de pesquisas e expedições, e na promoção de extensão” (LIMA, 2015, p. 15).

E, por fim, mas não menos importante, no conjunto de políticas institucionais de ensino, é importante destacar as diversas relações estabelecidas, direta ou indiretamente, com docentes e pesquisadores(as) de IES de outros países, em eventos realizados pelo Curso de Biblioteconomia e/ou dos quais os(as) docentes deste participam. Atinentes àqueles, é oportuno destacar o *XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD)* e o *I Encontro Internacional de Ciência da Informação:*

múltiplos saberes, realizados em Maceió, Alagoas, respectivamente, nos anos de 2011 e 2013. No que se refere a estes, pode-se destacar a participação do corpo docente em eventos internacionais tais como o *Encontro Ibérico da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação de Iberoamérica e do Caribe (EDICIC)* (Portugal, 2009, 2013; Espanha, 2015) e o *I Congresso ISKO Espanha e Portugal* promovido pela *International Society for Organization of Knowledge* (Portugal, 2013). Não se pode perder de vista os contatos anuais no *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB), promovido pela *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)*, que tem participação constante de pesquisadores(as) de diferentes países, notadamente, Argentina, Espanha, México, Portugal e Uruguai.

Em consonância com as políticas estabelecidas no PDI/UFAL (2013c), o Curso de Biblioteconomia envidará esforços no sentido de promover outros fóruns que potencializem a participação direta dos(as) discentes e docentes.

No âmbito da gestão acadêmica, o Curso de Biblioteconomia vem implantando as políticas institucionais de ensino a partir da adequação do PCC ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFAL, 2013c). Nesse contexto, é importante frisar a atuação do NDE, com base na Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL, e a participação direta dos(as) discentes e docentes na avaliação institucional. De modo mais preciso, o Curso envida esforços no sentido de realizar, pelo menos, no início de cada semestre letivo, uma reunião dedicada à discussão e à avaliação das atividades realizadas no período anterior e ao planejamento das atividades acadêmicas que serão desenvolvidas no período que se inicia.

3.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A UFAL estabelece, por meio do PDI, como um dos objetivos institucionais, a consolidação e a expansão das ações de extensão² por intermédio de suas unidades acadêmicas, promovendo substancial interação entre a universidade e a sociedade (UFAL, 2013c).

Levando-se em conta o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a universidade concebe a extensão universitária “como um processo interdisciplinar,

²Classificadas como: programas, projetos, cursos (minicurso, curso livre, curso de qualificação profissional e curso de aperfeiçoamento), eventos de extensão, prestação de serviços, produção e publicações (UFAL, 2014b).

educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (UFAL, 2014b).

Como parte orgânica da instituição, o Curso de Biblioteconomia, através do seu Colegiado, estabeleceu uma Coordenação de Extensão, que se configura como uma representação de apoio, ou seja, assume papel colaborativo junto à Coordenação do Curso para que possa articular o conhecimento construído nas dimensões do binômio ensino-pesquisa à sociedade. Desta forma, alinha-se à proposta da instituição em fixar a extensão como uma prática essencial ao processo de ensino-aprendizagem.

A extensão é considerada como um instrumento que

[...] pode proceder a difusão, socialização e democratização do conhecimento existente, bem como das novas descobertas à comunidade. A Extensão também propicia a complementação da formação dos universitários, dada nas atividades de ensino, com a aplicação prática. Assim, forma-se um ciclo onde a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de maneira que as três atividades tornam-se complementares e dependentes, atuando de forma sistêmica. (SILVA, 1997).

Nessa perspectiva, a Coordenação de Extensão busca se alinhar às diretrizes estabelecidas na Resolução nº 65/2014 – CONSUNI/UFAL, de 03 de novembro de 2014, e às proposições do Comitê Assessor de Extensão/UFAL, como também manter estreita articulação com a Unidade Acadêmica da qual faz parte – ICHCA/UFAL.

As ações extensionistas do Curso de Biblioteconomia se correlacionam com três elementos estruturantes:

- dimensões instituídas pelo PDI: formação acadêmica; produção de conhecimento; interação com a sociedade; e produção, preservação e difusão cultural;
- áreas predominantes de atuação dos(as) docentes; e
- interesses dos(as) discentes.

Dessa forma, tal estrutura possibilita uma complexa associação entre a prática, a teoria e a interação com a comunidade (externa e interna), no contexto das áreas predominantes do Curso de Biblioteconomia e seus respectivos desdobramentos e, conseqüentemente, estabelecendo uma relação com uma metodologia ampla de formação integrada, interdisciplinar e dialógica, propiciando ensino-aprendizagem não restrito à sala de aula.

As ações extensionistas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento no Curso de Biblioteconomia representam o comprometimento na formação de um(a) cidadão(ã) consciente da realidade social, tanto no âmbito local como regional e nacional, como também visam propiciar a construção de conhecimento resultante das experiências adquiridas.

De forma a exemplificar, apresentam-se tais ações de extensão: *(Re)Construindo ecologias cognitivas: ações de informação e inclusão social na Comunidade Pontal da Barra, Maceió-AL* (Educação Ambiental); *ÔdeAyé conectado: narrativas dos movimentos sociais afro-alagoanos na web* (Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena); *Do agogô ao beatbox: racismo e cultura hip-hop em Maceió* (Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena); *Memória e cultura popular em Alagoas: elaboração do guia de acervos do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore* (Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena); *A literatura de cordel incentivando a leitura; O incentivo à leitura por meio da hora do conto; Biblioencanta; Anjos do HUPAA: a arte de contar histórias e outras práticas biblioterapêuticas em hospital de ensino e assistência; SABI e produção e publicações* (cartilha e vídeo), entre outras ações.

3.3 POLÍTICAS DE PESQUISA

O PDI/UFAL (2013c) ressalta o caráter multidisciplinar da UFAL no desenvolvimento e promoção da pesquisa, no incentivo à formação de grupos e núcleos de estudo nas mais diversas áreas de conhecimento, bem como à produção científica, tecnológica e cultural qualificada.

No âmbito do Curso de Biblioteconomia, as políticas de pesquisa são desenvolvidas com significativa importância da colaboração de docentes nas orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e por meio de iniciativas institucionais de apoio a grupos e projetos de pesquisa.

Atualmente, o Curso conta com cinco grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq e certificados pela universidade, a saber:

- Informação e Acessibilidade em Escolas e Bibliotecas (IAEB);
- Laboratório de Estudos Métricos da Informação na Web (Lab-iMetrics);
- Laboratório de Pesquisa em Informação e Informática em Saúde (LAPIIS);
- Leitura, Biblioteca Escolar e Cidadania (LEBECI);
- Observatório de Estudos Interdisciplinares da Informação (Observinter).

Os grupos contam com recursos advindos de editais internos, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa de Ações

Interdisciplinares (PAINTER); e externos, como, por exemplo, editais e programas de auxílio à pesquisa locais, como da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), e nacionais, do CNPq. Nesses casos, a participação do(a) discente nas atividades de pesquisa se dá por meio de seleção e vínculo aos projetos de pesquisa aprovados de docentes, sendo desenvolvidos e acompanhados por planos de atividades individuais e relatórios, parciais e finais.

O Curso de Biblioteconomia procura estimular a criação de ambientes de produção acadêmica científica, com a participação de docentes e discentes, inseridos(as) em grupos de pesquisa reconhecidos e certificados pela UFAL/CNPq, além de incentivar os(as) discentes a iniciarem suas atividades de pesquisa e a participarem de eventos científicos, e, sempre que possível, com a submissão de artigos. Como resultado destas ações, discentes e docentes do Curso têm publicado resultados de suas pesquisas em revistas científicas da área e participado de eventos científicos tanto internos à UFAL como eventos externos.

Os eventos internos mais recorrentes são a *SABI* e o *Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia (CAIITE)*. A primeira é organizada pelo Curso e o segundo, pela UFAL, com a participação do Curso. Os eventos externos com maior participação dos(as) discentes e docentes são, respectivamente, *Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação (ENEBD)* e *Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação (EREBD)*, e CBBD e ENANCIB.

Nesse contexto, ainda é importante mencionar o incentivo à produção docente e discente com a edição da *Ciência da Informação em Revista*, desde o ano de 2014. Trata-se de um periódico científico corrente de publicação quadrimestral, que tem como finalidade promover a produção e a divulgação do conhecimento técnico-científico no campo multidisciplinar da Ciência da Informação e Biblioteconomia, e de áreas afins.

3.4 POLÍTICAS DE COTAS

A UFAL implantou em 2004 um sistema de cotas que orienta os princípios de sua política institucional voltada a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e históricas em nosso país. Ressalta-se que esta Universidade mantém compromissos com a adequação contínua do seu Programa de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes no Ensino Superior na UFAL, condição utilizada tanto para atender à legislação federal vigente quanto ao acolhimento das manifestações pertinentes apresentadas pela sociedade civil. Assim, seus

órgãos colegiados, especialmente o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão (CEPE)³ e o Conselho Universitário (CONSUNI), baseiam regulamentações do tema com diretrizes normativas para o estabelecimento do emprego das cotas na UFAL.

É importante apontar que a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa nº 18/2012 - MEC, de 11 de outubro de 2012, são disposições legais que determinam o ingresso, a distribuição e a reservas de vagas nos cursos de graduação ofertados pelas IFES.

A relevância de ações afirmativas que representem a inserção de cotas nas vagas ofertadas pelos cursos de graduação da UFAL pode ser confirmada com a série de resoluções que foram determinadas por esta instituição. Primeiramente, cita-se a Resolução nº 33/2003 - CONSUNI/UFAL, de 06 de novembro de 2003, que aprovou o Programa de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes no Ensino Superior na UFAL.

Posteriormente, um conjunto de outras resoluções incorporou os seus esforços institucionais para regulamentar o tratamento da questão de cotas. Neste sentido, para efeito de evidenciar a disposição institucional sobre o tema, faz-se necessário citar as seguintes resoluções estabelecidas por esta Universidade: Resolução nº 09/2004 - CEPE/UFAL, de 10 de maio de 2004, que redefine normas referentes ao Processo Seletivo Seriado (PSS) para ingresso nos cursos de graduação da UFAL; Resolução nº 01/2007 - CONSUNI/UFAL, que aprovou *ad referendum*, a consolidação das normas reguladoras do Processo Seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação da UFAL; Resolução nº 40/2007 - CONSUNI/UFAL, de 18 de junho de 2007, que define critérios de matrícula institucional e acadêmica de discentes ingressantes na UFAL através do PSS/UFAL; Resolução nº 54/2012 - CONSUNI/UFAL, 05 de novembro de 2012, que normatiza a reserva de vagas (cotas) no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL; Resolução nº 76/2013 - CONSUNI/UFAL, de 04 de novembro de 2013, que estabelece percentual de 30% a ser aplicado na reserva de vagas do processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL em 2014; e Resolução nº 60/2014 - CONSUNI/UFAL, de 06 de outubro de 2014, que estabelece percentual de 40% a ser aplicado na reserva de vagas do processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL e da Escola Técnica de Artes (ETA/UFAL) em 2015.

Essas normativas evidenciam que o reconhecimento do dever público sensibiliza as diversas instâncias e colegiados desta Universidade com o engajamento de ações afirmativas que visem promover contribuições para eliminar ou, pelo menos, minimizar as distorções

³ Com a reforma universitária, o CEPE foi extinto, mas as normativas não revogadas expressamente continuam em vigência.

historicamente imposta à sociedade brasileira. Em tal perspectiva, consta entre as metas estratégicas registradas no último PDI o anseio de “Ampliação do sistema de cotas da UFAL dos atuais 20% para 50% em três anos” (UFAL, 2013c, p. 19).

No âmbito do Curso de Biblioteconomia, predomina espírito de comprometimento social em que o Programa de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes no Ensino Superior na UFAL idealiza as suas fundamentações. O Curso não dispõe de diretrizes normativas internas para regulamentar as suas ações tocantes à adoção de cotas, considerando que as determinações são estabelecidas pelas instâncias superiores, mas o engajamento institucional persiste na filosofia pedagógica adotada para formar sujeitos críticos e conscientes a respeito das distorções existentes na realidade brasileira.

Pautado em princípios educacionais que valorizam a diversidade sociocultural, o Curso de Biblioteconomia orienta-se pela metodologia de formação integrada para estabelecer a composição de repertórios didáticos que contemplem atitudes teóricas e práticas de ensino em áreas interdisciplinares. Assim, temas e ações que priorizem reflexões e experiências com “Educação Ambiental”, “Educação em Direitos Humanos” e “Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena” são abordagens imprescindíveis à plena formação do(a) profissional Bibliotecário(a).

As questões sociais e raciais que implicam a urgência do delineamento de políticas públicas em sistemas de cotas são temáticas explícitas e implícitas, nos programas e projetos de extensão, que fundamentam os princípios idealizados na formação profissional adotada pela pedagogia instituída no Curso de Biblioteconomia da UFAL.

4 OBJETIVOS DO CURSO

A Biblioteconomia possui em sua trajetória uma tradição que permite caracterizá-la como “[...] área do conhecimento que estuda as práticas, perspectivas e as aplicações de métodos de representação e gestão da informação e do conhecimento em diferentes ambientes de informação [...]” (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 60). Logo, essa área do conhecimento torna-se imprescindível, pois permite ter a informação como objeto ou instrumento de trabalho, conseqüentemente, há urgência de um(uma) profissional para ser o(a) mediador(a) entre a informação e aqueles(as) que dela necessitam para a tomada de decisões.

Assim, o Curso de Graduação em Biblioteconomia, no contexto social em que se apresenta, busca alinhar-se ao objetivo estratégico desta instituição que visa “Proporcionar formação contemporânea: flexível e adaptável” (UFAL, 2013c, p. 19). Ao considerar tal finalidade norteadora emanada pelo PDI, o Curso estabeleceu, em consonância com os componentes curriculares, os objetivos a seguir.

4.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais competentes para atuarem de forma crítica e inovadora no ciclo informacional⁴, por meio dos espaços multirreferenciais de informação presentes na sociedade.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver potencial criativo nos(nas) discentes para atuarem como gestores(as) e/ou mediadores(as) da informação nos diversos segmentos institucionais;

⁴ O ciclo informacional, conforme o documento “Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura” (BRASIL, 2010, p. 14), compreende: produção, mediação, acesso, uso, disseminação, recuperação e apropriação da informação. Em sua atividade, recupera, coleta, produz, seleciona, trata e dissemina informações; forma, desenvolve, avalia e preserva acervos informacionais. Medeia o acesso, a busca, o uso e a apropriação da informação. Explora, produz, aplica, adapta e utiliza Tecnologias da Informação e da Comunicação. Cria, organiza, provê, dissemina e avalia produtos e serviços de informação. Elabora e gerencia políticas, programas, planos e projetos para a prospecção e a promoção de serviços de informação. Participa, assessora e intervém na formulação de políticas de informação. Identifica, analisa e traduz necessidades informacionais em contextos sociais específicos. Coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e as questões socioambientais.

- Preparar os(as) discentes para o tratamento, mediação, transferência e uso da informação independentemente do ambiente, suporte e tecnologia;
- Possibilitar aos(às) discentes uma postura crítica, criativa e inovadora para desenvolverem de maneira empreendedora diversificadas formas autônomas de atuação profissional na sociedade: consultorias, diagnósticos, pesquisas, produtos, projetos e serviços.

5 PERFIL PROFISSIONAL DO(A) EGRESSO(A): CAMPO DE ATUAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Biblioteconomia, como diversos campos científicos e profissionais, encontra-se em um processo de modernização tanto nas suas práticas como nos serviços que disponibiliza para a sociedade. Assim, essa área do conhecimento “[...] estende a sua esfera de atuação para outros setores da sociedade [...] na medida em que amplia o conceito de acesso aos itens bibliográficos e documentais para o acesso à informação.” (SOUZA, 2015, p. 37).

O acesso à informação torna-se potencialmente crítico para a sociedade para que possa adquirir maior consciência em relação às suas ações e decisões e ao exercício de sua cidadania. A atuação do(a) profissional graduado(a) em Biblioteconomia encontra-se em espaços nos quais a informação torna-se um instrumento de trabalho, podendo atuar como gestor(a) e/ou mediador(a) da informação, pesquisador(a) e de maneira autônoma. Então, consideram-se como *loci* próprios de atuação do(a) bibliotecário(a): IES, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica, unidades, redes, sistemas e serviços de documentação e informação localizados em centros de pesquisa, centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos, jornais e ainda atuando como microempreendedores(as) ou fornecendo serviços de consultoria (BRASIL, 2010c).

Nessa perspectiva, o perfil estabelecido para o(a) Bacharel(a) em Biblioteconomia ou Bibliotecário(a) do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFAL considera o domínio dos conteúdos presentes em sua estrutura curricular que possibilite ao(à) egresso(a) desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício profissional, desta forma, que possam intervir e gerar valor de forma ética nos diversos contextos sociais, tanto no âmbito local, regional e nacional. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares em Biblioteconomia, as competências e habilidades gerais dos(as) graduados(as) compreendem:

- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;

- responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

As Diretrizes Curriculares ainda determinam as seguintes competências e habilidades específicas para os(as) graduados(as) em Biblioteconomia:

- interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

A articulação entre conteúdos disciplinares das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Curso possibilita estruturar cinco áreas predominantes de atuação: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Organização, Processamento e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Tecnologia da Informação; e Gestão de Unidades e Serviços de Informação.

Em face da complexidade e diversidade presentes no contexto social, econômico, político e cultural do Estado de Alagoas, o Curso de Biblioteconomia evidencia um duplo perfil. A atual proposta do Curso de Biblioteconomia defende como base teórica a Ciência da Informação, com conteúdos de fundamentação geral, aliados aos conteúdos específicos de modo a possibilitar a formação de um perfil comum e um perfil específico.

O perfil comum define um(uma) profissional com espírito crítico, domínio das práticas essenciais de produção e difusão do conhecimento, para suprir demandas relativas ao seu campo de atuação, trabalhando em unidades de informação como espaços onde se praticam a reflexão, a pesquisa e a produção do conhecimento. O perfil específico, por sua vez, define ser o(a) bibliotecário(a) um(uma) profissional qualificado(a) para interagir com o processo de transferência da informação, da geração ao uso, e dos registros do conhecimento, participando da interpretação crítica da realidade social.

Os(As) egressos(as) do Curso de Biblioteconomia deverão, assim, ser capazes de atuar junto a instituições e organizações que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação, centros de informação, centros culturais,

serviços, redes e sistemas de informação públicos e/ou privados, órgãos de gestão do patrimônio cultural, etc.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Biblioteconomia mantém sua organização curricular com fundamento em três princípios estabelecidos no Regimento Geral da UFAL, a saber, a compreensão do currículo de forma integrada, a oferta de formação teórica e prática, e a flexibilização curricular (UFAL, 2006).

Assim, buscando se adequar ao disposto acima, a organização curricular compõe-se de um conjunto de unidades curriculares distribuídas da seguinte forma:

- **Parte fixa obrigatória:**
 - Disciplinas obrigatórias;
 - Disciplinas eletivas;
 - Estágios Supervisionados Obrigatórios;
 - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- **Parte flexível obrigatória:**
 - Atividades complementares.

Essas unidades curriculares estão organizadas em eixos temáticos e distribuídas em períodos letivos, considerando os domínios teórico-conceituais e, complementarmente, as relações de coordenação e subordinação entre os conteúdos que as constituem. Essas têm por finalidade a organização sistemática dos conteúdos e o estabelecimento de pré-requisitos entre algumas unidades curriculares.

6.1 EIXOS TEMÁTICOS

O Curso de Biblioteconomia está organizado em seis eixos temáticos, abrangendo conteúdos de formação geral e conteúdos específicos ou profissionalizantes, conforme o Parecer nº 492/2001 - CES/CNE/MEC, de 03 de abril de 2001, que estabelece, entre outras, as diretrizes curriculares para o Curso de Biblioteconomia.

Do ponto de vista operacional, os eixos temáticos compõem as grandes áreas de estudos e pesquisas adotadas na formação profissional. Cada eixo temático tem ementa e objetivos bem definidos que, no conjunto, visam ao alcance da formação desejável do(a) Bibliotecário(a).

Eixo 0: Fundamentos Gerais**Ementa:**

Formação geral externa ao campo da Biblioteconomia. Fundamentos sociais e humanísticos da formação em Biblioteconomia.

Objetivos:

- Compreender a relevância de outras áreas de conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);
- Oferecer fundamentos sociais e humanísticos à formação do(a) Bibliotecário(a);
- Potencializar o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos na formação do(a) Bibliotecário(a).

Disciplinas:

- Formação Social, Econômica e Política do Brasil
- Inglês Instrumental 1
- Inglês Instrumental 2
- Língua portuguesa
- Espanhol Instrumental (eletiva)
- Francês Instrumental (eletiva)
- História da Arte (eletiva)
- História e Cultura de Alagoas (eletiva)
- Informação e Cidadania (eletiva)
- Introdução à Lógica (eletiva)
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (eletiva)
- Literatura Brasileira (eletiva)
- Literatura Universal (eletiva)
- Teoria da Comunicação (eletiva)

Eixo 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação**Ementa:**

Delimitação dos campos científicos e profissionais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Produção, registro e comunicação da informação e do conhecimento. Formação e atuação profissional.

Objetivos:

- Situar os processos de produção, registro e comunicação da informação e do conhecimento na formação do(a) Bibliotecário(a);
- Introduzir aspectos teóricos e metodológicos na formação do(a) Bibliotecário(a);
- Conhecer os principais espaços de atuação profissional do(a) Bibliotecário(a).

Disciplinas:

- História da Cultura e dos Registros do Conhecimento
- História do Pensamento Científico
- Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
- Métodos e Técnicas de Pesquisa
- Biblioteca e Sociedade (eletiva)
- Comunicação Científica e Métricas da Informação na Web (eletiva)
- Elaboração de Trabalho Científico (eletiva)
- Seminário de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação (eletiva)
- Semiótica da Informação (eletiva)

Eixo 2: Organização, Processamento e Tratamento da Informação**Ementa:**

Aspectos teóricos e práticos dos processos de tratamento e organização da informação. Instrumentos e produtos de tratamento e organização da informação.

Objetivos:

- Apreender os aportes teóricos dos processos de tratamento e organização da informação;
- Desenvolver competências práticas nos processos de tratamento e organização da informação;
- Usar os instrumentos auxiliares nos processos de tratamento e organização da informação;
- Elaborar produtos destinados à recuperação da informação.

Disciplinas:

- Análise da Informação 1
- Análise da Informação 2

- Representação Descritiva 1
- Representação Descritiva 2
- Representação Temática 1
- Representação Temática 2
- Informação Documental e Histórica (eletiva)
- Seminários de Organização da Informação (eletiva)
- Técnicas de Preservação e Restauração de Documentos (eletiva)

Eixo 3: Recursos e Serviços de Informação

Ementa:

Contextos de produção, disseminação e uso da informação. Ciclo informacional. Tipologias de recursos e serviços de informação. Políticas de formação e desenvolvimento de coleções.

Objetivos:

- Conhecer os contextos diversos de produção, disseminação e uso de informação;
- Planejar e elaborar políticas de formação e desenvolvimento de coleções;
- Capacitar para o desenvolvimento de atividades de (re)seleção, aquisição, avaliação, e desbastamento de fontes de informação;
- Elaborar programas e cursos de educação e treinamento de usuários(as);
- Desenvolver competências na disseminação de recursos e serviços de informação.

Disciplinas:

- Fontes e Disseminação da Informação 1
- Fontes e Disseminação da Informação 2
- Formação e Desenvolvimento de Coleções 1
- Formação e Desenvolvimento de Coleções 2
- Biblioteca e Ação Cultural (eletiva)
- Contação de Histórias (eletiva)
- Editoração (eletiva)
- Fontes Documentais: uso e produção (eletiva)
- Leitura e Biblioteca (eletiva)

Eixo 4: Gestão de Unidades e Serviços de Informação

Ementa:

Fundamentos teóricos da Administração. Perfis de usuários(as) e necessidades de informação. Planejamento, implantação e promoção de unidades e serviços de informação.

Objetivos:

- Introduzir as teorias gerais da Administração na formação do(a) Bibliotecário(a);
- Planejar e realizar estudos de usuários(as) e de necessidades de informação;
- Estudar e elaborar programas, políticas e projetos nos diversos contextos da informação;
- Desenvolver competências em coordenação e assessoramento em ambientes dinâmicos da informação.

Disciplinas:

- Administração de Unidades da Informação
- Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1
- Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 2
- Planejamento e Gestão de Serviços da Informação
- Políticas de Informação Científica, Tecnológica e Empresarial
- Políticas Regionais de Informação e Cultura
- Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas
- Economia da Informação (eletiva)
- *Marketing* Aplicado à Biblioteconomia (eletiva)
- Seminários sobre Empreendedorismo (eletiva)

Eixo 5: Tecnologias da Informação

Ementa:

Infraestrutura de tecnologias da informação. Bibliotecas digitais, eletrônicas e virtuais. Processos eletrônicos de tratamento, disseminação, recuperação e gestão da informação.

Objetivo:

- Estudar as transformações tecnológicas no contexto da informação;
- Conhecer sistemas operacionais, aplicativos e interfaces no contexto das unidades de informação;

- Instrumentalizar a formação no uso de tecnologias digitais, eletrônicas e virtuais;
- Capacitar o(a) formando(a) para automação de produtos, serviços e unidades de informação.

Disciplinas:

- Informática Aplicada à Biblioteconomia 1
- Informática Aplicada à Biblioteconomia 2
- Introdução à Informática
- Tecnologias de Disseminação da Informação
- Informação e Processos Tecnológicos (eletiva)
- Sistemas de Informação e Internet (eletiva)
- Tecnologias de Informação em Saúde (eletiva)

6.2 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Biblioteconomia é composta por 2.900 (duas mil e novecentas) horas, atendendo à Resolução nº 2/2007 - CES/CNE/MEC, de 18 de junho de 2017, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Nos termos desse dispositivo, o Curso de graduação em Biblioteconomia tem carga horária mínima de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas que devem ser integralizadas em três ou quatro anos (BRASIL, 2007).

O total de horas que compõe a matriz deste PPC está distribuído em oito semestres letivos e, por conseguinte, deve ser integralizado no período mínimo de quatro anos letivos, atendendo ao disposto no artigo 2º, III, a, do referido dispositivo legal.

A matriz curricular é composta por quatro unidades curriculares, a saber, disciplinas, estágios supervisionados, TCC e atividades complementares, conforme o Quadro 1.

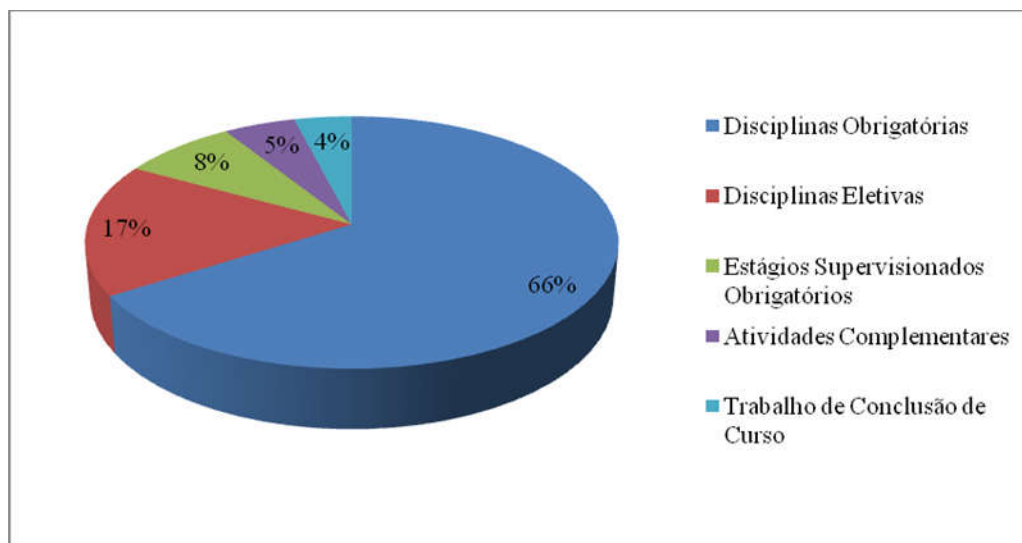
Outro elemento que deve ser observado na matriz curricular se refere aos percentuais dos componentes curriculares, especificamente, dos estágios e das atividades complementares, que, no conjunto, não devem exceder o limite de 20% da carga horária total do curso, exceto quando houver alguma determinação legal (BRASIL, 2007).

Quadro 1 – Matriz Curricular

Semestre	Unidades Curriculares (Disciplinas, Estágios Supervisionados e TCC)	Carga Horária Parcial		Carga Horária Total
		Teórica	Prática	
1º	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação	60 h	20 h	80 h
	Língua Portuguesa	60 h	20 h	80 h
	Inglês Instrumental 1	30 h	30 h	60 h
	Introdução à Informática	40 h	40 h	80 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	360 h
2º	História do Pensamento Científico	60 h	20 h	80 h
	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	60 h	20 h	80 h
	Informática Aplicada à Biblioteconomia 1	30 h	30 h	60 h
	Inglês Instrumental 2	30 h	30 h	60 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	340 h
3º	Informática Aplicada à Biblioteconomia 2	30 h	30 h	60 h
	Representação Temática 1	30 h	30 h	60 h
	Representação Descritiva 1	30 h	30 h	60 h
	História da Cultura e dos Registros do Conhecimento	60 h	20 h	80 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	320 h
4º	Análise da Informação 1	30 h	30 h	60 h
	Representação Temática 2	30 h	30 h	60 h
	Representação Descritiva 2	30 h	30 h	60 h
	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1	40 h	20 h	60 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	300 h
5º	Formação e Desenvolvimento de Coleções 1	40 h	20 h	60 h
	Fontes e Disseminação da Informação 1	40 h	20 h	60 h
	Métodos e Técnicas de Pesquisa	40 h	40 h	80 h
	Administração de Unidades de Informação	60 h	20 h	80 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	340 h
6º	Estudo de Usuários e Necessidades de Informação 2	40 h	20 h	60 h
	Formação e Desenvolvimento de Coleções 2	40 h	20 h	60 h
	Fontes e Disseminação da Informação 2			60 h
	Planejamento e Gestão de Serviços de Informação	60 h	20 h	80 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	320 h
7º	Políticas Regionais de Informação e Cultura	40 h	20 h	60 h
	Políticas de Informação Científica, Tecnológica e Empresarial	40 h	20 h	60 h
	Tecnologias de Disseminação da Informação	40 h	20 h	60 h
	Estágio Supervisionado 1	-	120 h	120 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	360 h
8º	Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas	40 h	20 h	60 h
	Análise da Informação 2	30 h	30 h	60 h
	Estágio Supervisionado 2	-	120 h	120 h
	Trabalho de Conclusão de Curso	60 h	60 h	120 h
	Eletiva	-	-	60 h
	TOTAL	-	-	420 h
Disciplinas				2.400 h
Estágios Supervisionados				240 h
Atividades Complementares				140 h
Trabalho de Conclusão de Curso				120 h
Carga Horária do Curso				2.900 h

No Gráfico 1, consta a distribuição dos percentuais de horas das unidades curriculares. A partir dele é possível constatar que o Curso de Biblioteconomia atende ao disposto na Resolução nº 2/2007 - CES/CNE/MEC, na medida em que os estágios supervisionados e as atividades complementares constituem 13% do total da carga horária a ser integralizada.

Gráfico 1 – Percentuais dos Componentes Curriculares do Curso de Biblioteconomia



É importante lembrar também que as horas complementares compreendem a parte flexível do Curso e o TCC tem seu percentual de horas computado, mas não distribuído semanalmente. Além disso, as atividades de pesquisa e extensão são contempladas a partir da inserção das horas no cômputo das atividades complementares.

6.3 DISCIPLINAS ELETIVAS

A organização curricular do Curso de Biblioteconomia é composta por 29 (vinte e nove) disciplinas eletivas que são ofertadas semestral e alternadamente, conforme demanda discente e disponibilidade de docentes para ministrá-las.

O(A) discente regular deverá escolher oito disciplinas, uma por período, para integralizar sua formação, totalizando 480 (quatrocentos e oitenta) horas. As escolhas das disciplinas representam, em certa medida, flexibilização curricular e, por conseguinte, devem ter por base a opção vocacional do(a) discente, dentro do conteúdo multidisciplinar da Biblioteconomia. As disciplinas eletivas serão ofertadas a partir do primeiro período. Todas as disciplinas eletivas têm carga horária de 60 (sessenta) horas/aulas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Disciplinas Eletivas

Disciplinas	Carga Horária Parcial		Carga Horária Total
	Teórica	Prática	
Biblioteca e Ação Cultural	20 h	40 h	60 h
Biblioteca e Sociedade	40 h	20 h	60 h
Comunicação Científica e Métricas da Informação na Web	30 h	30 h	60 h
Contação de História	30 h	30 h	60 h
Economia da Informação	45 h	15 h	60 h
Editoração	30 h	30 h	60 h
Elaboração de Trabalho Científico	40 h	20 h	60 h
Espanhol Instrumental	30 h	30 h	60 h
Fontes Documentais: uso e produção	40 h	20 h	60 h
Francês Instrumental	30 h	30 h	60 h
História da Arte	45 h	15 h	60 h
História e Cultura de Alagoas	40 h	20 h	60 h
Informação Documental e Histórica	40 h	20 h	60 h
Informação e Cidadania	45 h	15 h	60 h
Informação e Processos Tecnológicos	40 h	20 h	60 h
Introdução à Lógica	40 h	20 h	60 h
Leitura e Biblioteca	40 h	20 h	60 h
Libras – Língua Brasileira de Sinais	40 h	20 h	60 h
Literatura Brasileira	45 h	15 h	60 h
Literatura Universal	45 h	15 h	60 h
Marketing Aplicado à Biblioteconomia	40 h	20 h	60 h
Seminário sobre Empreendedorismo	20 h	40 h	60 h
Seminários de Integração em Biblioteconomia e Ciência da Informação	20 h	40 h	60 h
Seminários em Organização da Informação	20 h	40 h	60 h
Semiótica da Informação	45 h	15 h	60 h
Sistemas de Informação e Internet	40 h	20 h	60 h
Técnica de Preservação e Restauração de Documentos	30 h	30 h	60 h
Tecnologias de Informação em Saúde	40 h	20 h	60 h
Teoria da Comunicação	45 h	15 h	60 h

6.4 UNIDADES CURRICULARES E PRÉ-REQUISITOS

A fixação de relações de coordenação e subordinação entre unidades curriculares, no funcionamento regular e sistemático do Curso, requer o estabelecimento de pré-requisitos que deverão ser obrigatoriamente obedecidos, nos termos do artigo 5º, § 1º, da Resolução nº 69/2010 - CEPE/UFAL, de 12 de novembro de 2010, que regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da UFAL.

No Quadro 3, consta a distribuição, por semestres letivos, das unidades curriculares e seus respectivos pré-requisitos. À exceção do primeiro semestre letivo, os demais possuem unidades que dependem de pré-requisitos. Além disso, em toda a matriz curricular, são 21 (vinte e uma) unidades curriculares que possuem pré-requisitos, sendo 19 (dezenove) disciplinas e dois estágios supervisionados.

Quadro 3 – Pré-Requisitos

Semestre	Unidades Curriculares	Pré-Requisito
2º	Informática Aplicada à Biblioteconomia 1	Introdução à Informática
	Inglês Instrumental 2	Inglês Instrumental 1
3º	Informática Aplicada à Biblioteconomia 2	Informática Aplicada à Biblioteconomia 1
	Representação Temática 1	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
	Representação Descritiva 1	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
4º	Análise da Informação 1	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
	Representação Temática 2	Representação Temática 1
	Representação Descritiva 2	Representação Descritiva 1
	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1	Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação
5º	Formação e Desenvolvimento de Coleções 1	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1
	Fontes e Disseminação da Informação 1	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1
		Informática Aplicada à Biblioteconomia 2
Administração de Unidades de Informação	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1	
6º	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 2	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1
	Formação e Desenvolvimento de Coleções 2	Formação e Desenvolvimento de Coleções 1
	Fontes e Disseminação da Informação 2	Fontes e Disseminação da Informação 1
	Planejamento e Gestão de Serviços de Informação	Administração de Unidades de Informação
7º	Tecnologias de Disseminação da Informação	Informática Aplicada à Biblioteconomia 1
	Estágio Supervisionado 1	Representação Descritiva 1
		Representação Descritiva 2
		Representação Temática 1
Representação Temática 2		
8º	Unidades de Informação Públicas, Escolares e Especializadas	Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1
	Análise da Informação 2	Análise da Informação 1
	Estágio Supervisionado 2	Estágio Supervisionado 1

7 CONTEÚDOS CURRICULARES E BIBLIOGRAFIAS

Os conteúdos curriculares estão distribuídos em disciplinas obrigatórias e eletivas, e estágios supervisionados. Cada uma dessas unidades curriculares contém três referências (bibliográficas) obrigatórias e cinco referências (bibliográficas) complementares. A BC/UFAL disponibiliza quantidade suficiente de exemplares para o bom atendimento das demandas decorrentes do funcionamento do Curso de Biblioteconomia.

Além dos livros referenciados, nas bibliografias básicas e complementares, a BC/UFAL disponibiliza acervo composto por bases e bancos de dados, dicionários, dissertações, monografias, periódicos científicos e teses. Nesse universo, destacam-se a Biblioteca de Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o Portal de Periódicos da CAPES e o Repositório Institucional (RIUFAL).

7.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Ementa

Teoria geral da administração. Funções da administração. Gestão administrativa. Gestão de pessoal. Administração financeira. Processos de tomada de decisão, motivação e liderança em unidades de informação. Planejamento, conceito e etapas. Planejamento de unidades, serviços e produtos de informação. Elaboração, análise e financiamento de projetos.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri: Manole, 2016. 654p.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007. 307p.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 96p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005. 114p.

BARBALHO, C. R. S.; BERAQUET, V. S. M. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo: Polis, 1995. 69p.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 491p.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2003. 209p.

SORDI, J. O. **Gestão por processos**: uma abordagem da moderna administração. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 270p.

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO 1

Ementa

Analisa as estruturas de diferentes gêneros textuais, apresentando normas e técnicas de condensação de texto gerando resumo documentário. Discute a leitura do indexador, identifica e aplica técnicas de indexação.

Bibliografia Básica

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 176p.

CINTRA, A. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 92p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 452p.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 2p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação - procedimento. Rio de Janeiro, 1992.

BLANC-MONTMAYEUR, M.; DANSET, F. **Lista de cabeçalhos de assunto para bibliotecas**. Lisboa: Caminho, 1999. 311p.

CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomias e tesauros**: em teoria de sistemas e sistemáticas. Brasília, DF: Thesaurus, 2010. 182p.

DIAS, E. J. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. 116p.

DODEBEI, V. L. D. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119p.

LEIVA, I. G. **Manual de indización: teoría y práctica.** Gijón, Asturias: Ediciones Trea, c2008. 429p.

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO 2

Ementa

Discute o controle de vocabulário na recuperação da informação. Apresenta a contribuição da linguística na construção de tesouros. Aplica metodologia de construção e gestão automática de tesouro.

Bibliografia Básica

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia.** São Paulo, SP: EDUSP, 2004. 285p.

CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomias e tesouros: em teoria de sistemas e sistemáticas.** Brasília, DF: Tesouros, 2010. 182p.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária.** Niterói, RJ: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119p.

Bibliografia Complementar

BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G; ARDAILLON, D. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 1998. 302p.

CINTRA, A. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias.** 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 92p.

CUNHA, I. M. R. F. **Do mito a análise documentária.** São Paulo: EDUSP, 1990. 163p.

DIAS, E. J. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática.** Brasília: Thesaurus, 2007. 116p.

NAUMIS PEÑA, C. **Los tesouros documentales y su aplicación em la información impresa, digital y multimedia.** México: Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Buenos Aires, AR: Alfagrama, 2007. 284p.

ESTUDOS DE USUÁRIOS E NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO 1

Ementa

Investiga por meio de metodologias específicas os perfis, atitudes comportamentais e necessidades informacionais dos usuários reais, potenciais e não usuários das unidades de informação. Discute os estudos de usuários como ferramenta para a formulação de programas de educação dos usuários.

Bibliografia Básica

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448p.

DIAS, M. M. K; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. 48p.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, N. M. **Avaliação de coleções e estudos de usuários**. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. 96p.

FIGUEIREDO, N. M. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154p.

GARCIA CANCLINI, N. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008. 94p.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. J. **Introdução geral as ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1994. 540p.

LIMA, A. B. A. **Aproximação crítica a teoria dos estudos de usuários de biblioteca**. Londrina, c1993. 94p.

ESTUDOS DE USUÁRIOS E NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO 2

Ementa

Fatores socioeconômicos que interferem no uso da informação. Estudos de uso e de necessidades de informação. Estudos de impacto da informação em grupos sociais. A necessidade de informação como área de pesquisa e base para o desenvolvimento de serviços e produtos de informação.

Bibliografia Básica

BELLUZZO, R. C. B; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 414p.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448p.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.

Bibliografia Complementar

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 425p.

DIAS, M. M. K; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2004. 48p.

FIGUEIREDO, N. M. **Metodologias para promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, 1991. 144p.

LIMA, A. B. A. **Aproximação crítica a teoria dos estudos de usuários de biblioteca**. Londrina, 1993. 94p.

SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130p.

FONTES E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO 1

Ementa

Introduz ao controle bibliográfico universal. Conceitua e classifica as fontes de informação gerais e especializadas. Caracteriza a coleção de referência. Discute os critérios de avaliação das fontes de informação, gerais e especializadas, impressas e eletrônicas. Analisa a evolução do serviço de referência e informação. Apresenta as principais atividades do serviço de referência, seus produtos e as técnicas de disseminação da informação.

Bibliografia Básica

CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. 94p.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 181p.

GROGAN, D. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 196p.

Bibliografia Complementar

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. S.; KREMER, J. M. (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 319p.

CUNHA, M. B. **Manual de fontes de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010. 182p.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.

DIAS, M. M.; PIRES, D. **Fontes de informação: um manual para cursos de graduação em biblioteconomia e ciência da informação**. São Carlos: UFSCar, 2005. 105p.

FIGUEIREDO, N. M. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo: Polis, APB, 1996. 124p.

FONTES E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO 2

Ementa

Analisa e avalia as fontes de informação especializadas nas áreas de ciência, tecnologia e empresarial. Discute os sistemas e as redes de recuperação de informação especializada. Discute a problemática da disseminação e mediação da informação em outros ambientes informacionais. Examina os métodos de avaliação de serviços e de produtos de informação.

Bibliografia Básica

CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. S.; KREMER, J. M. (Org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 319p.

TOMAÉL, M. I. **Fontes de informação na Internet**. Londrina, PR: EDUEL, 2008. 176p.

TOMAÉL, M. I.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2004. 155p.

Bibliografia Complementar

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 356p.

MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA; Brasília: IBICT, 2005. 278p. (Livro Digital). Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas%20Digitais.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

SILVA, A. G. **Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 227p.

SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130p.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES 1

Ementa

Discute os fatores que afetam a formação e o desenvolvimento de coleções em unidades de informação. Analisa os processos e os critérios de seleção, aquisição e descarte de materiais. Examina os principais métodos quantitativos e qualitativos para avaliação de coleções e a estrutura da política de seleção.

Bibliografia Básica

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. C. S. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 118p.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989. 95p.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010. 120p.

Bibliografia Complementar

DIAS, M. M.; PIRES, D. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2003. 71p.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 356p.

RAMA, A.; VERGUEIRO, W. C. S. (Org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 155p.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 336p.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitária**. São Paulo: Interciência, 2006. 76p.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES 2

Ementa

Analisa os componentes da política de seleção nos diversos tipos de unidades de informação. Discute as peculiaridades das principais modalidades de aquisição: compra, doação e permuta, bem como a aquisição cooperativa. Fornece subsídios para seleção de métodos de avaliação de coleções. Apresenta normas e padrões relacionados às coleções.

Bibliografia Básica

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. C. S. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 118p.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010. 120p.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitária**. São Paulo: Interciência, 2006. 76p.

Bibliografia Complementar

DIAS, M. M.; PIRES, D. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2003. 71p.

FIGUEIREDO, N. M. **Avaliação da coleção de referência nas bibliotecas**. Brasília: Thesaurus, 1997. 239p.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 356p.

RAMA, A.; VERGUEIRO, W. C. S. (Org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 155p.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 336p.

FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL

Ementa

O feudalismo e o capitalismo mercantil na Europa e em Portugal – vias de desenvolvimento capitalista, e o caso brasileiro – etapas da formação social brasileira e o surgimento das teorias de modernização. Aspectos da conjuntura social, política e econômica do Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 354p.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. Brasiliense, 1994. 390p.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 454 p.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M. C. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, c2006. 308p.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Globo, 2008. 2v.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, c2006. 504p.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727p.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. Coleção Brasil. 6. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1969. 251p.

HISTÓRIA DA CULTURA E DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO

Ementa

Conceito de cultura. Evolução dos registros do conhecimento humano. Aspectos das tecnologias utilizadas na produção dos vários tipos de suportes do conhecimento, tais como: formas de reprodução gráfica, magnética e eletrônica, microfilmagem e outros.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE JR., D. M. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. 257p.

BORGES, V. P. **O que é história**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 84p.

PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. 333p.

Bibliografia Complementar

CARDOSO, C. F. S. **Sociedades do antigo Oriente próximo**. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 2007. 93p.

CHARTIER, R.; LEBRUN, J. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: EDUNESP, 1998. 159p.

DARNTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 231p.

LE GOFF, J. **Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 533p.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239p.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO CIENTÍFICO

Ementa

Introdução ao estudo de perspectivas teóricas e metodológicas das ciências sociais. Análise dos modelos explicativos: (1) As ciências sociais na perspectiva do positivismo; (2) O neopositivismo a concepção materialista da história. Modelo dialético de explicação; (3) Fenomenologia e a crítica das ciências. A hermenêutica. Ciência e ideologia.

Bibliografia Básica

ALFONSO-GOLDFARB, A. M. **O que é história da ciência.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 248p.

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond; EDUC, 2006. 436p.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 314p.

Bibliografia Complementar

KOYRÉ, A. **Estudos de historia do pensamento científico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária: Rio de Janeiro: EDUnB, 1982. 388p.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 260p.

ROSENBERG, A. **Introdução à filosofia da ciência.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 264p.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento.** Rio de Janeiro: CEPS, c2008. 141p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: Atlas, 2012. 175p.

INFORMÁTICA APLICADA À BIBLIOTECONOMIA 1

Ementa

Tecnologias de informação e comunicação nas unidades de informação. Informática documentária. Informatização de unidades de informação. Automação de produtos e serviços em unidades de informação.

Bibliografia Básica

CAPRON, H. L. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 350 p.

LUBISCO, N. M. L.; BRANDÃO, L. M. B. (Org.). **Informação & informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. 306p.

ROWLEY, J. E. **Informática para bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1994. 307p.

Bibliografia Complementar

CÔRTE, A. R. **Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos: uma visão do cenário nacional**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 221p.

BARSOTTI, R. **A informática na Biblioteconomia e na Documentação**. São Paulo: Polis; APB, 1990. 127p.

FARRER, H. et al. **Algoritmos estruturados: programação estruturada de computadores**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2008. 284p.

REZENDE, D. A. **Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 179p.

SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130p.

INFORMÁTICA APLICADA À BIBLIOTECONOMIA 2

Ementa

Tecnologias de informação e comunicação nas unidades de informação. Catálogos *online*. Bibliotecas eletrônicas, virtuais e digitais. Recursos e serviços de informação via Web. Biblioteca 2.0.

Bibliografia Básica

ANTOUN, H. **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. 286p.

FEITOSA, A. L. G. **Organização da informação na Web: das tags à web semântica**. Brasília: Thesaurus, c2006. 131p.

VIDOTTI, S. A. B. G. **Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas**. São Paulo: Polis, 2004. 187p.

Bibliografia Complementar

LUBISCO, N. M. L.; BRANDÃO, L. M. B. (Org.). **Informação & informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. 306p.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. 245p.

ROWLEY, J. E. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2002. 399p.

SAAD, B. **Estratégias 2.0 para a mídia digital: Internet, informação e comunicação**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2012. 218p.

TARAPANOFF, K.; MIRANDA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, c1995. 163p.

INGLÊS INSTRUMENTAL 1

Ementa

Aspectos gramaticais pertinentes à compreensão da língua inglesa: estratégias de leitura. Textos sobre assuntos gerais e específicos da área de informação.

Bibliografia Básica

ABSY, C. A.; COSTA, G. C.; MELLO, L. F. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: Disal, 2010. 203p.

MUNHOZ, R. **Inglês instrumental: estratégias de leitura**. São Paulo: Textonovo, 2001. 134p.

NUTTALL, C. **Teaching reading skills in a foreign language**. 3. ed. Oxford, UK: Macmillan, 2006. 282p.

Bibliografia Complementar

ALIANDRO, H. **Dicionário escolar: english-portuguese, português-inglês**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.640p.

DAVIES, P. A. **Information technology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.30p.

MICHAELIS: minidicionário inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. 864p.

MURPHY, R. **Essential grammar in use**. 4. ed. United States of America: Cambridge University Press, 2015.391p.

OLIVEIRA, S. **Reading strategies for computing**. Brasília: UnB, 1999. 219p.

INGLÊS INSTRUMENTAL 2

Ementa

Entendimento de textos científicos. Conhecimento da terminologia técnica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Bibliografia Básica

ABSY, C. A.; COSTA, G. C.; MELLO, L. F. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: Disal, 2010. 203p.

MUNHOZ, R. **Inglês instrumental: estratégias de leitura**. São Paulo: Textonovo, 2001. 134p.

NUTTALL, C. **Teaching reading skills in a foreign language**. 3. ed. Oxford, UK: Macmillan, 2006. 282p.

Bibliografia Complementar

ALIANDRO, H. **Dicionário escolar: english-portuguese, português-inglês**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004. 640p.

DAVIES, P. A. **Information technology**. Oxford: Oxford University Press, 2010. 30p.

MICHAELIS: minidicionário inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. 864p.

MURPHY, R. **Essential grammar in use**. 4. ed. United States of America: Cambridge University Press, 2015. 391p.

OLIVEIRA, S. **Reading strategies for computing**. Brasília: UnB, 1999. 219p.

INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA E À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ementa

Contextualiza a relação da informação com a sociedade contemporânea. Apresenta os princípios, fundamentos, objetivos e história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Discute a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação e sua interação com a Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia. Examina a introdução da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil. Apresenta o Bibliotecário e o profissional da informação, sua formação e atuação.

Bibliografia Básica

FONSECA, E. N. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007. 152p.

OLIVEIRA, M. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005. 143p.

SOUZA, E. D. A **Ciência da informação**: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: EDUFAL, 2015. 222p.

Bibliografia Complementar

CASTRO, A. C. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124p.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Atelie Editorial, 2002. 116p.

TARGINO, M. G. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006. 299p.

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA

Ementa

Conceitos básicos sobre computadores. Sistemas operacionais. Interfaces gráficas. Pacotes aplicativos. Rede de computadores. Introdução à análise de sistemas e banco de dados. Novas tecnologias de informação e de comunicação.

Bibliografia Básica

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2004. 350p.

MONTEIRO, M. A. **Introdução à organização de computadores**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 698p.

VELLOSO, F. C. **Informática**: conceitos básicos. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014. 408p.

Bibliografia Complementar

BRAGA, W. **Open Office Calc & writer passo a passo**: tutorial de instalação do Openoffice. Editora Alta Books, 2005. 184p.

DALTRINI, B. M.; JINO, M.; MAGALHÃES, L. P. **Introdução a sistemas de computação digital**. São Paulo: Makron Books, c1999. 239p.

FEDELI, R. D.; POLLONI, E. G. F.; PERES, F. E. **Introdução à ciência da computação**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010. 250p.

KUROSE, J. F. **Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 634p.

SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. **Fundamentos de sistemas operacionais: princípios básicos**. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, c2013. 432 p.

LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa

Aspectos gramaticais pertinentes à compreensão da língua portuguesa: estratégias de leitura. Textos sobre assuntos gerais e específicos da área de informação.

Bibliografia Básica

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 548p.

KAUFMAN, A.; RODRIGUEZ, M. E. **Escola, leitura e produção de textos**. Porte Alegre: Artes Médicas, 1995. 179p.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 9. ed. Campinas: Pontes, 2004. 82p.

Bibliografia Complementar

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 176p.

BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.). **Leitura e mediação pedagógica**. São Paulo: Parábola, 2012. 255p.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, S. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007. 431p.

KOCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 127p.

SILVEIRA, M. I. M. **Modelos teóricos & estratégias de leitura: suas implicações no ensino**. Maceió: EDUFAL, 2005. 144p.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Ementa

Metodologia da pesquisa científica. Perspectivas teórico-metodológicas das ciências sociais. A pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação. O processo de pesquisa. Etapas de elaboração e execução do projeto de pesquisa. Normalização do trabalho científico.

Bibliografia Básica

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: EDUFMG, 2014. 263p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

Bibliografia Complementar

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte, MG: EDUFMG, 1999. 340p.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec; 2004. 269p.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108p.

MIRANDA, J. L. C.; GUSMÃO, H. R. **Os caminhos do trabalho científico: orientação para não perder o rumo**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003. 96p.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Ementa

Planejamento e implementação de sistemas de informação. Administração de recursos. Custos de produtos e serviços. Informação para tomada de decisão. *Marketing* em serviços de informação. Avaliação de serviços de informação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2005. 114p.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri: Manole, 2016. 654p.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2003. 209p.

Bibliografia Complementar

AMARAL, S. A. **Marketing**: abordagem em unidades de informação. Thesaurus: Brasília, 1998. 254 p.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 356p.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 96p.

TARAPANOFF, K.; MIRANDA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, c1995. 163p.

WALTER, M. T. M. T.; EIRÃO, T. G.; REIS, L. **Regulamentos, orçamentos, etcétera**: miniguia. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010. 62p.

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL

Ementa

O papel da informação nos diferentes contextos sociais. Relação entre ciência, Estado e sociedade da informação. Implicação das políticas nacionais no planejamento e desenvolvimento de serviços de informação científica, tecnológica, em empresas e negócios.

Bibliografia Básica

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 243p.

DIAS, M. M. K. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru: SP: EDUSC, 2003. 184p.

JANNUZZI, C. A. S. C. **Informação tecnológica e para negócios no Brasil**. Campinas: Alínea, 2002. 134p.

Bibliografia Complementar

CHARLMERS, A. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Fundação da EDUNESP, 1994. 185p.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga rever o mito do progresso. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 2001. 134p.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 450p.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 282 p.

VALENTIM, M. L. P. **O custo da informação tecnológica**. São Paulo: Polis; APB, 1997. 91p.

POLÍTICAS REGIONAIS DE INFORMAÇÃO E CULTURA

Ementa

Políticas e sistemas de informação no Estado de Alagoas. O papel do Estado e da sociedade civil na construção e preservação da cultura. Políticas de incentivo à cultura no Brasil em Alagoas.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste**: e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 376p.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2005. 124p.

GARCÍA CANCLINI, N. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, c2003. 223p.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145p.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 77p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 58p.

HOBSBAWM, E. J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, c2007. 182p.

PIGNATARI, D. **Informação, linguagem, comunicação**. 28. ed. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2008. 155p.

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA 1

Ementa

Apresenta a história da catalogação e de seus instrumentos, o Controle Bibliográfico Universal, os códigos pré-AACR. Discute a Conferência de Paris e os princípios descritivos por ela apresentados. Identifica os elementos da descrição bibliográfica e sua associação em áreas. Elabora a representação descritiva de documentos e define pontos de acesso.

Bibliografia Básica

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO AMERICANO. 2 ed., rev. 2002. Tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da FEBAB. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. 2v.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. 123p.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 217p.

Bibliografia Complementar

CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. 94p.

CRUZ, A. C.; CORRÊA, R. M. R.; COSTA, V. M. G. **Catalogação descritiva**: área da descrição física e área da série. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 179p.

DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação: documento preliminar aprovado pelo 1º Encontro de Peritos sobre um código de catalogação internacional. Frankfurt, Alemanha, 2009. Disponível em:
<http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.

MACHADO, A. M. N. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: EDUNESP, 2003. 159p.

PRADO, H. A. **Tabela PHA**: para individualizar os autores dentro das diversas classes de assunto, isto é, dentro dos mesmos números de classificação. 3. ed. São Paulo: T.A. Queiroz. 2001. 109p.

RIBEIRO, A. M. C. M. **Catalogação de recursos bibliográficos**: AACR2R em MARC21. 4. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2009.

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA 2

Ementa

Apresenta as redes bibliográficas nacionais e internacionais, a catalogação copiada, as redes de cooperação e os formatos de intercâmbio. Aplica a descrição de diferentes suportes utilizando a estrutura de um formato de intercâmbio.

Bibliografia Básica

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO AMERICANO. 2 ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. 2v.

MEY, E. S. A. **Não brigue com a catalogação!**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2003. 186p.

ZAFALON, Z. R. **Formato MARC 21 bibliográfico**: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2010. 112p.

Bibliografia Complementar

CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. 94p.

CRUZ, A. C.; CORRÊA, R. M. R.; COSTA, V. M. G. **Catálogo descritiva**: área da descrição física e área da série. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 179p.

FURRIE, B. **O MARC bibliográfico**: um guia introdutório: catalogação legível por computador. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 95p.

MESSINA-RAMOS, M. A. F. **Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21**: ênfase em obras raras e especiais. Belo Horizonte: EDUFMG, 2011. 273p.

RIBEIRO, A. M. C. M. **Catálogo de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC21**. 4. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2009.

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA 1

Ementa

Apresenta aspectos culturais e empíricos da classificação, percorrendo a classificação filosófica, a classificação das ciências até a classificação bibliográfica. Discute a organização de documentos e a organização de informação. Aborda a classificação bibliográfica como linguagens documentárias pré-coordenadas. Aplica o sistema de Classificação Decimal de Dewey.

Bibliografia Básica

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002. 92p.

DEWEY, M. **Dewey decimal classification and relative index**. 22. ed. Dublin. 2004. 4v.

LANGRIDGE, D. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 120p.

Bibliografia Complementar

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Organização do conhecimento e sistemas de classificação.** Brasília, DF: IBICT, 1996. 150p.

MENDES, E. B. M. **Visão panorâmica dos principais sistemas de classificação bibliográfica.** Campinas: PUCCAMP/FABI, 1995. 84p.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. 336p.

SOUZA, F. C. **Organização do conhecimento na sociedade.** Florianópolis: UFSC, 1998. 107p.

REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA 2

Ementa

Apresenta o histórico dos sistemas de classificação. Estuda e aplica os recursos e tabelas, principais e auxiliares, da Classificação Decimal Universal.

Bibliografia Básica

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

SOUZA, S. **CDU: como entender e utilizar a edição padrão internacional em Língua Portuguesa.** 3. ed. Thesaurus, 2004. 108p.

UNIVERSAL DECIMAL CLASSIFICATION CONSORTIUM. **Classificação Decimal Universal.** Edição-padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: IBICT, 1997. v. 1.

UNIVERSAL DECIMAL CLASSIFICATION CONSORTIUM. **Classificação Decimal Universal.** Edição-padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: IBICT, 1999. v. 2.

Bibliografia Complementar

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias.** 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Polis, 2002. 92p.

LANGRIDGE, D. **Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia.** Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 120p.

MENEZES, E. M.; CAMPOS, L. **Classificação Decimal Universal: instruções e exercícios.** Florianópolis: EDUFSC, 1987. 103p.

OLIVEIRA, R. M. S. **Classificação Decimal Universal**: origem, estrutura, situação atual. Brasília, DF: ABDF; INL, 1980. 116p.

SILVA, O. P.; GANIM, F. **Manual da CDU**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1994. 89p.

TECNOLOGIAS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Ementa

A tecnologia da informação como recurso para organização e disseminação da informação. Conceitos básicos de bases de dados. Geração, uso e disseminação de bases de dados. Aplicativos e metodologias específicas. Formatos de intercâmbio. Sistemas de recuperação de base de dados. Automação de serviços e produtos. Análise de *softwares* para automação de bibliotecas. Redes e sistemas de informação.

Bibliografia Básica

CÔRTE, A. R. et al. **Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002. 221p.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 452p.

SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 130p.

Bibliografia Complementar

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 206p.

LUBISCO, N. M. L.; BRANDÃO, L. M. B. (Org.). **Informação & informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. 306p.

ROBREDO, J.; CUNHA, M. B. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem informatizada da Biblioteconomia e dos sistemas de informação. São Paulo: Global, 1994. 400p.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, Cengage Learning, c2006. 437p.

VIDOTTI, S. A. B. G. **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. 187p.

UNIDADES DE INFORMAÇÃO PÚBLICAS, ESCOLARES E ESPECIALIZADAS

Ementa

Apresenta de forma integrada os diferentes serviços e atividades de informação em unidades públicas, escolares e especializadas e sua relação com a educação, a cultura e as transformações sociais e tecnológicas. Discute o ambiente informacional e os recursos das unidades de informação em escolas, órgãos do governo, indústrias, empresas e negócios. Analisa os processos das unidades de informação especializadas: serviços e atividades em instituições públicas, não governamentais e privadas.

Bibliografia Básica

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina, PR: EDUEL, 2003. 288p.

CÔRTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011. 176p.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. **Unidades de informação: conceitos e competências**. Florianópolis: EDUFSC, 2006. 133p.

Bibliografia Complementar

CANFORA, L. **A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 195p.

LEITÃO, B. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 148p.

MILANESI, L. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 4. ed. São Caetano do Sul: Atelie Editorial, 2003. 271p.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 119p.

SUAIDEN, E. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112p.

7.2 DISCIPLINAS ELETIVAS

BIBLIOTECA E AÇÃO CULTURAL

Ementa

Analisa os conceitos de cultura, ação, animação e fabricação cultural. Relaciona as práticas de ação cultural em diferentes unidades de informação. Discute a problemática da ação cultural no contexto contemporâneo.

Bibliografia Básica

COELHO NETO, J. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 94p.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 117p.

MILANESI, L. **A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura**. 4. ed. São Caetano do Sul: Atelie Editorial, 2003. 271p.

Bibliografia Complementar

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Iluminuras, 2014. 447p.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1989. 385p.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 176p.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

RÖSING, T. M. K.; BECKER, P. (Org.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2. ed. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2005. 221p.

BIBLIOTECA E SOCIEDADE**Ementa**

A ação do Estado brasileiro no campo das bibliotecas, especialmente a partir de 1930. A biblioteca na atual sociedade brasileira. A situação da biblioteca em relação à indústria da produção dos registros do conhecimento. Política governamental e legislação. Papel das organizações públicas e não governamentais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129p.

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2002. 116p.

SOUZA, F. C. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: EDUFSC, 1993. 102p.

Bibliografia Complementar

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 160p.

CÔRTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011. 176p.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000. 96p.

MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 301p.

SUAIDEN, E. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112p.

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E MÉTRICAS DA INFORMAÇÃO NA WEB

Ementa

Estudos métricos da informação científica em contextos digitais. Informetria. Cibermetria. Webometria. Altmetria. Monitoramento e mensuração de informação científica em blogs, redes e mídias sociais.

Bibliografia Básica

FONSECA, E. N. (Org.). **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo, EDUSP, 1986. 141p.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 268p.

MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. (Org.). **Comunicação científica**. Brasília, DF: DCI/UnB, 2000. 144p.

Bibliografia Complementar

ALBAGLI, S. (Org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013. 262p. Disponível em:
<<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1020/11/Fronteiras%20da%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

COMPAGNON, A. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007. 176p.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. 206p.

RECUERO, R.; BASTOS, M. T.; ZAGO, G. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015. 183p.

TORRES, C. **A bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na Internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, 2009. 399p.

CONTAÇÃO DE HISTÓRIA

Ementa

Contação de histórias como forma de incentivo à leitura: usos e possibilidades em ambientes educacionais formais e não formais. A contação de história como recurso terapêutico.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 87p.

KUHLTHAU, C. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 303p.

NEVES, Iara C. B. et al. (Org). **Ler e escrever:** compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2006. 236p.

Bibliografia Complementar

BARCELLOS, G. M. F.; NEVES, I. C. B. **Hora do conto:** da fantasia ao prazer de ler: subsídios a sua realização em bibliotecas públicas e escolares. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1995. 136p.

FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula.**São Paulo: Contexto, 2012. 156p.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996. 372p.

OUAKNIN, M. **Biblioterapia.** São Paulo: Loyola, 1996. 341p.

SILVA, L. C. B. **Práticas de leitura na infância:** imagens e representações. Campinas, SP: Autores Associados, c2008. 147p.

ECONOMIA DA INFORMAÇÃO**Ementa**

Entender a informação como mercadoria e bem de produção, a reestruturação capitalista e o papel desempenhado pelas tecnologias de informação e comunicação, notadamente com o advento das atividades ligadas à gestão da informação e do conhecimento e também das modificações promovidas sobre o mundo do trabalho sob o capitalismo atual.

Bibliografia Básica

CASTELLS, M. **A sociedade em rede:** economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 698p.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 425p.

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Ecologia da informação:** por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Z. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145p.

CASTELLS, M. **Fim de milênio.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 497p.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 197p.

ROSINI, A. M.; PALMISANO, A. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento.** 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, c2012. 212p.

SOUTO, L. F.; (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento:** práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 293p.

EDITORAÇÃO

Ementa

Introdução geral às técnicas de edição de texto e aos processos de produção, distribuição e comercialização de livros e periódicos. Editoração eletrônica de documentos.

Bibliografia Básica

CHARTIER, R.; LEBRUN, J. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: EDUNESP, 1998. 159p.

ARAÚJO, E. **A construção do livro:** princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon; 2008. 635p.

LUPTON, E. **Pensar com tipos:** guia para designers, escritores, editores e estudantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 181p.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, E.; CONCI, A.; LETA, F. R. **Computação gráfica:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 353p. 2v.

COSTA, E. A. **Broffice.org:** da teoria à prática. Rio de Janeiro: Brazport, 2007. 192p.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil:** sua história. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. 809p.

KOTAIT, I. **Editoração científica**. São Paulo: Ática, 1981. 118p.

WEST, M. L. **Crítica textual e técnica editorial**: aplicável a textos gregos e latinos. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 211p.

ELABORAÇÃO DE TRABALHO CIENTÍFICO

Ementa

Pesquisa, leitura e documentação. Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Elaboração de projeto de pesquisa. Estrutura e organização de trabalho científico. Formatos de apresentação de trabalho científico.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 225p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

Bibliografia Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: 2012. 4p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 11p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação - projeto de pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 8p.

GUEDES, E. M. et al. (Org.). **Padrão UFAL de normalização**. Maceió: EDUFAL, 2013. 51p. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/arquivos/prograd/manuais/padrao-ufal-de-normalizacao-2/padrao-ufal-de-normalizacao>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

ESPAÑOL INSTRUMENTAL

Ementa

Aspectos gramaticais pertinentes à compreensão da língua espanhola: estratégias de leitura. Textos sobre assuntos gerais e específicos da área de informação.

Bibliografia Básica

EL ESPAÑOL de Espana y El español de America. SM Ediciones, 2003.

FERNÁNDEZ, G. E.; MORENO, C. **Gramática constrativa del español para brasileños**. Madrid: Sgel Educación, 2007.

SILVA, C. F.; SILVA, L. M. P. **Español através de textos: estudo contrastivo para brasileiros**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

Bibliografia Complementar

CERROLAZA GILI, O. **Diccionario práctico de gramática**. Madrid: EDELSA, 2005.

GARCÍA-TALAVERA, D. M. **Dicionário santillana para estudantes**. 4. ed. São Paulo, Moderna, 2014.

FANJUL, A. **Gramática y práctica de español - para brasileiros**. 3. ed. Moderna, 2014.

GONZALES HERMOSO, A. **Conjugar es fácil en español de Espana y de America**. 2. ed. Madrid: Edelsa, 1999.

SARMIENTO, R. **Gramática básica del español: norma y uso**. Madrid: Sociedad general española de librería, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS: USO E PRODUÇÃO

Ementa

A disciplina está voltada para uma discussão interdisciplinar. Cujas abordagens incidirão sobre uma tipologia das fontes, seus principais conceitos, políticas e instrumentos de pesquisa identificados no âmbito das unidades de informação, a saber: arquivos, bibliotecas e museus. Enquanto que os seus diferentes usos e produções serão uma prerrogativa dessas unidades de informação, assim como de seus usuários, munidos de um determinado método, objeto, problema e abordagem.

Bibliografia Básica

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: EDEFGV, 2006. 318p.

MENDES, M.; RIBEIRO, V. **Conservação: conceitos e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 334p.

SILVA, Z. L. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999

Bibliografia Complementar

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. Santa Maria, RS: EDUFMS, 2008. 124p.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **Catálogo de documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Gráfica Graciliano Ramos, 2008. 510p.

MONTANER, J. M. **Museos para El siglo XXI**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003. 157p.

ROUILLÉ, A. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: SENAC São Paulo, c2009. 483p.

TOMAÉL, M. I.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2004. 155p.

FRANCÊS INSTRUMENTAL

Ementa

Estudo da língua francesa, enfatizando a compreensão de textos e a expressão oral. Iniciação ao estudo da gramática.

Bibliografia Básica

BESCHERELLE. **Conjugaison, orthographe et grammaire**. Paris: Hatier, 2015.

COURTILLON, J.; GUYOT-CLÉMENT, C.; SALINS, G. **Libreéchange 1. Livre de l'élève**. Paris: Hatier/Didier, 1995. 25p.

RÓNAI, P. **Dicionário francês-português/ português-francês**. 4. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2012.

Bibliografia Complementar

BESCHERELLE. **La Grammaire pour tous**. Paris: Hatier, 2012. 320p.

DICTIONNAIRE Le petit Robert de la langue française. Paris: Le Robert, 2016. 2880p.

LE ROBERT et Nathan – conjugaison. Paris: Éditions Nathan, 1996. 255p.

LEHMANN, D. **Objectifs spécifiques en langues étrangères.** Les programmes en question. Paris: Hachette, 1993.

VICHER, A. **Grammaire progressive Du français.** 3. ed. Paris: 2013. 280p.

HISTÓRIA DA ARTE

Ementa

Arte: conceito e definição. Evolução histórica da arte. Arte e sociedade. Arte contemporânea em Alagoas.

Bibliografia Básica

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280 p.

CAMPOS, C. **Uma visualidade:** trajetória e crítica da pintura alagoana (1892-1992). São Paulo: Escrituras Editora, 2000. 167p.

PROENÇA, G. **História da arte.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 448p.

Bibliografia Complementar

BAUMGART, F. E. **Breve história da arte.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 376p.

DEMPSEY, A. **Estilos, escolas e movimentos:** guia enciclopédico da arte moderna. 2. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. 311p.

JOLI, M. **Introdução à análise da imagem.** Campinas, SP: Papyrus, 1996. 152p.

SALGEMA. **Arte contemporânea das Alagoas.** Maceió: [s.n.], 1989. 117p.

TENÓRIO, D. A.; DANTAS, C. L. T. A. **Caminhos do açúcar:** engenhos e casas-grandes das Alagoas. 2. ed. Maceió: SEBRAE/AL, [200?]. 251p.

HISTÓRIA E CULTURA DE ALAGOAS

Ementa

Aspectos relevantes da história de Alagoas. Os movimentos regionais/locais: Cabanada, Sedição dos lisos e cabeludos, Revolta do Quebra-Quilos e Quilombo dos Palmares. A emancipação política de Alagoas. A dinâmica da produção cultural em Alagoas. As instituições de cultura. Fatores condicionantes da cultura alagoana.

Bibliografia Básica

COSTA, C. **Maceió.** Maceió, Maceió: Sergasa, 1981. 219p.

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982. 315p.

TENÓRIO, D. A. **Metamorfose das oligarquias**. Curitiba: HD Livros Editora, 1997. 144p.

Bibliografia Complementar

COSTA, C. **Instrução pública e instruções culturais de Alagoas & outros ensaios**. Maceió: EDUFAL, 2011. 233p.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006. 339p.

LIMA JÚNIOR, F. **Maceió de outrora: obra póstuma**. Maceió: EDUFAL, 2001.

RAFAEL, U. N. **Xangó rezado baixo: religião e política na primeira república**. São Cristóvão, SE: EDUFS; Maceió: EDUFAL, 2013. 276p.

SILVA, M. A. (Org.). **O olhar holandês e o novo mundo**. Maceió: EDUFAL, 2011. 301p.

INFORMAÇÃO DOCUMENTAL E HISTÓRICA

Ementa

Introdução aos fundamentos básicos da Arquivologia: teoria das três idades, gestão de documentos e arquivos correntes, intermediários e permanentes. Fontes primárias. Ciclo vital dos documentos e função arquivística. Arquivo e memória alagoanos. Conceituação e tipologia de museus. Museus, história e patrimônio científico e cultural.

Bibliografia Básica

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: EDFGV, 2006. 318p.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: EDFGV, 2004. 386p.

SILVA, Z. L. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999. 154p.

Bibliografia Complementar

FEIJÓ, V. M. **Documentação e arquivos**. Porto Alegre: Sagra, 1988. 147p.

MENDES, M.; RIBEIRO, V. **Conservação: conceitos e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2011. 334p.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: EDFGV, 1997. 225 p.

PAULA, R. P. M. **Como elaborar a tabela de temporalidade documental:** racionalização de custos de armazenagem e administração de arquivos empresariais. São Paulo: CENADEM, 1995. 89p.

TENÓRIO, D. A. **A casa das Alagoas:** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2007. 119p.

INFORMAÇÃO E CIDADANIA

Ementa

Concepções de informação e cidadania. Relação entre informação e cidadania. Informação, cidadania e sociedade brasileira.

Bibliografia Básica

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 254p.

VARELA, A. **Informação e construção da cidadania.** Brasília: Thesaurus, 2007. 167p.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2005. 591p.

Bibliografia Complementar

BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania:** quem educa o cidadão? 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 94p.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 577p.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas, SP: Autores Associados, 1995. 171p.

GEORGES, A. **A construção dos saberes e da cidadania:** da escola à cidade. Porto Alegre: Artmed, 2002. 254p.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil:** livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

INFORMAÇÃO E PROCESSOS TECNOLÓGICOS

Ementa

A natureza da informação na era digital. Deslocamentos tecnológicos e a dinâmica da cultura. Hipertexto e a dimensão multimídia das informações. Processos de produção, tratamento, armazenamento e circulação da informação. Interfaces eletrônico-digitais. A virtualização do conhecimento e novas formas de socialidades.

Bibliografia Básica

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 698p.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: EDUNESP. 2001. 134p.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010. 206p.

Bibliografia Complementar

CASTELLS, M. **A galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Jorge Zahar Ed., 2003. 243p.

DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

LEVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996. 157p.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 2011. 206p.

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 46p.

INTRODUÇÃO À LÓGICA

Ementa

Concepções básicas da epistemologia no século XX, com ressalva entre processos cognitivos e escrita; ponto de partida para o estudo da lógica, ênfase na natureza, objeto e utilidade da lógica. Estudo da inferência com ênfase na dedução e indução. Lógica como instrumento de análise de processos documentários e informacionais.

Bibliografia Básica

ABELARDO, P. **Lógica para principiantes**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005. 80p.

DUTRA, L. H. A. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: EDUNESP, 2010. 190p.

LUNGARZO, C. **O que é lógica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 79p.

Bibliografia Complementar

IDE, P. **A arte de pensar**. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2000. 299p.

KELLER, V.; BASTOS, C. L. **Aprendendo lógica**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, c2000. 179p.

MORTARI, C. A. **Introdução à lógica**. São Paulo: EDUNESP: Imprensa Oficial, 2001. 393p.

ROSENBERG, A. **Introdução à filosofia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 264p.

SALMON, W. C. **Lógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 92p.

LEITURA E BIBLIOTECA

Ementa

Leitura, natureza e funções. Formação do leitor: motivações interesse de leitura. Tipologias do leitor. Literatura infanto-juvenil. Discussões sobre gênero e panorama histórico. Literatura infanto-juvenil e pedagogia. Práticas de leitura na biblioteca. Pesquisa escolar e biblioteca.

Bibliografia Básica

CÔRTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011. 176p.

PAIVA, A. et al. (Org.). **Leituras literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: Ceale/FAE, Autêntica, 2008. 203p.

ZILBERMAN, Z. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003. 235p.

Bibliografia Complementar

ALLIEND, F.; CONDEMARIN, M. **A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 215p.

CAMPELLO, B. S. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 62p.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional: função educativa do Bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79p.

KUHLTHAU, C. C. **Como orientar a pesquisa escolar: estratégias para o processo de aprendizagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 252p.

SILVA, E. T. **Leitura na escola e na biblioteca**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2003. 115p.

LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia Básica

CAPOVILLA, F. C. (Coord). **Novo deit-libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. 2v.

GESSER, A. **Libras? que língua é essa ?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87p.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2009. 221 p.

Bibliografia Complementar

BRITO, L. F. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 2010. 273p.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2017. 95p.

RECTOR, M.; TRINTA, A. R. **Comunicação do corpo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 88p.

SACKS, O. W.; MOTTA, L. T. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 215p.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 190p.

LITERATURA BRASILEIRA

Ementa

Aspectos da literatura brasileira. Literatura e sociedade. Principais movimentos estéticos.

Bibliografia Básica

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.567p.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. 204p.

MOISES, M. **História da literatura brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.5v.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, J. S. **Jorge de Lima e o idioma poético afro-nordestino**. Maceió: EDUFAL, 1983. 219p.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: (momentos decisivos 1750-1880)**. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2009. 800p.

MOISES, M. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 520p.

POUND, E. **ABC da literatura**. 11. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2006. 218p.

ROMERO, S.; RIBEIRO, J.; BARRETO, L. A. **Compêndio de história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago: EDUFS, 2001. 460p.

LITERATURA UNIVERSAL

Ementa

Principais movimentos e autores da literatura universal.

Bibliografia Básica

AUERBACH, E.; PAES, J. P. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1970. 278p.

CARPEAUX, O. M. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: Alhambras, 1978. 4v.

TRINGALLI, D. **Escolas literárias**. São Paulo: Musa Editora, 1994. 246p.

Bibliografia Complementar

ÁVILA, A. (Org.). **O Modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GUINSBURG, J. (Org.). **O Classicismo**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HATZFELD, H. **Estudos sobre o Barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MELLO FRANCO, A. A. et al. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1978.

MARKETING APLICADO À BIBLIOTECONOMIA

Ementa

Discute os serviços e produtos desenvolvidos no âmbito das unidades de informação por meio de uma abordagem mercadológica.

Bibliografia Básica

AMARAL, S. A. **Marketing: abordagem em unidades de informação**. Thesaurus: Brasília, 1998. 254p.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. Pearson Prentice Hall, 2014. 750p.

PALMER, A. **Introdução ao marketing: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2006. 527p.

Bibliografia Complementar

ALI, M. **Como aplicar conceitos de marketing**. São Paulo: Publifolha, 2001. 72p.

AMARAL, S. A. (Org.) **Marketing na Ciência da Informação**. Brasília: EDUnB, 2007. 229p.

BUZZELL, R. D. **O impacto das estratégias de mercado no resultado das empresas: baseado no maior banco de dados de informações estratégicas do mundo**. São Paulo: Pioneira, 1991. 397p.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244p.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. 240p.

SEMINÁRIOS DE INTEGRAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ementa

Reflexão sobre temas contemporâneos em Biblioteconomia/Ciência da Informação e áreas afins. Ênfase na função social do Bibliotecário como profissional da informação e a sua relação com o mercado de trabalho, priorizando as questões éticas presentes no cotidiano.

Bibliografia Básica

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 124p.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.

MIRANDA, A. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003. 212p.

Bibliografia Complementar

PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília; Rio de Janeiro: IBCT, 1999. 182p.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação**: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: EDUFAL, 2015. 222p.

SOUZA, F. C. **Ética e deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: EDUFSC; Itajaí: EDUNIVALI, 2002. 165p.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. 152p.

SEMINÁRIOS EM ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Ementa

Aspectos históricos e fundamentos em organização da informação. Processos, instrumentos e produtos da organização da informação. Atuais correntes em organização da informação. Organização da informação em ambientes digitais.

Bibliografia Básica

FEITOSA, A. L. G. **Organização da informação na Web**: das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006. 131p.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. 206p.

NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. 142p.

Bibliografia Complementar

CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012. 190p.

CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomias e tesauros**: em teoria de sistemas e sistemáticas. Brasília, DF: Thesauros, 2010. 182p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 452p.

MÜLBERT, A. L. **Organizações do conhecimento**: infra-estrutura, pessoas e tecnologias. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 363p.

ROBREDO, J. BRÄCHER, M. **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília, DF: IBICT, 2010. 336p. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.

SEMINÁRIOS SOBRE EMPREENDEDORISMO

Ementa

Conhecimentos básicos de empreendedorismo. Serviços de informação e empreendedorismo. Gerenciamento de negócios e pequenas empresas.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012. 315p.

FIALHO, F. A. P. et al. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2007. 188 p.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. 240p.

Bibliografia Complementar

BIAGIO, L. A. **Empreendedorismo**: construindo seu projeto de vida. Barueri, SP: Manole, 2012. 249p.

FELIPINI, D. **Empreendedorismo na Internet**: como encontrar e avaliar um lucrativo nicho de mercado. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. 197p.

LONGENECKER, J. G. et al. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Thompson Learning, 2007. 498p.

PONCHIROLLI, O. **Capital humano**: sua importância na gestão estratégica do conhecimento. Curitiba: Juruá, 2010. 183p.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Os profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. 156p.

SEMIÓTICA DA INFORMAÇÃO

Ementa

Conceitos de semiótica. Os sistemas verbais e não verbais. A natureza complexa dos signos. Representação, linguagem e informação. Semiótica aplicada à Ciência da Informação.

Bibliografia Básica

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 116p.

COELHO, T. **Semiótica, informação e comunicação**: diagrama da teoria do signo. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 217p.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84p.

Bibliografia Complementar

BARTHES, R. **Crítica e verdade**. Lisboa: Edições 70, 2007. 75p.

ECO, U. **A estrutura ausente**: introdução a pesquisa semiológica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976. 426p.

ECO, U. **As formas do conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 184p.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2001. 431p.

TUZZO, S. A. **Deslumbramento coletivo**: opinião pública, mídia e universidade. São Paulo: Annablume, 2004. 236p.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INTERNET

Ementa

Bibliotecas virtuais. Serviços e produtos eletrônicos e digitais. Mecanismos de busca e indexação na Web.

Bibliografia Básica

LEVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996. 157p.

O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. **Administração de sistemas de informação**: uma introdução. 13. ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2007. 537p.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. 206p.

Bibliografia Complementar

ANTOUN, H. **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. 286p.

DIAS, E. J. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. 116p.

OLIVEIRA, M. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005. 143p.

RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. 238p.

ROWLEY, J. E. **A biblioteca eletrônica**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2002. 399p.

TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS

Ementa

Processos e procedimentos de conservação e restauração. Equipamentos e materiais básicos. Políticas de preservação documental em Alagoas.

Bibliografia Básica

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. 261p.

MENDES, M.; RIBEIRO, V. **Conservação: conceitos e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2011. 334p.

SEWELL, G. H. **Administração e controle da qualidade ambiental**. São Paulo: EPU, 2011. 295p.

Bibliografia Complementar

CORUJEIRA, L. A. **Conserve e restaure seus documentos**. Salvador: Itapuã, 1971. 92 p.

CORREIA, M. R. **Oficina de estudos da preservação: coletânea II**. Rio de Janeiro: IPHAN/RJ, 2009. 207p.

LUCCAS, L.; SERIPIERRI, D. **Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em Bibliotecas**. Brasília, DF: Thesaurus, 1995. 125p.

REILLY, J. M.; NISHIMURA, D. W.; ZINN, E. **Novas ferramentas para preservação: avaliando os efeitos ambientais a longo prazo sobre coleções de bibliotecas e arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. 44p.

TRINKLEY, M. **Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas: planejamento para preservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. 117p.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Ementa

Noções elementares de informação e saúde. Introdução geral ao uso de tecnologias de informação e informática em saúde. Registros de informação na área da saúde. Sistemas de informação em saúde.

Bibliografia Básica

BRANCO, M. A. F. **Informação e saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era**. Rio de Janeiro: EDFIOCRUZ, 2006. 223p.

SANTOS, A. F. et al. (Org.). **Telessaúde**: um instrumento de suporte assistencial e educação permanente. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006. 502p.

TARABOULSI, F. A. **Administração de hotelaria hospitalar**: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação, psicologia hospitalar. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 206 p.

Bibliografia Complementar

CASTIEL, L. D.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R. **Precariedades do excesso**: informação e comunicação em saúde coletiva. Rio de Janeiro: EDFIOCRUZ, 2006. 165p.

FABBRO, L. **Manual dos documentos médicos**. Porto Alegre: AGE, 2006. EDIPUCRS, 197p.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 231p.

MALAGON-LONDOÑO, G.; MORERA, R. G.; LAVERDE, G. P. **Administração hospitalar**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010. 519p.

RODRIGUES, R. J. **Informática e o administrador de saúde**. São Paulo: Pioneira: PROAHSA, 1987. 128p.

TEORIA DA COMUNICAÇÃO

Ementa

Princípios teóricos da comunicação e informação. Processos de comunicação e informação, modalidades de mensagens, natureza dos veículos. Comunicação e seu inter-relacionamento com ciências afins. A biblioteca como sistema de comunicação e sua função cultural.

Bibliografia Básica

COELHO, T. **Semiótica, informação e comunicação**: diagrama da teoria do signo. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 217p.

ECO, U. **As formas do conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 184p.

LIMA, J. A. N. **Teorias da comunicação**: um panorama crítico e comparativo. Maceió: EDUFAL, 2011. 213p.

Bibliografia Complementar

DIAZ BORDENAVE, J. E. **Além dos meios e mensagens**: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 110 p.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. **Big data**: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 163p.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 2001. 431p.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação 2**: um guia para quem comunica e dá instruções. São Paulo: 2005. 299p.

7.3 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1

Ementa

Aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos ministrados nas disciplinas através do contato direto com a rotina da Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 set. 2008. Seção 1, p. 3.

MEY, E. S. A. **Não brigue com a catalogação!**. Brasília: Briquet de Lemos, 2003. 186p.

ZABALZA, M. A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, c2014. 327p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. 144p.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 356p.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro; Niterói: Interciência; Intertexto, 2006. 96p.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (Org.). **Unidades de informação**: conceitos e competências. Florianópolis: EDUFSC, 2006. 133p.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997. 125p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2

Ementa

Aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos ministrados nas disciplinas de formação através do contato direto com diferentes tipos de unidades de informação.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 26 set. 2008. Seção 1, p. 3.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. 356p.

ZABALZA, M. A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, c2014. 327p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005. 144p.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro; Niterói: Interciência; Intertexto, 2006. 96p.

MEY, E. S. A. **Não brigue com a catalogação!**. Brasília: Briquet de Lemos, 2003. 186p.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (Org.). **Unidades de informação: conceitos e competências**. Florianópolis: EDUFSC, 2006. 133p.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997. 125p.

8 METODOLOGIA DE FORMAÇÃO INTEGRADA

O Curso de Biblioteconomia adota uma metodologia de formação integrada, que se caracteriza essencialmente pela identificação da realidade estudada e o concerto entre domínios complementares. Essa abordagem tem dois grandes fundamentos, a saber, a constante busca de integração entre teoria e prática e, complementarmente, a promoção de diálogos entre disciplinas cooperantes na formação profissional.

A metodologia de formação integrada ganha força na relação interdisciplinar bastante projetada e perseguida entre Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins. O Curso de Biblioteconomia, conforme já discutido mais acima, foi implantado nessa confluência teórico-metodológica que cerca os diferentes processos, produtos e serviços informacionais.

8.1 INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA E RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

A integração entre a teoria e a prática tem como finalidade a obtenção de conhecimento a partir da colaboração de duas perspectivas historicamente conhecidas na teoria do conhecimento, racionalista e empirista. Com efeito, a compreensão e a construção de um arcabouço teórico são fundamentais para sedimentar os diversos processos informacionais e, complementarmente, a realização de atividades práticas condiciona o contato com a experiência, possibilitando inclusive demonstrações ilustrativas que qualificam ainda mais a formação.

A estrutura do Curso de Biblioteconomia é composta por unidades curriculares que possuem menores condições de abordagens integradas, na medida em que os conteúdos contemplados se apresentam, em grande medida, centrados em uma das abordagens, teórica ou prática. Assim, disciplinas como Economia da Informação; Formação Social, Econômica e Política do Brasil; História do Pensamento Científico; Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação; e Introdução à Lógica, por exemplo, adotam, pela natureza dos conteúdos, abordagens eminentemente teóricas. Por outro lado, as unidades curriculares formadas por estágios supervisionados e parte flexível possibilitam abordagem focada em atividades práticas. Assim, podem-se mencionar o Estágio Supervisionado 1 e o Estágio Supervisionado 2, além das atividades complementares, que podem ser obtidas com a realização de diversas atividades práticas, tais como estágios não obrigatórios, exposições, feiras de livros, feiras literárias e monitorias, entre outras.

Há, contudo, um percentual considerável de disciplinas que possibilita uma abordagem equitativa entre teoria e prática. Nesse contexto, destacam-se as disciplinas Análise da Informação 1; Análise da Informação 2; Inglês Instrumental 1; Inglês Instrumental 2; Biblioteca e Ação Cultural; Editoração; Representação Descritiva 1; Representação Descritiva 2; Representação Temática 1 e Representação Temática 2, apenas para mencionar algumas. É importante considerar que essas são disciplinas que compõem tradicionalmente a base da formação dos(as) profissionais Bibliotecários(as).

As dificuldades encontradas na integração imediata são superadas ou, pelo menos, minimizadas, em grande medida, a partir da adoção de abordagens transversais, que são muito exigidas nos estudos de temas e/ou problemas complexos, bastantes presentes na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Nesse contexto, há inexoravelmente a necessidade de construções colaborativas orientadas à reflexão e à construção de conhecimentos multidisciplinares e, com maior esforço, interdisciplinares. Assim, questões complexas como acesso à informação, cidadania, comportamentos de usuários(as), meio ambiente, relações de gênero, relações étnico-raciais e uso de tecnologias, entre outras, exigem a cooperação de conteúdos de diversas áreas do conhecimento, condicionada, em certa medida, ao estabelecimento de relações interdisciplinares.

A epistemologia interdisciplinar deve encontrar agenda nos currículos que pretendem superar o estado de fragmentação em que se encontram diversas áreas de conhecimento. O estabelecimento de fundamentos gerais advindos de áreas como, por exemplo, Administração, da Ciência da Computação, Filosofia, Linguística e Sociologia, já evidenciam uma abordagem integrada centrada numa proposta interdisciplinar. Com efeito, mais do que isso, a abordagem transversal de temáticas complexas condiciona a efetividade dessa prática na formação dos(as) discentes. Além dessas áreas, muitas outras estão presentes nos componentes curriculares do Curso de Biblioteconomia que emergem e se expressam tangencialmente.

8.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Partindo da metodologia de formação integrada, no domínio da educação ambiental apoiam-se as iniciativas que promovam o envolvimento dos(as) discentes, dentro e fora da universidade, no cuidado com meio ambiente e na gestão ambiental, por meio de atividades participativas nas disciplinas ofertadas no Curso, nos projetos de pesquisa e extensão. Essas atividades primam pela disseminação de informações à sociedade, capacitando a comunidade alagoana e também em nível nacional, uma vez que os(as) discentes são preparados(as) para

atuarem em território brasileiro, considerando a importância da preservação e conservação do meio ambiente.

A Lei nº 9.795/1999, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, orienta sobre a importância da educação ambiental no processo de formação holística do indivíduo. Nesse sentido, o Curso de Biblioteconomia da UFAL vem exercendo atividades que promovem a percepção dos(as) discentes sobre o meio ambiente com base em atividades externas, como, por exemplo, visitas a instituições de cultura e memória (arquivos, bibliotecas e museus) e a comunidades em seu entorno.

A participação dos(as) docentes em editais nacionais que possibilitem essas ações, de acordo com o Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002, que regulamenta o dispositivo acima, pode ser percebida em programas e projetos de extensão e pesquisa, com vistas a envolver os(as) discentes em trabalhos com as comunidades de Maceió, disseminando os conhecimentos sobre assuntos relacionados à preservação da cultura e do patrimônio imaterial de Alagoas.

Contemplando a Resolução nº 2/2012 - CNE/CP/MEC, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária de cursos, o Curso de Biblioteconomia oferta em sua matriz curricular disciplinas eletivas, promovendo o conhecimento do(a) discente sobre as questões ambientais, a relação do indivíduo com a preservação e conservação do bem-estar social, por meio de comportamento ético, responsável e interação com as demais áreas que envolvam ações ambientais, sendo essas disciplinas ministradas por docentes de formação interdisciplinar do próprio Curso ou dos cursos da própria instituição acadêmica.

8.3 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O Curso Biblioteconomia mantém conteúdos programáticos para a formação de profissionais com capacidades e a sensibilidade de compreender a realidade brasileira e o seu latente contraste na organização do espaço nacional. Assim, orientado fundamentalmente por propósitos pedagógicos, o(a) Bibliotecário(a) formado(a) pela UFAL é capacitado(a) a compreender as constantes formas de violações dos direitos humanos no país, sobretudo na Região Nordeste e no Estado de Alagoas. Neste sentido, objetiva-se permear a integralidade de um discurso educacional consciente que prioriza abordagens para o reconhecimento de inúmeros desafios na realidade social. Destaca-se que a informação é um instrumento político que elabora o pensamento e qualifica a consciência da ação humana. Dotada de aportes que caracterizam o seu sentido, a informação compreende um fluxo de elementos que figuram

aspectos fundamentais do objeto estruturante da Ciência da Informação, campo disciplinar que alicerça as bases do saber desenvolvido pela Biblioteconomia.

O(A) Bibliotecário(a) como profissional da informação mantém uma estratégica função social para atuar com gestão, organização, mediação e disseminação da informação. Com tais habilidades, faz-se necessário compreender os direitos humanos como princípios essenciais que devam prevalecer no engajamento das relações interpessoais e institucionais da sociedade brasileira e do seu poder público. Mas, além da consciência ética e moral que precisam compor a construção da identidade do(a) profissional Bibliotecário(a) graduado(a) pela UFAL, também se considera necessário que, nos termos do Parecer nº 8/2012 - CNE/CP, de 06 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, este sujeito esteja capacitado a identificar:

[...] a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana (BRASIL, 2012d, p. 2).

Regido pela orientação educativa que compreende o seu PPC, o Curso de Biblioteconomia estrutura-se em um conjunto de estratégias em que a “Educação em Direitos Humanos” é uma das temáticas transversais. Esta questão é um dever assumido com a sociedade brasileira para reconhecer que justiça social, igualdade e diversidade são atributos fundamentais que enaltecem a formação cultural da cidadania do país. Em tal direção, a Biblioteconomia da UFAL tem como desígnio elucidativo basear valores que atendam à promoção efetiva de educação para efetuar mudanças significativas nas condições humanas e colaborar com os dinâmicos processos de transformações sociais. Naturalmente, estes propósitos contemplam o artigo 3º do documento que estabelece as ações das diretrizes nacionais para a “Educação em Direitos Humanos”. É necessário apontar que a Resolução nº 1/2012 - CNE/CP/MEC, de 30 de maio de 2012, instituiu um conjunto de diretrizes para consolidar as práticas educacionais dos sistemas de ensino e suas instituições. Nesse dispositivo, podem ser destacados os princípios que se articulam essencialmente com elementos de valores fundamentais à educação no Brasil, a saber:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012f, p. 1-2).

Contemplar tais qualidades de valores fundamentais na formação acadêmica envolve um empenho coletivo do corpo docente do Curso de Biblioteconomia para integrar ações que visem perpetrar articulações estruturadas. Em tal condição, assumem-se pedagogicamente os “[...] compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades” (BRASIL, 2012d, p. 2).

Pautado nestes compromissos, orienta-se a formação acadêmica com empenho sistemático pela determinação fundamental dos Direitos Humanos, pois atua coordenado por fatores elementares que valorizam a dignidade humana como valor essencial da formação de um sujeito que pessoal e profissionalmente estará capacitado para agir como agente social. Assim, o Curso de Biblioteconomia desta instituição baseia-se em “[...] uma educação integral que visa o [*sic*] respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições” (BRASIL, 2012d, p. 2). Naturalmente, a formação envolve o emprego de reflexões e experiências, presentes em conteúdos de disciplinas, em projetos de pesquisa e em programas e projetos de extensão, que têm por finalidade realçar a contextualização das profundas contradições que assolam a sociedade brasileira, condições decorrentes das implicações históricas e culturais na consolidação da democracia no país.

8.4 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelecidas pelo Parecer nº 003/2004 - CNE/CP/MEC, de 17 de junho de 2004, “apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais” (BRASIL, 2004, p. 9).

A formação histórica e cultural do Estado de Alagoas, ao longo do seu processo civilizatório, foi constituída por grupos sociais de origens afrodescendente e indígena. Nesse contexto amplo e diversificado, a UFAL vem, ao longo da sua trajetória, desenvolvendo ações afirmativas por meio de políticas, projetos e práticas que buscam ainda proporcionar à sociedade, através do ensino, pesquisa e extensão, maior inserção dos sujeitos no contexto social, político e econômico.

A universidade estabelece, por meio do seu PDI, que “[...] uma formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da

sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afrodescendentes” (UFAL, 2013c, p.44).

A considerar o exposto, o PPC do Curso de Biblioteconomia, por meio de sua matriz curricular e de atividades complementares, busca alinhar-se às políticas institucionais no sentido de oferecer uma formação que seja compatível com as propostas apresentadas a partir de seus eixos constitutivos.

No eixo temático *Organização, Processamento e Tratamento da Informação*, a disciplina Representação Temática 1, por exemplo, evidencia que os sistemas de classificação documentária materializam as relações entre os seres, os fenômenos e os saberes, no processo de organização do conhecimento. Nesse contexto, merece destaque a abordagem específica de relações étnico-raciais e de idiomas, presentes, por exemplo, em números auxiliares da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e adotadas na composição da notação. Com efeito, o processo classificatório é mandatário da coordenação e hierarquização dessas relações na análise e representação de conceitos compostos e complexos.

Considerando as disciplinas do eixo temático *Recursos e Serviços de Informação*, disciplinas como Formação e Desenvolvimento de Coleções 1; Formação e Desenvolvimento de Coleções 2, Fontes e Disseminação de Informação 1; Fontes e Disseminação de Informação 2; Leitura e Biblioteca; Biblioteca e Ação Cultural; e, por fim, Contação de História, torna-se imprescindível que propostas e ações desenvolvidas no âmbito da formação dos(as) discentes de Biblioteconomia procurem capacitá-los(as) de modo a questionarem as contradições existentes na sociedade, bem como nas formas de exclusão levadas a cabo pelo Estado brasileiro no que tange ao papel desempenhado por segmentos étnicos brasileiros, desde há muito excluídos de uma política de bem-estar social.

Nesse sentido, para Vergueiro (2010, p. 86), “Aos[Às] bibliotecários[as] cabe talvez desempenhar um papel único, com o objetivo de garantir que todos os membros da comunidade tenham acesso às informações necessárias importantes para sua vida”. De modo amplo, o eixo de estudo *Recursos e Serviços de Informação*, a partir de suas disciplinas e projetos de extensão, reflete sobre os aspectos que envolvem os atos de censura na seleção de fontes para a formação do acervo e a promoção de produtos e serviços oferecidos aos(às) usuários(as) que visem ao combate ao racismo e às discriminações, assim a definição de critérios permitirá a formação de uma consciência política e histórica sobre a diversidade presente na sociedade.

Já as disciplinas Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1 e Estudos de Usuários e Necessidades de Informação 1, por exemplo, presentes no eixo de estudo *Gestão*

de Unidades e Serviços de Informação, visam estabelecer na formação do(a) discente uma compreensão da dimensão dos estudos que envolvem o comportamento e as necessidades de informação de cada grupo social, ao mesmo tempo o desenvolvimento de produtos e serviços que garantam a sua inclusão. Trata-se de considerar as particularidades do contexto em que a formação e a atuação profissionais se encontram inseridas.

Além das disciplinas presentes nos eixos de estudo específicos ou profissionalizantes, somam-se aquelas existentes na fundamentação geral, conforme Portaria nº 492/2001 - CES/CNE/MEC, como Formação Social, Econômica e Política do Brasil, e História e Cultura de Alagoas. Essas disciplinas, em consonância com o PDI, tratam, especificamente, sobre questões de afrodescendentes que permitem ao(à) discente maior conhecimento acerca de sua história política, social, econômica e cultural nas esferas local, regional e nacional contemporâneas.

9 ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do[a] estudante” (BRASIL, 2008). Esse componente curricular tem por objetivo proporcionar aos(às) discentes a aproximação com a realidade profissional, visando ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação, habilitando-o(a) para o exercício efetivo da profissão.

Os Estágios Supervisionados no Curso de Biblioteconomia podem ser realizados nas dependências da Universidade ou em instituições externas com as quais esta mantenha convênio. O estágio é composto por duas modalidades: estágio supervisionado obrigatório e estágio supervisionado não obrigatório.

Essas atividades são regidas nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Resolução nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL, e da Resolução nº 05/2017 - CBIB/UFAL, de 04 de setembro de 2017, que estabelece as normas e os procedimentos adotados no funcionamento dos Estágios Curriculares do Curso de Biblioteconomia (ANEXO A).

A Coordenação do Curso de Biblioteconomia fornecerá o apoio institucional necessário para a realização dos estágios por meio de sua Coordenação de Estágios e conta também com o apoio e infraestrutura da PROGRAD, por intermédio da Gerência de Estágios da UFAL.

9.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Na modalidade obrigatória, o estágio supervisionado corresponde à atividade pedagógica planejada e supervisionada que “[...] possibilita a inserção do[a] estudante no mundo laboral e na prática social, estimulando a reflexão crítica e a criatividade, a construção do conhecimento sobre a realidade social e a sensibilização do[a] aluno[a] para o atendimento das demandas sociais”, conforme orienta o PDI (UFAL, 2013c, p. 42).

O estágio obrigatório é componente curricular do Curso de Biblioteconomia e constitui-se pré-requisito básico para integralização do Curso. Essa modalidade de estágio compreende dois estágios, Estágio Supervisionado 1 e Estágio Supervisionado 2, ambos de

120 (cento e vinte) horas, e devem ser realizados, de acordo com a matriz curricular, no sétimo e oitavo períodos.

As atividades do Estágio Supervisionado 1 serão desenvolvidas no âmbito das bibliotecas universitárias da UFAL (BC e bibliotecas setoriais). As atividades do Estágio Supervisionado 2 serão realizadas em instituições, públicas e privadas, do Estado de Alagoas que ofertem serviços de informação.

Para a realização do Estágio Supervisionado 1, devem-se seguir obrigatoriamente os seguintes itens:

- estar matriculado(a) no 7º período do Curso, no caso do fluxo padrão;
- ter cursado as disciplinas pré-requisitos, a saber, Representação Descritiva 1, Representação Descritiva 2, Representação Temática 1 e Representação Temática 2;
- elaborar plano de estágio, sob orientação do(a) docente supervisor(a);
- dispor de termo de compromisso assinado pela instituição, pelo(a) docente supervisor(a) e pelo(a) discente;
- constar, no termo de compromisso, o número da apólice de seguro de responsabilidade da UFAL.

Para a realização do Estágio Supervisionado 2, devem-se seguir obrigatoriamente os seguintes itens:

- estar matriculado(a) no 8º período do Curso, no caso do fluxo padrão;
- ter cursado como pré-requisito o Estágio Supervisionado 1;
- elaborar plano de estágio, sob orientação do(a) docente supervisor(a);
- dispor de termo de compromisso assinado pela instituição, pelo(a) docente supervisor(a) e pelo(a) discente;
- constar, no termo de compromisso, o número da apólice de seguro de responsabilidade da instituição concedente do estágio.

Para os estágios supervisionados obrigatórios, os(as) discentes deverão realizar, com a orientação do(a) docente supervisor(a), um plano de estágio com uma proposta de atividades a serem desempenhadas.

Para obter aprovação, além do cumprimento total da carga horária definida por período, o(a) discente receberá avaliações periódicas de seu(sua) docente supervisor(a) e de seu(sua) supervisor(a) no local do estágio. No Estágio Supervisionado 1, a avaliação deve ser realizada, parcialmente, em cada setor da BC/UFAL, a saber, Divisão de Desenvolvimento de Coleções (DDC), Divisão de Tratamento Técnico (DTT) e Divisão de Serviços ao Usuário

(DSU). No Estágio Supervisionado 2, a avaliação deve ser realizada a cada 60 (sessenta) horas. Ao final do estágio, o(a) discente deverá apresentar o relatório das atividades desenvolvidas de forma oral e escrita.

9.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio supervisionado não obrigatório é uma modalidade de estágio optativa, ficando a critério do(a) graduando(a) realizá-lo ou não, porém, desde que as atividades a serem desenvolvidas sejam pertinentes à Biblioteconomia e compatíveis com o nível de sua formação (graduação). A sua realização deve ocorrer em locais conveniados com a UFAL, ou mediante agentes de integração que também possuam convênio em vigência com esta instituição.

A instituição em que o estágio será realizado deverá comprovar a existência de um(uma) Bibliotecário(a), no exercício legal da profissão, ou de outro(a) profissional que tenha experiência comprovada, através de currículo e declaração. Além disso, o(a) discente deverá contar com a orientação pedagógica de um(uma) docente do Curso de Biblioteconomia que assuma a Coordenação de Estágio.

Os(As) discentes em exercício nessa modalidade de estágio ficam obrigados(as) a apresentar relatórios semestrais, estabelecer termo de compromisso e apresentar plano de atividades, conforme estabelece a legislação. O seguro fica a cargo da instituição contratante do(a) estagiário(a).

O estágio não obrigatório, excepcionalmente, com a supervisão de um(uma) Bibliotecário(a), poderá ser submetido a uma avaliação para integralização curricular, aproveitando-se como componente curricular Estágio Supervisionado, mediante parecer de comissão de avaliação composta por docentes do Curso de Biblioteconomia. O parecer deve descrever as atividades desenvolvidas de forma detalhada, o tempo de realização do estágio não obrigatório, as contribuições das atividades desenvolvidas para a unidade de informação e a opinião favorável ou desfavorável da comissão de avaliação. O parecer deve ser aprovado pelos membros do Colegiado do Curso de Biblioteconomia para que o aproveitamento como Estágio Supervisionado possa ser registrado no sistema acadêmico. O aproveitamento será de 50% da carga-horária do estágio, 60 (sessenta) horas.

10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A parte flexível é componente obrigatório, nos currículos de graduação, e deve corresponder a, no mínimo, 5% e, no máximo, a 10% da carga horária prevista para a parte fixa. A matriz curricular do Curso de Biblioteconomia é composta por uma carga horária de 140 (cento e quarenta) horas que equivale a pouco mais de 5% do total da carga horária fixa, composta por disciplinas obrigatórias (1920h), disciplinas eletivas (480h), estágios supervisionados (240h) e TCC (120h), contemplando, portanto, o que estabelecem os dispositivos legais.

Essas atividades complementares que compõem a parte flexível são regulamentadas de acordo com a Resolução nº 113/95 - CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 1995, que estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação. A parte flexível, nos currículos de graduação, promove a integração das diversas atividades complementares na formação superior, na medida em que são estruturadas em quatro grupos de atividades:

- Ensino;
- Extensão;
- Pesquisa;
- Representação estudantil.

Além desse dispositivo legal, o Curso de Biblioteconomia instituiu internamente a Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017, que estabelece as normas e os procedimentos adotados na análise, no cômputo e no registro das atividades complementares que formam a parte flexível da matriz curricular. Além de definir procedimentos específicos, este dispositivo elenca uma série de atividades que são fundamentais à formação do(a) Bibliotecário(a) (ANEXO B).

No conjunto de atividades complementares, o Curso de Biblioteconomia procura promover a extensão, a monitoria e a pesquisa. Primeiro, é importante observar o processo de curricularização por que vem passando a extensão na UFAL, com a implantação de programas e o desenvolvimento permanente de projetos de extensão, nas unidades acadêmicas. Nesse sentido, foi instituída a Resolução nº 65/2014 - CONSUNI/UFAL, de 03 de novembro de 2014, que estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. A implantação de programa de extensão busca desenvolver projetos específicos, conforme as necessidades e as demandas da comunidade do entorno da UFAL, em consonância com os conteúdos e as práticas acadêmicas desenvolvidas no Curso.

Essas atividades extensionistas visam à integração entre docentes, discentes e comunidade externa, em busca da qualidade na formação acadêmica.

No Curso de Biblioteconomia, foi instituída a Resolução nº 02/2017 - CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017, que estabelece as normas e os procedimentos relativos ao funcionamento das ações de extensão (ANEXO C). Essa resolução sistematiza as ações de extensão que são tipificadas em programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, produção e publicação. A resolução ainda institui a Coordenação de Extensão, para coordenar e acompanhar as ações de extensão desenvolvidas no Curso. Esta é exercida por um(uma) docente do quadro permanente do Curso de Biblioteconomia, designado(a) pelo Colegiado de Curso, a quem cabe o acompanhamento e a verificação do bom andamento dessa atividade e do aproveitamento de docentes e discentes, bolsistas e colaboradores(as) envolvidos(as).

O Curso de Biblioteconomia mantém programa de extensão junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que condiciona a implantação de projetos e ações de extensão, a participação em editais de fomento locais, estaduais e nacionais, e a consolidação dos eixos de estudos e pesquisa que sustentam a organização curricular, como um todo.

A Resolução nº 55/2008 - CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008, aprova normas disciplinares para o programa de monitoria da UFAL. Assim, em consonância com os propósitos do Programa de Monitoria coordenado pela UFAL, foi instituída internamente a Resolução nº 03/2017 - CBIB/UFAL, de 23 de agosto de 2017, que estabelece as normas e os procedimentos relativos aos programas e as atividades de monitoria no Curso de Biblioteconomia, observando a infraestrutura e as atividades, bem como o aproveitamento de docentes e discentes, bolsistas e colaboradores(as) envolvidos(as) (ANEXO D).

O Curso de Biblioteconomia oferece tal atividade educativa como estímulo à melhoria do processo de ensino-aprendizagem na experiência acadêmica discente. Ressalta-se que este programa consiste fundamentalmente em uma ação pedagógica direcionada essencialmente ao complemento da formação discente.

A monitoria cumpre funções previamente planejadas pelo(a) docente com finalidades estritas à capacitação de habilidades acadêmicas. Em direção a estes propósitos, o(a) docente coordena e supervisiona a execução das atividades programadas com o(a) discente monitor(a) vinculado à sua supervisão. Desta forma, além do cumprimento de horários estabelecidos, compete ao(à) monitor(a) executar ações programadas pelo(a) docente para a efetiva realização do processo de monitoria. Também compreende o aporte a atividades relacionadas à monitoria a colaboração em preparativos de materiais e recursos didáticos utilizados em aulas, assim como o atendimento aos(às) demais discentes.

A divulgação de vagas para monitoria, o controle da assiduidade do(a) monitor(a) e o amparo na interlocução institucional quanto a assuntos referentes às atividades são de responsabilidade da Coordenação de Monitoria, que é exercida por um(uma) docente do quadro permanente do Curso de Biblioteconomia, designado(a) pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

A oferta do Programa de Monitoria coopera para a realização de ações e dinâmicas educativas que agregam inúmeros benefícios à comunidade acadêmica, com prioridades na integração entre os(as) docentes e os(as) discentes.

E, por fim, evidenciando a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, no comprimento da carga flexível, o Curso de Biblioteconomia procura inserir a pesquisa como uma atividade complementar da formação profissional. Nesse sentido, foi instituída internamente a Resolução nº 06/2017 - CBIB/UFAL, de 11 de setembro de 2017, que estabelece as normas e os procedimentos necessários ao bom funcionamento de grupos e projetos de pesquisa (ANEXO E). Ela institui a Coordenação de Pesquisa, sob a responsabilidade de um(uma) docente do quadro permanente, que visa ao acompanhamento e à verificação da infraestrutura e das atividades de pesquisa, bem como ao aproveitamento de docentes e discentes, bolsistas e colaboradores(as) envolvidos(as).

O Curso de Biblioteconomia mantém grupos de pesquisa cadastrados no DGP/CNPq, que condicionam a implantação de projetos de pesquisa, a participação em editais de fomento locais, estaduais e nacionais, e a consolidação dos eixos de estudos e pesquisa que sustentam a organização curricular, como um todo.

11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC é componente curricular obrigatório da organização didático-pedagógica, nos termos do artigo 47 do Regimento Geral da UFAL, dos artigos 11, alínea c, do artigo 18 da Resolução nº 25/2005 - CEPE/UFAL e, especificamente, da Instrução Normativa nº 02/2013 - PROGRAD/UFAL, de 27 de setembro de 2013, que disciplina a construção deste trabalho nos cursos de graduação da UFAL.

Apesar de não se apresentar como disciplina e não exigir carga horária fixa semanal, o TCC tem carga horária total fixa que deverá ser cumprida para a integralização do curso em que se insere. No Curso de Biblioteconomia, o TCC tem carga horária de 120 (cento e vinte) horas e deverá ser cumprida pelo(a) discente que se encontra em situação regular, a partir do 7º semestre letivo. Este trabalho resultará de uma pesquisa técnico-científica e será apresentado no formato de monografia, nos termos da Resolução nº 04/2017 - CBIB/UFAL, de 23 de agosto de 2017, que estabelece as normas e os procedimentos adotados na elaboração, apresentação e avaliação deste componente curricular (ANEXO F).

Em decorrência do seu caráter monográfico, o TCC versará necessariamente sobre temática única que faça parte dos conteúdos da formação do(a) Bibliotecário(a), situada em um dos eixos temáticos do Curso de Biblioteconomia, a saber, Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Organização, Processamento e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Gestão de Unidades e Serviços de Informação; e Tecnologias da Informação. O trabalho poderá contemplar ainda conteúdos do eixo de Fundamentação Geral, desde que devidamente justificado e delimitado na relação com o campo científico e/ou profissional da Biblioteconomia. Embora exista a possibilidade de a temática tangenciar mais de um eixo temático, faz-se necessário situá-la em um destes visando à melhor delimitação do objeto de estudo e à maior aderência à determinada linha de pesquisa.

O TCC será elaborado individualmente e sob a orientação de um(uma) docente permanente do Curso de Biblioteconomia. A orientação será definida considerando a temática do trabalho e área predominante de atuação do(a) docente. Além disso, será apresentado em sessão pública, e avaliado por uma banca examinadora composta por três docentes, incluindo o(a) orientador(a), na condição de presidente(a).

Os demais procedimentos e prazos adotados na elaboração e na defesa do TCC são planejados, definidos e acompanhados pela Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, que é exercida por um(uma) docente do quadro permanente, designado(a) pelo Colegiado do

Curso de Biblioteconomia. Essas e outras definições são estabelecidas nos termos da Resolução nº 04/2017 - CBIB/UFAL. E, na omissão desta e dos demais dispositivos normativos acima citados, o Colegiado do Curso de Biblioteconomia será a instância competente imediata para definir os procedimentos a serem adotados e dirimir os conflitos porventura existentes.

12 AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação no processo de ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica de execução curricular, na medida em que é uma ação de responsabilidade da instituição, dos(as) docentes e dos(as) discentes acerca do processo formativo. A avaliação no Curso de Biblioteconomia não é concebida como uma atividade puramente técnica, pois é realizada de forma processual e formativa, procurando manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da operacionalização deste PPC.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do Curso, e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo(a) discente em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao artigo 9º da Resolução nº 25/05 – CEPE/UFAL, de 26 de outubro de 2005, que determina que o regime de aprovação do(a) discente em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Nesse entendimento, o artigo 10 afirma que:

Será considerado reprovado por falta o[a] aluno[a] que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.
Parágrafo Único – O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei nº 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei nº 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL. (UFAL, 2005).

De acordo com a Resolução nº 25/05 - CEPE/UFAL, a apuração do rendimento escolar no Curso de Biblioteconomia será realizada a partir dos seguintes elementos avaliativos:

- Avaliação Bimestral (AB), duas por semestre;
- Reavaliação (RA), quando necessária;
- Prova Final (PF), quando necessária;
- Estágio Curricular Obrigatório;
- TCC.

A AB, bem como a respectiva RA, quando necessária, compreenderão, na medida do possível, exclusivamente os conteúdos ministrados no bimestre a que se refere, e mais de um

instrumento de avaliação, como provas escritas, provas práticas, seminários, estudos de caso e estudos dirigidos, entre outros.

O(A) discente que obtiver nota inferior a 7,00 (sete) em uma das ABs terá direito a fazer, no final do semestre letivo, RA daquela em que tiver obtido menor nota, considerando para cômputo da Nota Final (NF), neste caso, as duas maiores notas.

O(A) discente que obtiver como NF média aritmética inferior a 5,00 (cinco) será automaticamente reprovado. Por outro lado, a PF será considerada necessária quando aquela for igual ou superior a 5,00 (cinco) e menor que 7,00 (sete). Neste caso, no final do semestre, será realizada a PF com todos os conteúdos ministrados. Havendo ausência na AF por impedimento legal ou motivo de doença, o(a) discente terá direito à segunda chamada, que será realizada até cinco dias após a primeira chamada. A segunda chamada deverá ser requerida ao Colegiado do Curso de Biblioteconomia, até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da primeira chamada.

Havendo PF, a média final da disciplina resulta da média ponderada entre a NF das avaliações bimestrais e a nota da PF, com pesos, respectivamente, seis e quatro. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a 5,50 (cinco inteiros e cinco décimos) pontos.

O Estágio Curricular Obrigatório também será avaliado bimestralmente, nos termos da Resolução nº 05/2017 - CBIB/UFAL, de 04 de setembro de 2017, considerando o conjunto de atividades realizadas pelo(a) discente. Será considerado(a) aprovado(a) o(a) discente que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,00 (sete).

O TCC será avaliado por uma comissão de avaliação, nos termos do artigo 23 da Resolução 04/2017 - CBIB/UFAL, de 23 de agosto de 2017, considerando-se aprovado(a) o(a) discente que obtiver a NF igual ou superior a 7,00 (sete). Esta será resultado da média aritmética das notas atribuídas ao trabalho por cada avaliador(a).

No Curso de Biblioteconomia, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino-aprendizagem que referencia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos(as) discentes e respeitar a diversidade e a pluralidade das formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais acima estabelecidas.

13 ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e coparticipativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação. Com efeito, ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL.

A avaliação é um instrumento de gestão que possibilita a realização de correções, a adequação de práticas pedagógicas e a superação de obstáculos administrativos e didático-pedagógicos. Deste modo, a avaliação requer, por parte de todos os sujeitos envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição das potencialidades e condições de execução do PPC em relação aos fins pré-estabelecidos, às metas e às ações definidas.

As atividades de avaliação do Curso de Biblioteconomia são divididas em três categorias, a saber, avaliação institucional, avaliação de desenvolvimento acadêmico e avaliação do PPC. Essas avaliações estão em consonância com os instrumentos normativos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e da UFAL.

A avaliação institucional segue as orientações da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição e os procedimentos utilizados para avaliar o projeto de curso, conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES. Complementarmente, o Curso de Biblioteconomia dispõe de instrumentos específicos, tais como resoluções, formulários e documentos que possibilitam, além da instituição, o acompanhamento das atividades no âmbito das coordenações de apoio.

No que se refere à avaliação de desenvolvimento acadêmico, em conformidade com a política de avaliação da instituição, o Curso é avaliado por meio de questionário disponibilizado no Sistema Acadêmico, que possibilita aos(as) docentes e discentes expor suas impressões sobre a instituição, o próprio Curso, as disciplinas ministradas e os(as) docentes, entre outros elementos que compõem a infraestrutura do processo de ensino-aprendizagem. Essas avaliações podem ser consultadas na página da instituição, na aba destinada à “transparência”, inclusive com a possibilidade de acesso aos documentos relativos às avaliações realizadas nos últimos anos.

As avaliações do PPC se orientam pelas normas oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), sendo operacionalizadas também de diferentes

formas. Assim, o processo dessa avaliação no Curso de Biblioteconomia é realizado por uma comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com predomínio de docentes, que é identificada no Projeto de Autoavaliação da UFAL como Comissão de Autoavaliação (CAA) e instalada na Unidade Acadêmica, ICHCA.

Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA, que coleta dados por intermédio de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico-administrativo. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica por intermédio de formulários *on-line*, disponibilizados segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas as situações, os(as) participantes se expressam sobre a condução do PPC, entre outros aspectos, tais como a qualificação e a atuação dos(as) docentes e a infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Desta forma, os dados computados são organizados e analisados pela CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

A partir desses dados, o Curso de Biblioteconomia procura realizar o acompanhamento da implantação e do desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade do processo de ensino-aprendizagem em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas, os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, a dinâmica de oferta, a atualização das bibliografias referenciadas (básicas e complementares) e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a terem condições concretas de intervir, sempre que necessário, no sentido do aperfeiçoamento do PPC.

A partir do estabelecimento da Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012, que institui o NDE no âmbito dos cursos de graduação da UFAL, o Curso Biblioteconomia vem organizando periodicamente seu NDE e passou a ser acompanhado e avaliado a partir desse instituto, conforme abordado anteriormente.

14 PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL E APOIO À COMUNIDADE

A UFAL não se considera proprietária de um saber pronto e acabado oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo, na relação com sua comunidade formada por discentes, docentes e técnico-administrativos.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Estado de Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzido. Portanto, as populações cujos problemas tornem-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeitos desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e aos produtos então resultantes.

Nesse sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social. Para tanto, faz-se necessário o estabelecimento de condições que potencializem a responsabilidade dos diversos sujeitos envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem. O Curso de Biblioteconomia, nesse horizonte, participa de diversos programas, projetos e atividades de apoio à comunidade acadêmica.

14.1 PROGRAMAS DE APOIO À ACESSIBILIDADE

Preliminarmente, é importante destacar que, visando aprimorar a inclusão social, atualmente, a UFAL possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos(as) portadores(as) de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente. O fato é que o próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos(as) discentes por meio da autodeclaração. Complementarmente, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus(suas) servidores(as) para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica se junta agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, quais sejam a acessibilidade pedagógica, a acessibilidade metodológica, a acessibilidade de informação e a acessibilidade de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o artigo 59 da Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012, que afirma que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades [...]”. (BRASIL, 2012c).

Nesse sentido, a Nota Técnica nº 24/2013 - MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino na implantação do dispositivo legal acima mencionado. Em especial, recomenda que os PPCs contemplem orientações para a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada discente em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido(a).

Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos(às) discentes portadores(as) de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva, e cognitiva, sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva na realização do Curso.

O Curso de Biblioteconomia conta ainda com a disponibilidade de programas e projetos do Núcleo de Assistência Educacional (NAE), que oferece o apoio pedagógico necessário de forma a atender à comunidade da UFAL, em suas demandas específicas, notadamente, na integração de todos(as) ao ambiente acadêmico. Nos últimos semestre, particularmente, vem ofertando regularmente a disciplina de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, visando preparar os(as) discentes para atuar mais adequadamente junto às comunidades com necessidades especiais.

14.2 PROGRAMAS DE APOIO AO(À) DISCENTE

Os programas e as políticas de apoio aos(às) discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos(as) os(as) discentes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, nos termos do Decreto nº 7.234, de 19 de

julho de 2010. Apoiam, prioritariamente, a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados(as) em cursos de graduação presencial das IFES. A instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizado anualmente, com a participação direta da UFAL. Na ocasião, são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade discente nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL (2013c), as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos(as) discentes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- Políticas de apoio pedagógico: Buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos(às) discentes como forma de orientá-los(as) na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los(as) a profissionais específicos(as) para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses(as) discentes e planejamento para superação das mesmas. Nesse conjunto, podem ser citadas a Monitoria, o PAINTER e a Tutoria.
- Políticas de estímulo à permanência: Visam ao atendimento às expressões da questão social que produzam impactos negativos na subjetividade dos(as) discentes e que comprometam seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados(as), com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do(a) discente na área da saúde através da assistência médico-odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visem ao aprimoramento acadêmico. Nesse contexto, destaca-se a Bolsa Permanência Pró-Graduando.
- Políticas de apoio financeiro: Objetivam a disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos(as) discentes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos(às) discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Nesse universo, é importante destacar os

programas PIBIC, PIBID e PET.

- Políticas de organização estudantil: Visam à manutenção de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos, quer sejam promovidos pela universidade, quer sejam promovidos pelos(as) discentes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos(as) discentes. Podem ser citados como exemplos a manutenção de Centros Acadêmicos e do DCE.
- Plano de acompanhamento do(a) assistido(a): Procura proporcionar maior segurança para o(a) discente quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do(a) mesmo(a) ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída do(a) discente, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Aqui é importante destacar a constante oferta de estágios supervisionados.

De modo mais preciso, o apoio ao(à) discente, na estrutura do Curso de Biblioteconomia, é elemento fundamental e estruturante para a manutenção do diálogo e o bom andamento das atividades. No âmbito institucional, a UFAL possui vários programas de apoio que, por meio da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), dão vazão à demanda discente.

O Curso de Biblioteconomia, ao longo da permanência dos(as) discentes, incentiva a participação dos(as) mesmos(as) nos programas institucionais, como bolsas de pesquisa, auxílio à moradia estudantil, auxílio-alimentação via restaurante universitário, apoio psicológico ofertado pelo Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA/UFAL), participação nos grupos de pesquisa, além de manter redes sociais, sítio e canal direto de comunicação entre coordenação, docentes, técnicos(as) e discentes.

Além de dispor infraestrutura específica para convivência na sede do Curso, o *Centro Acadêmico de Biblioteconomia Manuel Bastos Tigre*, os(as) discentes são contemplados(as) com acompanhamento nas diversas atividades de ensino (estágio e monitoria), extensão e pesquisa pelas respectivas coordenações de apoio.

14.3 PROGRAMAS DE APOIO AOS(ÀS) DOCENTES E TÉCNICOS(AS)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os direitos e deveres sociais, repercutindo prontamente

na Administração Pública. É importante frisar que, entre seus princípios, a saber, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, este último, traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Assim, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no Estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa no Decreto 5.707/2006, de 23 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do(a) seu(sua) servidor(a).

A UFAL considera o desenvolvimento do[a] servidor[a] como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao[à] cidadão[ã] e orienta-se pelo alinhamento da competência do[a] servidor[a] com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos. (UFAL, 2013c, p.71).

O PDI dos(as) Servidores(as) compõe-se de eixos integrados: dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal; capacitação, avaliação de desempenho e qualidade de vida no trabalho, contemplados por diretrizes e princípios, muitos deles diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do(a) servidor(a) e, por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o(a) servidor(a) é a avaliação de desempenho, que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos(as) servidores(as) no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-os(as) cientes de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação. Essa avaliação é realizada conforme descrita no item anterior.

No plano social, o *Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)* promove ações referenciadas pela *Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS)*, e baseadas no

conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o(a) servidor(a) e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao(à) servidor(a), que têm como foco o(a) docente, destaca-se o *Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD)*, que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os(as) docentes recém-empoados(as), até aqueles(as) com mais tempo na instituição. O objetivo é incentivá-los(as) à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes(as) profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta política de apoio ao(à) docente consolidada é objeto de contínua avaliação, a fim de garantir a satisfação do(a) docente e o respeito ao princípio da eficiência, não podendo nenhuma IES se excluir desse dever institucional.

Além disso, os(as) docentes e técnicos(as) do Curso de Biblioteconomia contam com infraestrutura física e tecnológica, dispondo de salas de aula, salas exclusivas para os(as) docentes, sala de reuniões e laboratórios. Eles(Elas) são constantemente incentivados(as) e apoiados(as) a se qualificarem, seja pela participação em eventos, afastamento/liberação para cursos de atualização, capacitação técnica e doutorado, ofertados fora e dentro da própria universidade.

15 LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS

O Curso de Biblioteconomia vem passando por um processo de ampliação e modernização, nos últimos anos, que contemplou essencialmente a sua infraestrutura. Nesse sentido, foi elaborado um projeto visando implantar uma infraestrutura adequada à formação de qualidade. Configura-se como um espaço equipado por aparatos tecnológicos, sobretudo, com a criação de laboratórios especializados que atendam às disciplinas que envolvem processamentos técnicos de produtos e serviços de informação, além de outros itens que favorecem a convivência dos(as) discentes e docentes.

Assim, o projeto de modernização concentrou seus esforços na aquisição de materiais e equipamentos para a implantação dos seguintes laboratórios especializados:

- Laboratório de Conservação e Restauro (LACRE);
- Laboratório de Técnicas Documentárias (LTD);
- Laboratório de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (LAGED);
- Laboratório de Tecnologia da Informação 1 (LTI-1);
- Laboratório de Tecnologia da Informação 2 (LTI-2);
- Biblioteca Escola (BE).

Não obstante, o projeto de modernização propôs também a aquisição de equipamentos que contribuam com processo de ensino-aprendizagem, contemplando as atividades de ensino, pesquisa e extensão, na medida em que possibilitam ampliar a capacidade técnica, tecnológica e a infraestrutura do Curso de Biblioteconomia.

Com espaço físico garantido na infraestrutura do Curso, o LACRE está em processo de implantação e será um espaço experimental de ensino-aprendizagem em torno da conservação e restauração de documentos, possibilitando atender inclusive a demandas externas de cursos de graduação como Administração e História, e de cursos de especialização e aperfeiçoamento em Arquivos, entre outras, formando pessoal capacitado para atuar em diversos espaços sociais. Este laboratório poderá também, dentro de seu caráter pedagógico, tratar e recuperar obras e documentos da UFAL e até mesmo de instituições públicas externas, se for o caso.

O LTD é o espaço especializado dedicado às diversas técnicas documentárias, dentre as quais se destacam classificação, catalogação, indexação e elaboração de resumos, entre outras. Já implantado, este laboratório conta com móveis, equipamentos e instrumentos necessários ao desenvolvimento daqueles processos. Nesse conjunto, merecem destaque o AACR2, as *Listas de Cabeçalhos de Assuntos*, a *Classificação Decimal de Dewey (CDD)*, a

Classificação Decimal Universal (CDU) e a *Tabela de Cutter*. As aulas e monitorias das disciplinas Análise da Informação 1, Análise da Informação 2, Representação Descritiva 1, Representação Descritiva 2, Representação Temática 1 e Representação Temática 2 acontecem, preferencialmente, neste espaço de estudo.

O LAGED é um espaço que se encontra em implantação e tem como intuito apresentar e avaliar soluções em *softwares* (livres ou proprietários), trabalhando com as principais metodologias implementadas para o gerenciamento e a disponibilização de registros em formato eletrônico. O LAGED é o espaço especializado que dará suporte direto às disciplinas Informática aplicada à Biblioteconomia 1 e Informática aplicada à Biblioteconomia 2, com potencial para estabelecer parcerias com as Unidades Acadêmicas da UFAL nas atividades de digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos. Além do suporte ao ensino, este laboratório será um espaço fundamental para atividades de ensino (estágio e monitoria), extensão e pesquisa cujos objetos envolvam os ciclos de produção, tratamento, organização, armazenamento e disseminação de documentos eletrônicos.

Os Laboratórios de Tecnologia da Informação (LTI-1 e LTI-2) têm como objetivo atender às demandas de ensino, extensão e pesquisa do Curso de Biblioteconomia vinculadas às tecnologias digitais, eletrônicas e virtuais. Esses laboratórios estão equipados com mobiliário, computadores e rede de acesso à Internet.

O LTI-1, já implantado, é usado como espaço para a realização de atividades práticas de disciplinas como Análise da Informação 2, Introdução à Informática, Informática Aplicada à Biblioteconomia 1, Informática Aplicada à Biblioteconomia 2, Informação e Processos Tecnológicos, e Sistemas de Informação e Internet. Além dessas, outras disciplinas que preveem a utilização de sistemas de informação, a análise e avaliação de produtos e serviços de informação *online* ou mesmo a realização de pesquisas e consultas neste ambiente.

O LTI-2, em processo de implantação, atende, atualmente, ao uso discente no apoio às pesquisas, na elaboração de trabalhos acadêmicos e na realização de consultas diversas à rede mundial de computadores. Ao término de sua implantação, contudo, além daquelas atividades, este laboratório será destinado também ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando maior dinâmica ao processo de ensino-aprendizagem.

A BE, em processo de implantação, é um laboratório experimental que pretende desenvolver um ambiente para a prática de diversas atividades desenvolvidas no Curso e na dinâmica de funcionamento de uma biblioteca. Atualmente, este laboratório está equipado com mobiliário e acervo que possibilita o desenvolvimento de atividades práticas de diferentes disciplinas, dentre as quais se destacam: Estudos de Usuários e Necessidade de

Informação 1, Estudos de Usuários e Necessidade de Informação 2, Fontes e Disseminação da Informação 1, Fontes e Disseminação da Informação 2, Formação e Desenvolvimento de Coleções 1, Formação e Desenvolvimento de Coleções 2, Planejamento e Gestão de Serviços de Informação, Representação Descritiva 1, Representação Descritiva 2, Representação Temática 1 e Representação Temática 2. É importante ressaltar que o acervo é especializado nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e, atualmente, é composto por anais, livros, periódicos e TCCs, entre outros.

Além dessas, as possibilidades de uma biblioteca laboratório no Curso de Biblioteconomia são inúmeras. Pode-se dizer que praticamente toda disciplina tenha um aspecto ou abordagem que pode também ser trabalhada, neste espaço de ensino, extensão e pesquisa. Pretende-se que os(as) discentes participem de todos os momentos de desenvolvimento da Biblioteca, desde o seu planejamento, estabelecimento de diretrizes, até a parte prática de processamento dos materiais e do desenvolvimento de produtos e serviços que são ofertados à comunidade interna. É possível buscar, inclusive, uma estrutura que contemple uma biblioteca autogerida pelos(as) próprios(as) discentes, com características peculiares aos demais tipos de bibliotecas. Não obstante, no contexto social do Estado de Alagoas, um laboratório como este se reveste de grande importância, uma vez que não são raros os casos de discentes que ingressam no Curso de Biblioteconomia sem o menor contato com bibliotecas e/ou centros de informação.

REFERÊNCIAS

BORKO, H. Information Science: whats is it? **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRASIL. **Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 25 jun. 2002a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 5.707/2006, de 23 de fevereiro de 2006**. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 23 fev. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 04 jun. 2007.

_____. **Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 19 jul. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 7.824/2012, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 11 de out. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Lei nº 3.867/61, de 25 de janeiro de 1961**. Cria a Universidade de Alagoas e dá outras providências. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3867.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: Institui o Sistema Nacional de Avaliação – SINAES e dá outras providências. Brasília, 14 abr. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em 04 jun. 2017.

_____. **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o

art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 26 set. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Lei nº 12.244/2010, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Brasília, abr. 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Nota técnica nº 24/2013 - MEC/SECADI/DPEE, 21 de março de 2013.** Orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso. 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 003/2004 - CNE/CP, de 17 de junho de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº. 8/2012 - CNE/CP, de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-ppp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 de jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 417/2011 - INEP/MEC, de 11 de outubro de 2011. Renovar o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 198, seção 1, p. 29, 14 out. 2011. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/10/2011&jornal=1&pagina=29>>. Acesso em 12 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 828 - INEP/MEC, de 11 de março de 2005. Reconhecer, pelo prazo de cinco anos, o curso de Biblioteconomia, bacharelado, ministrado pela Universidade Federal de Alagoas, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pela União. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 49, p. 6-7, 14 mar. 2005. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/03/2005&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=128>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 492/2001 - CSE/CNE/MEC, de 03 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, 03 abr. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18/2012 - MEC, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília, 11 out. 2012e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 04 de jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010c.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº. 1/2012 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília 2012f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 de jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 2/2002 - CNE/CP, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 2/2007 - CNE/CES, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Graduação em Biblioteconomia na modalidade a distância: projeto pedagógico**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/GraduacaoBiblioteconomiaEAD_ProjetoPedagogico.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogon S.A., 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Cidades@**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=0&idtema=130>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros. 124p.

LIMA, M. L. (Org.). **Uma cultura anfíbia na transversalidade de saberes: Alagoas e Rússia**. Maceió: EDUFAL. 2015. 127p.

OTLET, P. **El tratado de documentación**: el libro sobre el libro, teoría y práctica. Murcia, Espanha: Universidad de Murcia, 1996.

SARACEVIC, T. Information Science: origen, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis 2002.p. 09-23

SILVA, O. D. **O que é extensão universitária?** 1997. Disponível em: <<http://www.ecientificocultural.com/ECC3/oberdan9.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação**: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: EDUFAL, 2015.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000. 203p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). **Estatuto e Regimento Geral da UFAL**. Maceió, 2006. Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/estatuto-e-regimento/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Instrução Normativa nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013**. Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2013a. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/estagio-curricular/instrucao-normativa-prograd-forum-das-licenciaturas-no-01-de-27-de-setembro-de-2013>> Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 06/2017 - CBIB/UFAL, de 11 de setembro de 2017.** Estabelece as normas e os procedimentos adotados nas atividades de pesquisa do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió, 2017f.

_____. **Resolução nº 09/2004 - CEPE/UFAL, de 10 de maio de 2004.** Redefine normas referentes ao Processo Seletivo Seriado (PSS) para ingresso nos cursos de graduação da UFAL, alterando a Resolução nº 20/1999-CEPE, 24/02/1999. Maceió, 2004. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/document.2005-05-19.6228853014>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 10/2003 - CEPE/UFAL, de 17 de fevereiro de 2003.** Modifica dispositivo da resolução nº 50/96 – CEPE (normatiza o ingresso em curso de graduação na modalidade de reopção). Maceió, 2003a. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_10_2003_cepe>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 20/98 - CEPE/UFAL, de 11 de maio de 1998.** Aprova projeto de implantação do Curso de Graduação em Biblioteconomia, turno noturno da UFAL. Maceió, 1998. Disponível em: <<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/resolucao-de-criacao-do-curso-n-20-de-11-05-98.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 25/2005 - CEPE/UFAL, de 26 de outubro de 2005.** Institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_25_2005_CEPE>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 26/2009 - CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009.** Reformula normas referentes aos processos de transferências para os cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2009a. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_26_09_consuni>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 32/2009 - CONSUNI/UFAL, de 21 de maio de 2009.** Dispõe sobre a participação da UFAL no novo sistema de seleção para acesso aos cursos de graduação baseado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Maceió, 2009b. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/RCO%20n%2032%20de%2021%2005%2009%20PROC.%20SELETIVO%20ENEM.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 33/2003 - CONSUNI/UFAL, de 06 de novembro de 2003.** Aprova o programa de políticas afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL. Maceió, 2003b. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_33_2003_consuni>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 40/2007 - CONSUNI, de 18 de junho de 2007.** Define critérios de matrícula institucional e acadêmica de estudantes ingressantes na UFAL através do PSS/UFAL. Maceió, 2007. Disponível em:

<<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/diversas/graduacao/resolucao-no-40-2007-de-18-06-2007/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 50/96 - CEPE/UFAL, de 14 de outubro de 1996.** Estabelece normas de reopção e regulamenta a equivalência entre os cursos para efeito de reopção. Maceió, 2009b. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_50_96_96_cepe>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012.** Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2012a. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/2012/resolucao-no-52-2012-de-05-11-2012>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 54/2012 - CONSUNI/UFAL, 05 de novembro de 2012.** Normatiza a reserva de vagas (cotas) no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2012b. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/diversas/graduacao/resolucao-no-54-2012-de-05-11-2012/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008.** Aprova normas que disciplinam o programa de monitoria da UFAL. Maceió, 2008. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/2008/resolucao-no-55-2008-de-10-11-2008/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 60/2014 - CONSUNI/UFAL, de 06 de outubro de 2014.** Estabelece percentual de 40% a ser aplicado na reserva de vagas do processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL e da Escola Técnica de Artes (ETA/UFAL) em 2015. Maceió, 2014a. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/diversas/graduacao/resolucao-no-60-2014-de-06-10-2014/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 65/2014 - CONSUNI/UFAL, de 03 de novembro de 2014.** Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Maceió, 2014b. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/2014/resolucao-no-65-2014-de-03-11-2014/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 69/2010 - CONSUNI/UFAL, de 12 de novembro de 2010.** Modifica dispositivos da Resolução nº 25/2005-CEPE/UFAL, que regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2010. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/2010/resolucao-no-69-2010-de-12-11-2010>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.** Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/diversas/graduacao/resolucao-consuni-no-71-2006/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 76/2013 - CONSUNI/UFAL, de 04 de novembro de 2013.** Estabelece percentual de 30% a ser aplicado na reserva de vagas do processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL em 2014. Maceió, 2013e. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/resolucoes/diversas/graduacao/resolucao-no-76-2013-de-04-11-2013/view>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. **Resolução nº 113/95 - CEPE/UFAL, 13 de novembro de 1995.** Estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação. Maceió, 1995. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_113_95_cepe>. Acesso em: 04 jun. 2017.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação:** princípios e técnicas. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2010. 120p.

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 05/2017 – CBIB/UFAL
De 04 de setembro de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos adotados no funcionamento dos Estágios Curriculares do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



RESOLUÇÃO Nº 05/2017 - CBIB/UFAL, de 04 de setembro de 2017.

Estabelece as normas e os procedimentos adotados no funcionamento dos Estágios Curriculares do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições regimentais, em reunião ordinária realizada no dia 04 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;

CONSIDERANDO a Resolução nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares de graduação da Universidade Federal de Alagoas;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as normas e os procedimentos relativos ao funcionamento dos Estágios Curriculares do Curso de Biblioteconomia;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, as normas e os procedimentos necessários ao funcionamento, ao acompanhamento e à avaliação dos Estágios Curriculares do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Do Caráter Curricular

Art. 2º O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte do processo de aprendizagem teórico-prática que integra o Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

§ 1º O estágio curricular é considerado obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares do curso e/ou previsto no Projeto Pedagógico do Curso, como componente curricular que integraliza a estrutura curricular.

§ 2º O estágio curricular é considerado não obrigatório quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso como atividade opcional à formação profissional, e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares.

§ 3º O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela UFAL, em comum acordo com a Instituição Concedente.

Art. 3º O estágio do Curso de Biblioteconomia é componente curricular em que o(a) discente permanece em contato direto com o ambiente de trabalho em exercício pré-profissional, desenvolvendo atividades profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada, sob orientação e supervisão docente.

Das Finalidades

Art. 4º O objetivo do estágio é o aprimoramento da prática vinculada à teoria, proporcionando condições de aplicação experimental da teoria adquirida durante o Curso de Biblioteconomia ao ambiente profissional dos serviços de informação e ao mercado de trabalho.

Art. 5º As finalidades do estágio são:

I - proporcionar ao(à) discente do Curso a aprendizagem teórico-prática, visando ao processo de formação profissional;

II – oportunizar espaços para convivência, compreensão, análise e intervenção na realidade da formação profissional;

III - complementar a formação acadêmica;

IV - desenvolver atividades rotineiras realizadas em unidades de informação e dispositivos culturais.

Dos Campos e Das Áreas

Art. 6º Constituem campos de estágio as instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Art. 7º Constituem áreas de estágio as seguintes unidades de informação e dispositivos culturais:

I – bibliotecas;

II - arquivos;

III – museus;

IV - centros culturais;

V - centros de documentação;

VI - centros de informação;

VII - agências de serviços de informação;

VIII - outras instituições que desenvolvem atividades da mesma natureza.

Art. 8º O estágio curricular poderá ser realizado nas dependências da UFAL ou nas da Instituição Concedente de estágio.

§ 1º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da UFAL, será celebrado Termo de Responsabilidade entre os setores envolvidos.

§ 2º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Instituição Concedente, será firmado convênio em que serão especificadas as condições do estágio e as obrigações e os direitos das partes.

§ 3º Os convênios referidos no § 2º serão periodicamente avaliados, ficando sua renovação condicionada ao atendimento dos objetivos didático-pedagógicos do estágio curricular.

Art. 9º Os campos de estágio deverão oferecer condições para:

I - planejamento e execução conjunta das atividades de estágio;

II - aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos do campo específico de formação, a saber: seleção, aquisição, organização, produção, disseminação, recuperação, preservação, acesso, mediação, apropriação e uso da informação;

III - vivência efetiva de situações reais de trabalho no campo profissional;

IV - avaliação das atividades realizadas.

Da Documentação

Art. 10. Para a validade do estágio, faz-se necessária, além do convênio firmado entre a Universidade e a Instituição Concedente, a existência de:

I - Plano de Estágio elaborado pelo(a) estagiário(a) sob orientação dos(as) docentes do Curso, responsáveis pelo estágio obrigatório (componentes curriculares Estágio Supervisionado 1 e Estágio Supervisionado 2), e da Instituição Concedente;

II - Plano de Atividades definido pela área de estágio cadastrada pela Instituição Concedente, previamente aprovado pelo(a) Coordenador(a) de Estágio do Curso, no caso de estágio não obrigatório;

III - Documento de Encaminhamento do(a) estagiário(a) à Instituição Concedente, feito pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação (CEC/PROGRAD), no caso de estágio não obrigatório, nos termos do Apêndice A – Encaminhamento Padrão do Estágio Não Obrigatório, e pelo(a) Docente Supervisor(a) do Curso, no caso do estágio obrigatório, nos termos do Apêndice B – Encaminhamento Padrão do Estágio Obrigatório;

IV - Termo de Compromisso assinado pelo(a) estagiário(a), pelo(a) representante da Instituição Concedente e pelo(a) Coordenador(a) de Estágio (para os estágios obrigatórios e não obrigatórios), em conformidade com o convênio firmado;

V - Relatório de Acompanhamento, Avaliação e Validação do Estágio elaborado pela UFAL conjuntamente com a Instituição Concedente;

VI - Relatório de Atividades, elaborado pelo(a) estagiário(a), apresentado em período não superior a seis meses à UFAL e à Instituição Concedente.

§ 1º O Relatório a que se refere o inciso VI será arquivado na pasta individual do(a) discente por, pelo menos, cinco anos, após a desvinculação definitiva do Curso.

§ 2º O Termo de Compromisso conterá os seguintes dados:

I - identificação do(a) estagiário(a), número de matrícula e indicação do Curso;

II - valor da bolsa mensal, quando for o caso;

III - jornada semanal a ser cumprida e período do estágio;

IV - número da apólice do seguro de acidentes pessoais e nome da companhia seguradora;

V - menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício, podendo ser remunerado ou não;

VI - identificação do(a) docente supervisor(a) de estágio e do(a) supervisor(a) de estágio na Instituição Concedente, que deverá ser um(uma) profissional com formação ou experiência na área de concessão do estágio.

§ 3º Quando se tratar de estágio obrigatório, o Plano de Estágio curricular conterá os objetivos, a descrição das atividades, o cronograma, o período (início e término do estágio), o local e caracterização da Instituição Concedente que receberá o(a) estagiário(a), o horário do estágio, o nome e a formação acadêmica do(a) supervisor(a) de estágio, que deverá ser em Biblioteconomia.

§ 4º A Instituição Concedente, quando do desligamento do(a) estagiário(a), deverá entregar o termo de realização de estágio com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de permanência e da avaliação de desempenho.

Da Coordenação

Art. 11. A Coordenação de Estágios do Curso de Biblioteconomia é a unidade de coordenação, articulação e administração dos estágios.

Art. 12. A Coordenação será exercida por um(uma) docente do quadro permanente designado(a) pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Parágrafo único. O(A) Coordenador(a) de Estágios exercerá a função por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido(a) para mais um período igual.

Do(a) Coordenador(a)

Art. 13. Compete ao(à) Coordenador(a) de Estágios:

I - executar a política de estágios da UFAL de acordo com os objetivos do Curso;

II - propor políticas, elaborar normas, supervisionar, orientar e analisar as atividades do estágio, em conjunto com os(as) docentes supervisores(as);

III - gerenciar vagas para os estágios;

IV - enviar à Gerência de Estágios Curriculares da PROGRAD as propostas, quando necessário, de novas instituições para celebração de convênio, para abertura, manutenção ou alteração de estágios;

V - propor alterações na Resolução de Estágios do Curso, submetendo à aprovação conjunta do Colegiado de Curso;

VI - analisar e conferir a documentação e o cumprimento do estabelecido no artigo 6º da Resolução nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006;

VII - manter cadastro atualizado sobre os campos de estágio para atender à demanda e oferta desses estágios;

VIII - manter sob seu controle a documentação pertencente às atividades da Coordenação de Estágios;

IX - apresentar, semestralmente, ao Colegiado do Curso e demais instâncias pertinentes, relatório de suas atividades;

Parágrafo único. Conforme Portaria nº 01/2016 - PROGRAD/UFAL, de 25 de janeiro de 2016, em caso de impedimento ou ausência do(a) Coordenador(a) de Estágios, a Coordenação do Curso pode assinar o Termo de Compromisso.

Do(a) Docente Supervisor(a)

Art. 14. Compete ao(à) docente supervisor(a):

I - supervisionar o estágio obrigatório;

II - acompanhar as atividades dos estágios, nos termos do Apêndice C – Ficha de Acompanhamento do(a) Docente Supervisor(a);

III - aprovar os planos de estágios a serem executados junto às instituições que servirão de campo de estágio;

IV - orientar, supervisionar e avaliar a execução do Plano de Estágio e o desempenho do(a) estagiário(a);

V - participar das reuniões de estágio;

VI - acompanhar, orientar e avaliar o relatório final dos(das) discentes;

VII - visitar, conforme cronograma estabelecido entre as partes envolvidas, o local de estágio, ouvindo os(as) supervisores(as) técnicos(as) que orientam as atividades, e os(as) estagiários(as) na execução dos seus planos de estágio;

VIII - encaminhar à Coordenação de Estágios, no final de cada semestre, cópia do Termo de Compromisso, do Plano de Estágio, os relatórios dos(das) seus(suas) estagiários(as), bem como sua avaliação e a dos(as) supervisores(as) de estágio da Instituição Concedente.

Das Modalidades

Art. 15. Os estágios curriculares atendem a duas modalidades, obrigatório e não obrigatório.

Art. 16. O estágio obrigatório será realizado através de matrícula no Sistema Acadêmico pelo(a) discente no componente curricular Estágio Supervisionado, com carga horária total de 240 (duzentas e quarenta) horas práticas.

§ 1º As atividades constantes no Plano de Estágio do(a) discente serão realizadas em uma unidade de informação ou dispositivo cultural, sob a orientação e supervisão de um(uma) bibliotecário(a), em exercício legal da profissão, e de um(uma) docente supervisor(a) lotado(a) no Curso.

§ 2º A matrícula no componente curricular Estágio Supervisionado será permitida aos(às) discentes que tenham cursado todos os componentes pré-requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 17. Quando o campo de Estágio Obrigatório 2 for aquele no qual o(a) discente mantenha qualquer vínculo, seja de caráter empregatício permanente ou temporário, estágio não obrigatório, bolsa de trabalho ou outro similar, o mesmo poderá ser contabilizado, desde que atenda às seguintes condições:

I - a Instituição Concedente deverá ter convênio com a UFAL;

II – um(uma) profissional bibliotecário(a) responsável pela supervisão do estágio na Instituição Concedente;

III - as atividades exercidas devem estar de acordo com o campo específico de formação em Biblioteconomia, nos termos do artigo 9º, II.

IV – o aproveitamento será de 50% da carga horária do estágio, 60 (sessenta) horas.

§ 1º O aproveitamento a que se refere o artigo 16, § 3º, deverá ser requerido pelo(a) discente à Coordenação do Curso, acompanhado de Plano de Atividades e Relatório devidamente assinado pelo(a) bibliotecário(a) responsável.

§ 2º Caberá à Coordenação do Curso designar comissão de avaliação para emitir parecer, que será submetido à aprovação do Colegiado do Curso.

§ 3º Avaliação do Plano de Atividades e do Relatório deverá considerar as atividades desenvolvidas de forma detalhada, o tempo de realização do estágio não obrigatório, as contribuições das atividades desenvolvidas para a unidade de informação.

§ 4º Havendo aprovação pelo Colegiado do Curso, as horas a que se refere o artigo 17, inciso IV, serão registradas no histórico acadêmico do(a) discente.

Art. 18. O estágio não obrigatório se constitui em atividade de formação acadêmica, realizado a critério do(a) discente, desde que atenda às seguintes condições:

I – estar matriculado(a) nos componentes curriculares obrigatórios a partir do 2º período do Curso;

II – ter sido aprovado(a) em todos os componentes obrigatórios do 1º período do Curso;

III – comprovar a existência de um(a) bibliotecário(a), em exercício legal da profissão, ou de outro(a) profissional que tenha experiência comprovada, através de currículo e declaração, no local onde será desenvolvido o estágio;

IV – apresentar Plano de Atividades assinado pelo(a) bibliotecário(a) ou supervisor(a) responsável pelas atividades do estágio não obrigatório.

§ 1º O(A) Coordenador(a) do Estágio é o(a) responsável pela aprovação do Plano de Atividades e pela assinatura do termo de compromisso de estágio não obrigatório.

§ 2º A jornada diária das atividades de estágio não obrigatório a ser cumprida pelo(a) estagiário(a) não poderá ultrapassar seis horas, conforme o artigo 10 da Lei Federal nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008.

§ 3º É vedado ao(à) discente a realização do estágio não obrigatório quando:

I - o(a) discente tiver integralizado os créditos obrigatórios e eletivos;

II – o(a) discente tiver efetuado a matrícula vínculo;

III - o Coeficiente de Rendimento Escolar Acumulado for inferior a 5,00 (cinco);

IV – o(a) discente estiver matriculado(a) em menos de três disciplinas, das quais ao menos uma deverá ser obrigatória.

Art. 19. Admitir-se-á a validação do estágio curricular não obrigatório, através de requerimento à Coordenação do Estágio para apreciação do plano, devidamente assinado pelo(a) profissional bibliotecário(a) responsável, para os estágios intermediados pelas empresas ou instituições de integração, IEL, CIEE, ABRE ou instituições que possuem contrato próprio, para aprovação do Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

§ 1º Será informado à entidade contratante o cancelamento do Termo de Compromisso do estágio não obrigatório do(a) discente que se enquadre nos seguintes casos:

- I – efetuar trancamento do semestre letivo;
- II – efetuar matrícula vínculo;
- III – apresentar Coeficiente de Rendimento semestral inferior a 5,00 (cinco);

§ 2º O(A) discente que não obtiver aprovação em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas em que esteja matriculado(a), será desligado(a) do estágio durante 1 (um) período letivo.

Das Avaliações

Art. 20. A avaliação do estágio obrigatório será realizada pelo(a) docente responsável pelo Estágio Supervisionado e pelos(as) supervisores(as) técnicos(as) que orientam nos locais de estágio, nos termos do Apêndice D – Avaliação do(a) Estagiário(a).

Parágrafo único. Além do acompanhamento dos(as) supervisores(as), docente e bibliotecário(a), serão considerados os seguintes aspectos:

I - participação do(a) discente (interesse, seriedade, pontualidade e assiduidade), nos termos do Apêndice E – Acompanhamento da Frequência de Estágio Obrigatório;

II – habilidades e competências do(a) discente (fundamentação teórico-prática consistente, capacidade para resolução de problemas, criatividade, entre outros);

III – relações do(a) discente com as pessoas e a instituição de estágio (respeito, confiança, solidariedade, trabalho participativo, entre outros);

IV - outros aspectos que se julgarem necessários.

Do(a) Estagiário(a)

Art. 21. O(A) estagiário(a) deverá desenvolver seu estágio obrigatório e/ou não obrigatório, com senso crítico fundamentado em conceitos teóricos próprios da área em que está atuando.

Art. 22. Compete ao(à) estagiário(a):

I - obedecer à legislação de estágio vigente;

II - escolher seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pela Coordenação de Apoio Acadêmico da PROGRAD com o auxílio do(a) Coordenador(a) de Estágios e do(a) docente-supervisor(a), no caso do estágio obrigatório;

III - assinar o Termo de Compromisso, em conjunto com o(a) Coordenador(a) de Estágio e a Instituição Concedente onde irá desenvolver o estágio;

IV - elaborar e cumprir o Plano de Estágio aprovado pelo(a) docente supervisor(a), no caso do estágio obrigatório;

V – elaborar e cumprir o Plano de Atividades aprovado pelo(a) supervisor(a) técnico(a) e pelo(a) Coordenador(a) de Estágio, no caso do estágio não obrigatório;

VI - aceitar e respeitar as normas do campo de estágio onde estiver atuando;

VII - comparecer ao local de estágio, pontualmente, nos dias e horas, conforme estipulado no Termo de Compromisso;

VIII - cumprir as cláusulas constantes no Termo de Compromisso;

IX - elaborar textualmente e apresentar para as partes envolvidas, o relatório parcial e final;

X - manter em todas as atividades desenvolvidas, durante o estágio, uma atitude ética.

Das Disposições Finais

Art. 23. Durante o período de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, o(a) estagiário(a) ficará coberto(a), obrigatoriamente, por apólice de seguro, contra risco de acidentes pessoais, a ser paga pela instituição concedente ou pela UFAL, conforme cláusula do Termo de Compromisso.

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Estágios, submetidos à apreciação do Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Art. 25. Ficam revogadas as disposições anteriores em contrário, especialmente, a Resolução nº 01/01 – CCI/UFAL, de 13 de março de 2011.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Sala de Reunião do Curso de Biblioteconomia, Maceió, Alagoas, em 04 de setembro de 2017.

Colegiado do Curso de Biblioteconomia

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Coordenador do Curso

**APÊNDICE A – ENCAMINHAMENTO PADRÃO DO ESTÁGIO NÃO
OBRIGATÓRIO**

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme sua solicitação, estamos encaminhando, para realizar Estágio Curricular Supervisionado, **Não Obrigatório**, o(a) discente:

_____,
do _____ Curso _____ de

matriculado(a) na UFAL sob o nº _____, com o coeficiente de rendimento acumulado de _____.

Cumpre-nos lembrar que o estágio do(a) discente selecionado(a) somente terá início após as devidas assinaturas do Termo de Compromisso.

Atenciosamente,

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso

APÊNDICE B – ENCAMINHAMENTO PADRÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos encaminhando, para realizar Estágio Curricular Supervisionado **Obrigatório**,
o(a) _____ discente:

_____ ,
do Curso de **Biblioteconomia**, matriculado(a) na UFAL sob o nº _____ ,
que deseja cumprir nesta instituição uma etapa da Disciplina de Estágio Supervisionado 2 em
Biblioteconomia.

O(A) discente está sob a supervisão do(a) docente

email: _____.

Este estágio constitui uma atividade curricular obrigatória do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, não se caracterizando como uma relação de trabalho com a sua instituição. Sendo assim, solicitamos a sua colaboração no sentido de participar no processo de elaboração de um Plano de Atividades a ser desenvolvido pelo(a) discente e de uma avaliação de desempenho (que pode ser realizada em cada setor ou a cada 60 horas de atividade).

Cumpre-nos lembrar que o estágio do(a) discente selecionado(a) somente terá início após as devidas assinaturas do Termo de Compromisso.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer o acolhimento de nossos(as) discentes, na certeza de que tal ação contribuirá para a formação profissional.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Docente Supervisor(a) do Curso Biblioteconomia

APÊNDICE D – AVALIAÇÃO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Estágio Supervisionado: () 1 () 2

NÚMERO	EMPRESA E/OU INSTITUIÇÃO:	AVALIAÇÃO						
	RAMO DE PRODUÇÃO:	Período:						
	CARGA HORÁRIA SEMANAL:	Excelente	Bom	Regular	Deficiente	Às vezes	Sim	Não
	DISCENTE:							
	CURSO:							
ASPECTOS TÉCNICOS								
1	Qualidade de trabalho							
2	Segurança com que executa o trabalho							
3	Interesse pelos aspectos do trabalho							
4	Grau de iniciativa própria							
5	Grau de aprendizagem dentro do trabalho							
6	Produtividade							
7	Pró-atividade							
8	Nível de conhecimentos teóricos e/ou técnicos							
ASPECTOS HUMANOS								
1	Relacionamento social – Espírito de equipe							
2	Apresentação pessoal							
3	Pontualidade							
4	Assiduidade							
5	Responsabilidade							
6	Procura adquirir novos conhecimentos – iniciativa							
7	Revela domínio dos princípios de organização do trabalho e de organização pessoal							
8	Esforça-se para superar as falhas							

Outras observações:

Supervisor(a) na Empresa

Docente supervisor(a)

____/____/____
Data

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 01/2017 – CBIB/UFAL
De 17 de agosto de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos adotados na análise, no cômputo e no registro das atividades complementares que formam a Parte Flexível do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



RESOLUÇÃO Nº 01/2017 - CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017.

Estabelece as normas e os procedimentos adotados na análise, no cômputo e no registro das atividades complementares que formam a Parte Flexível do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições regimentais, em reunião ordinária realizada no dia 17 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 56/95 – CEPE/UFAL, de 19 de julho de 1995, sobre a obrigatoriedade de uma Parte Flexível em todos os cursos do regime seriado;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113/95 – CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 1995, sobre o funcionamento da Parte Flexível do sistema seriado dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer as normas e os procedimentos adotados na análise, no cômputo e no registro das atividades complementares que formam a Parte Flexível do Curso de Biblioteconomia;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, as normas e os procedimentos necessários à promoção, ao acompanhamento, à análise, ao cômputo e ao registro das atividades complementares do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Das Atividades

Art. 2º As atividades complementares são unidades curriculares e integram a Parte Flexível do Curso de Biblioteconomia.

Art. 3º As atividades complementares serão classificadas em quatro grupos:

I - atividades de ensino;

II - atividades de extensão;

III - atividades de pesquisa;

IV - atividades de representação estudantil.

Art. 4º O Curso de Biblioteconomia promoverá atividades complementares de forma sistemática e permanente que potencializem a participação do(a) discente no cumprimento da Parte Flexível.

§ 1º As atividades complementares deverão ser obtidas exclusivamente após o ingresso do(a) discente no Curso.

§ 2º O(A) discente poderá realizar as atividades complementares em outros cursos, unidades acadêmicas e/ou instituições, desde que pertencentes aos grupos a que se referem os incisos I a IV do artigo 3º e sejam devidamente certificadas.

Do Plano de Atividades

Art. 5º O(A) discente deverá elaborar plano individual de atividades complementares que integram a Parte Flexível, considerando que:

I - a escolha do conjunto de atividades complementares que integrará o plano é uma atribuição do(a) discente;

II - as atividades complementares serão desenvolvidas, preferencialmente, no decorrer dos oito semestres letivos de Curso;

III - as atividades serão distribuídas em, no mínimo, dois grupos a que se referem os incisos I a IV do artigo 3º.

Do Relatório de Atividades

Art. 6º O(A) discente elaborará relatório individual em que descreverá as atividades complementares realizadas, de acordo com o Apêndice A – Relatório de Atividades Complementares, destacando:

I – a identificação do(a) discente autor(a) do relatório;

II – os grupos e subgrupos em que estão distribuídas as atividades complementares;

III – o título expresso de cada atividade complementar, conforme documento de certificação;

IV – a quantidade de horas das atividades, considerando o Apêndice B – Barema de Atividades Complementares.

7º As atividades complementares que compõem o relatório individual deverão ser devidamente comprovadas por intermédio de cópias das certidões.

§ 1º O relatório de atividades complementares deverá ser entregue, em formato impresso, no início de cada semestre na Secretaria do Curso.

§ 2º No momento da entrega do relatório, o(a) discente deverá apresentar os documentos originais de certificação para a devida conferência das cópias.

Da Avaliação das Atividades

Art. 8º A Coordenação do Curso de Biblioteconomia designará Comissão de Avaliação *ad hoc* composta por três docentes titulares e três docentes suplentes, que analisará os relatórios individuais.

Art. 9º As atividades complementares serão classificadas e codificadas, nos termos desta resolução, considerando as seguintes convenções:

I - a codificação é composta por quatro partes “FLX 00 a.b.cde”;

II - a primeira parte, “FLX 00”, é imutável e designa o radical das horas complementares;

III - a segunda parte, “a”, é mutável e designa o grupo das atividades complementares;

IV - a terceira parte, “b”, é mutável e designa o subgrupo das atividades complementares;

V - a quarta parte, “cde”, é mutável e designa a quantidades de horas das atividades complementares.

Art. 10. O relatório de atividades complementares de cada discente será analisado de acordo com os parâmetros estabelecidos no Apêndice B.

§ 1º No cômputo das atividades complementares de cada discente, deverão ser atribuídas as quantidades de horas expressas nos documentos que as certificam, desde que não ultrapassem os tetos estabelecidos no anexo a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º A Comissão de Avaliação poderá, a seu critério, sugerir alterações no relatório apresentado pelo(a) discente, no que se refere aos grupos, aos subgrupos e às quantidades de horas das atividades descritas.

Art. 11. A Comissão de Avaliação a que se refere o artigo 8º apresentará ao Colegiado do Curso de Biblioteconomia parecer sobre o relatório do(a) discente, conforme Apêndice C – Parecer de Avaliação do Relatório de Atividades Complementares.

Parágrafo único. O Colegiado do Curso apreciará o parecer da Comissão de Avaliação e o homologará, conforme entendimento.

Do Registro das Atividades

Art. 12. Após aprovação, o Colegiado do Curso de Biblioteconomia encaminhará ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) o relatório final de cada discente para o devido registro das atividades complementares no histórico escolar.

§ 1º A Coordenação do Curso poderá realizar o registro a que se refere o *caput* deste artigo, desde que devidamente autorizada pelo DRCA.

§ 2º No registro da atividade complementar, deverá ser utilizado exatamente o título da atividade expressa no documento que a certifica.

§ 3º No registro da atividade complementar, deverá ser atribuída a quantidade de horas expressa no relatório aprovado pelo Colegiado do Curso.

§ 4º Após o devido registro, o relatório e as cópias de certidões deverão ser arquivados na pasta individual do(a) discente por um período de, pelo menos, cinco anos, após a desvinculação definitiva do Curso.

§ 5º Transcorrido o período a que se refere o parágrafo anterior, o relatório e as cópias de certidões serão encaminhados para o Arquivo Central da UFAL.

Art. 13. O relatório final deverá também ser elaborado nos termos do artigo 6º e do artigo 9º, incisos I a V.

Das Disposições Finais

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia, ouvida a Comissão de Avaliação *ad hoc* em exercício.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Sala de Reunião do Curso de Biblioteconomia, Maceió, Alagoas, em 17 de agosto de 2017.

Colegiado do Curso de Biblioteconomia

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Coordenador do Curso

APÊNDICE A – RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DISCENTE: _____ **MATRÍCULA:** _____

EMAIL: _____ **TELEFONE:** _____

Prezada Comissão de Avaliação,

Venho solicitar o registro das horas complementares abaixo discriminadas como componentes da parte flexível do meu histórico escolar junto ao Curso de Biblioteconomia. Para tanto:

Entrego relatório com anexo das cópias das certidões comprobatórias das horas solicitadas.

Apresento as certidões originais para devida verificação de autenticidade.

GRUPO 1 – ATIVIDADES DE ENSINO (FLX 001)		
Subgrupo	Atividade	Horas solicitadas

GRUPO 2 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO (FLX 002)		
Subgrupo	Atividade	Horas solicitadas

GRUPO 3 – ATIVIDADES DE PESQUISA (FLX 003)		
Subgrupo	Atividade	Horas solicitadas

GRUPO 4 – ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL (FLX 004)		
Subgrupo	Atividade	Horas solicitadas

Maceió, Alagoas, ____/____/____.

Nome do(a) Discente
Matrícula do(a) Discente

APÊNDICE B – BAREMA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO (FLX 001)			
Subgrupo	Atividade	Valoração	
1	Disciplina eletiva extra	60 horas por disciplina, máximo de 120 horas	
2	Disciplina isolada	Cursada em outro curso da UFAL	Carga horária total da disciplina, máximo de 120 horas
		Cursada em curso de outra instituição reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC)	Carga horária total da disciplina, máximo de 120 horas
3	Estágio extracurricular	Estágio em biblioteca (escolar, especial, especializada, pública ou universitária)	Carga horária total, máximo de 120
		Estágio em outro tipo de instituição (arquivo, centro de documentação, museu e afins)	10 horas por semestre, máximo de 40 horas
4	Monitoria registrada no programa institucional da UFAL	Carga horária total, máximo de 120	
5	Formação complementar	Curso, mini-curso, oficina, treinamento e workshop na área de Biblioteconomia	10 horas por evento, máximo de 40 horas
		Curso, mini-curso, oficina, treinamento e workshop em áreas afins	5 horas por evento, máximo de 20 horas
		Curso de idiomas	20 horas por semestre, máximo de 80 horas
		Bolsa de incentivo ao estudo ou afins	10 horas por semestre, máximo de 40 horas

GRUPO 2 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO (FLX 002)			
Subgrupo	Atividade	Valoração	
1	Programa ou projeto de extensão registrado e aprovado na UFAL	30 horas por semestre, máximo de 120 horas	
2	Evento acadêmico, científico ou técnico internacional	Apresentador oral	30 horas por participação, máximo de 120 horas
		Apresentador em pôster	25 horas por participação, máximo de 100 horas
		Organizador	20 horas por participação, máximo de 80 horas
		Ouvinte	15 horas por participação, máximo de 60 horas
	Evento acadêmico, científico ou técnico nacional	Apresentador oral	25 horas por participação, máximo de 100 horas
		Apresentador em pôster	20 horas por participação, máximo de 80 horas
		Organizador	15 horas por participação, máximo de 60 horas
		Ouvinte	10 horas por participação, máximo de 40 horas
	Evento acadêmico, científico ou técnico regional	Apresentador oral	20 horas por participação, máximo de 80 horas
		Apresentador em pôster	15 horas por participação, máximo de 60 horas
		Organizador	10 horas por participação, máximo de 40 horas
		Ouvinte	5 horas por participação,

			máximo de 20 horas
	Evento acadêmico, científico ou técnico estadual	Apresentador oral	15 horas por participação, máximo de 60 horas
		Apresentador em pôster	10 horas por participação, máximo de 40 horas
		Organizador	5 horas por participação, máximo de 20 horas
		Ouvinte	3 horas por participação, máximo de 12 horas
	Evento acadêmico, científico ou técnico local	Apresentador oral	15 horas por participação, máximo de 60 horas
		Apresentador em pôster	10 horas por participação, máximo de 40 horas
		Organizador	5 horas por participação, máximo de 20 horas
		Ouvinte	3 horas por participação, máximo de 12 horas
3	Equipe editorial de periódico científico com ISSN	Indexado na Qualis	20 horas por participação, máximo de 80 horas
		Não indexado na Qualis	10 horas por participação, máximo de 40 horas
4	Equipe editorial de anais de evento acadêmico, científico ou técnico		10 horas por participação, máximo de 40 horas
5	Mesário em eleição nacional, estadual e municipal		8 horas por participação, máximo de 80 horas
6	Outras atividades de extensão a critério do Colegiado do Curso		10 horas por participação, máximo de 80 horas

GRUPO 3 - ATIVIDADES DE PESQUISA (FLX 003)			
Subgrupo	Atividade	Valoração	
1	Grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	10 horas por semestre, máximo de 80 horas	
2	Projeto de pesquisa aprovado pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) ou afim	30 horas por semestre, máximo de 120 horas	
3	Publicação de comunicação na íntegra em anais de evento acadêmico, científico ou técnico	Internacional	30 horas por comunicação, máximo de 120 horas
		Nacional	25 horas por comunicação, máximo de 100 horas
		Regional	20 horas por comunicação, máximo de 80 horas
		Estadual	15 horas por comunicação, máximo de 60 horas
		Local	10 horas por comunicação, máximo de 40 horas
4	Publicação de resumo de comunicação em anais de evento acadêmico, científico ou técnico	Internacional	20 horas por resumo, máximo de 80 horas
		Nacional	15 horas por resumo, máximo de 60 horas
		Regional	10 horas por resumo, máximo de 40 horas
		Estadual	5 horas por resumo, máximo de 20 horas
		Local	3 horas por resumo, máximo de 12 horas
5	Publicação de artigo em periódico científico com ISSN	Indexado na Qualis	30 horas por artigo, máximo de 120 horas
		Não indexado na Qualis	15 horas por artigo, máximo de 60 horas

6	Publicação de livro com ISBN	Capítulo	30 horas por capítulo, máximo de 120 horas
		Completo	60 horas por livro, máximo de 120 horas
7	Outras atividades de pesquisa a critério do Colegiado do Curso		10 horas, máximo de 80 horas

GRUPO 4 - ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL (FLX 004)			
Subgrupo	Atividade		Valoração
1	Representação colegiada da UFAL	Conselhos superiores	30 horas por semestre, máximo de 120 horas
		Conselho de unidade acadêmica	25 horas por semestre, máximo de 100 horas
		Colegiado de curso	20 horas por semestre, máximo de 80 horas
2	Representação em entidade estudantil	Internacional	30 horas por semestre, máximo de 120 horas
		Nacional	25 horas por semestre, máximo de 100 horas
		Regional	20 horas por semestre, máximo de 80 horas
		Estadual	15 horas por semestre, máximo de 60 horas
		Municipal	10 horas por semestre, máximo de 40 horas
		Institucional (UFAL)	5 horas por semestre, máximo de 20 horas

APÊNDICE C – PARECER DE AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Prezado Colegiado do Curso de Biblioteconomia,

Após análise do relatório de atividades complementares do(a) discente _____, matrícula _____, a presente Comissão de Avaliação apresenta o seguinte parecer:

Deferimento integral do requerimento, com o devido registro das horas flexíveis no histórico escolar do(a) discente.

Deferimento parcial do requerimento, com o devido registro das horas flexíveis no histórico escolar do(a) discente condicionado às seguintes alterações:

GRUPO 1 – ATIVIDADES DE ENSINO (FLX 001)		
Subgrupo	Atividade	Horas obtidas

GRUPO 2 – ATIVIDADES DE EXTENSÃO (FLX 002)		
Subgrupo	Atividade	Horas obtidas

GRUPO 3 – ATIVIDADES DE PESQUISA (FLX 003)		
Subgrupo	Atividade	Horas obtidas

GRUPO 4 – ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL (FLX 004)		
Subgrupo	Atividade	Horas obtidas

Indeferimento integral do requerimento, não podendo ser realizado nenhum registro no histórico escolar do(a) discente.

Maceió, Alagoas, ____/____/____.

Comissão de Avaliação

Nome Legível

Assinatura

ANEXO C – RESOLUÇÃO Nº 02/2017 – CBIB/UFAL
De 17 de agosto de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos relativos ao funcionamento das ações de extensão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



RESOLUÇÃO Nº 02/2017 - CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017.

Estabelece as normas e os procedimentos relativos ao funcionamento das ações de extensão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições regimentais, em reunião ordinária realizada no dia 17 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113/95 – CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 1995, que estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO a Resolução nº 65/2014 - CONSUNI/UFAL, de 03 de novembro de 2014, que estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da Universidade Federal de Alagoas;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as normas e os procedimentos relativos ao funcionamento das ações de extensão do Curso de Biblioteconomia;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, as normas e os procedimentos necessários ao funcionamento e ao acompanhamento das ações de extensão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Do Caráter Curricular

Art. 2º A extensão é componente curricular flexível do Curso de Biblioteconomia, nos termos da Resolução nº 113/95 - CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 2005, e da Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017.

§ 1º A carga horária da extensão poderá ser computada como atividade complementar na integralização do Curso, atendido o disposto no artigo 5º, inciso III, do instrumento complementar a que se refere o *caput*.

§ 2º Cabe ao(à) discente incluir a extensão no Relatório de Atividades Complementares, conforme estabelece o artigo 6º, incisos I a IV, e artigo 7º, §1º e §2º, do instrumento complementar a que se refere o *caput*.

Art. 3º A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão, com vistas a ações interativas direcionadas às demandas das comunidades interna e externa da UFAL.

Das Finalidades

Art. 4º As ações de extensão universitária do Curso de Biblioteconomia terão como finalidades:

I - estabelecer a integração entre o ensino, a pesquisa e a realidade social presente no Estado de Alagoas;

II - capacitar os(as) discentes para atender aos anseios sociais, promovendo uma integração entre o ensino e as práticas da área de Biblioteconomia;

III - contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas, políticas e culturais da comunidade;

IV - estimular e apoiar o corpo docente e o corpo discente na publicação e divulgação de suas produções acadêmicas decorrentes das ações de extensão;

V - realizar projetos, cursos e eventos a partir das necessidades e demandas dos(as) discentes, dos(as) docentes e da comunidade.

Das Modalidades

Art. 5º As ações de extensão universitária serão desenvolvidas no Curso de Biblioteconomia, nas seguintes modalidades:

I – programa: conjunto de projetos de extensão que têm objetivos afins;

II – projeto: conjunto de atividades de extensão processuais e contínuas;

III – curso: há quatro modalidades de curso de extensão:

a) minicurso: destinado à comunidade em geral e deverá ter duração de 4 (quatro) a 8 (oito) horas;

b) curso livre: destinado à comunidade em geral e deverá ter duração superior a 8 (oito) horas;

c) curso de qualificação profissional: destinado a diversos(as) profissionais e deverá ter entre 60 (sessenta) e 179 (cento e setenta e nove) horas;

d) curso de aperfeiçoamento: destinado a graduados(as) e deverá ter duração mínima de 180 (cento e oitenta) horas.

IV – evento: ação de divulgação e outras atividades destinadas a público específico e terão duração mínima de 4 (quatro) horas.

Das Áreas Temáticas

Art. 6º Cada ação de extensão universitária deverá ser definida dentre uma das seguintes áreas temáticas:

- I – informação e comunicação;
- II - cultura;
- III - direitos humanos e justiça;
- IV - educação;
- V - ética;
- VI - meio ambiente;
- VII - saúde;
- VIII – tecnologia, produção e inovação;
- IX- trabalho;
- X - responsabilidade social;
- XI - inclusão social.

Art. 7º O Curso de Biblioteconomia poderá definir outras áreas temáticas, observando a aderência às linhas de estudo e as necessidades locais e regionais.

Da Coordenação

Art. 8º O Curso de Biblioteconomia instituirá a Coordenação de Extensão.

Parágrafo único. A Coordenação de Extensão será designada pelo Colegiado do Curso para mandato de dois anos e prorrogável por igual período.

Art. 9º Caberá à Coordenação de Extensão:

- I – propor o plano de ações de extensão do Curso;
- II – organizar o processo seletivo de extensão;
- III – acompanhar o cronograma da atividade de extensão estabelecido pelo respectivo(a) orientador(a);
- IV – acompanhar a execução de ações de extensão;
- V – participar da avaliação da orientação de extensão;

VI – participar da avaliação da satisfação dos(as) discentes vinculados às atividades de extensão;

VII – promover o envio da documentação da extensão para o Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes (ICHCA);

VIII – promover o arquivamento do material resultante da atividade de extensão na Secretaria do Curso;

IX - manter contato permanente com a Coordenação de Extensão do ICHCA visando ao melhor andamento das ações de extensão do Curso;

X – manter contato permanente com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) visando ao melhor andamento das ações de extensão do Curso.

Da Proposta de Ações

Art. 10. As ações de extensão universitária deverão ser propostas por docentes do Curso de Biblioteconomia.

Parágrafo único. Poderão participar de proposta de ações de extensão discentes e funcionários(as) do Curso e/ou de outros cursos da UFAL.

Art. 11. As ações de extensão universitária poderão ser encaminhadas e iniciadas em qualquer época do ano letivo, conforme fluxo contínuo, e/ou em atendimento aos editais da UFAL ou outras instituições.

Art. 12. O(A) proponente das ações de extensão universitária será seu(sua) orientador(a).

§ 1º Caberá ao(à) proponente da ação de extensão:

I - registrar a ação de extensão junto à PROEX/UFAL;

II - coordenar a ação de extensão;

III - elaborar relatório final;

IV – solicitar, em parceria com a Coordenação de Extensão, certificados de participação na atividade de extensão junto à PROEX;

V – realizar prestação de contas físico-financeira, caso tenha sido contemplado com recursos da UFAL ou outros.

§ 2º As atividades a que se referem os incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão ser realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de término da ação de extensão.

Art. 13. O projeto de extensão que necessitar de recursos financeiros deverá conter orçamento detalhado, discriminando as necessidades fundamentais relativas ao material de

consumo, material permanente e, se necessário, às despesas com transportes ou outras necessidades.

Dos(as) Bolsistas e Colaboradores(as)

Art. 14. A participação do(a) discente em ações de extensão dar-se-á nas seguintes modalidades:

I – bolsista;

II – colaborador(a).

Art. 15. O ingresso nas ações de extensão dar-se-á exclusivamente por intermédio de processo seletivo.

Art. 16. São requisitos necessários ao ingresso do(a) bolsista e colaborador(a):

I – ser discente regularmente matriculado(a) no Curso;

II – ter sido aprovado(a) nas disciplinas que fundamentam as ações de extensão com média igual ou superior a 7,00 (sete);

III – ser aprovado(a) no processo seletivo com média igual ou superior a 7,00 (sete);

IV – dispor de 12 (doze) horas semanais para as atividades de extensão.

Parágrafo único. Discentes de outros cursos poderão participar do processo seletivo, conforme entendimento do(a) proponente da ação de extensão.

Art. 17. Havendo desistência de bolsa, esta deverá ser repassada para um(uma) colaborador(a), considerando sempre a ordem de classificação.

Art. 18. O(A) discente que tiver outro tipo de bolsa poderá ser bolsista de ação de extensão, desde que atenda ao disposto nos artigos 16 e 19.

Art. 19. São atribuições do(a) bolsista e colaborador(a):

I – desenvolver atividades de extensão previstas no plano ou projeto de que participa;

II - auxiliar o(a) coordenador(a) das ações de extensão na elaboração de materiais didático-pedagógicos;

III – preparar materiais necessários ao exercício das atividades de extensão sob sua responsabilidade;

IV – atender aos sujeitos assistidos pelas ações de extensão, no que lhe couber;

V – promover a comunicação entre o(a) orientador(a) e os(as) assistidos(as) pela ação de extensão;

VI – participar da avaliação do(a) orientador(a) da ação de extensão da qual fez parte;

VII – participar da avaliação da satisfação dos(as) assistidos pela ação de extensão da qual faz parte;

VIII – realizar as atividades previstas no plano do(a) bolsista ou colaborador(a).

Art. 20. Os(As) colaboradores(as) terão os mesmos direitos e obrigações dos(as) bolsistas, excetuando exclusivamente a obtenção de bolsa.

Da Avaliação

Art. 21. A avaliação das ações de extensão compreende o desempenho do(a) bolsista e/ou colaborador(a), a orientação do(a) docente e a satisfação dos(as) assistidos(as) pelas atividades que as compõem.

Art. 22. O(A) docente orientador(a) avaliará o desempenho do(a) bolsista e/ou colaborador(a) semestralmente, considerando:

I – assiduidade;

II – pontualidade;

III – participação;

IV – presteza.

Parágrafo único. Outros critérios de avaliação poderão ser considerados, conforme disposição do Plano de Extensão do ICHCA.

Art. 23. A avaliação da orientação será realizada pela Coordenação de Extensão, com a participação do(a) bolsista e/ou colaborador(a) da respectiva ação de extensão.

Art. 24. A avaliação da satisfação dos(as) assistidos pela ação de extensão será realizada pelo(a) coordenador(a), com a participação do(a) bolsista e/ou colaborador(a) da ação de extensão desenvolvida.

Do Certificado

Art. 25. O certificado de extensão será emitido pela PROEX.

Parágrafo único. A obtenção do certificado de extensão está condicionada ao atendimento às normas estabelecidas neste instrumento e noutros que o fundamentem.

Do Registro no Sistema Acadêmico

Art. 26. A atividade de extensão será registrada como atividade complementar, considerando, para este fim, o máximo de horas estabelecido na Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL.

§ 1º O registro será realizado conforme o disposto nos artigos 12, § 1º a § 4º, e 13 da Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL.

§ 2º O registro será realizado no sistema acadêmico exclusivamente ao término da ação de extensão.

§ 3º Após o devido registro, o relatório e as cópias de certidões deverão ser arquivados na pasta individual do(a) discente por um período de, pelo menos, cinco anos, após a desvinculação definitiva do Curso.

§ 4º Transcorrido o período a que se refere o parágrafo anterior, o relatório e as cópias de certidões serão encaminhados para o Arquivo Central da UFAL.

Das Disposições Finais

Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Coordenador(a) de Extensão, submetidos à apreciação do Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Sala de Reunião do Curso de Biblioteconomia, Maceió, Alagoas, em 17 de agosto de 2017.

Colegiado do Curso de Biblioteconomia

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Coordenador do Curso

ANEXO D – RESOLUÇÃO Nº 03/2017 – CBIB/UFAL
De 23 de agosto de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos relativos aos programas e às atividades de monitoria do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



RESOLUÇÃO 03/2017 - CBIB/UFAL, de 23 de agosto de 2017.

Estabelece as normas e os procedimentos relativos aos programas e às atividades de monitoria do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições regimentais, em reunião extraordinária realizada no dia 23 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113/95 – CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 1995, que estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO a Resolução nº 39/96 – CEPE/UFAL, de 12 de agosto de 1996, que estabelece normas para regulamentar o programa de monitoria da Universidade Federal de Alagoas;

CONSIDERANDO a Resolução nº 55/2008 - CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008, que aprova normas que disciplinam o programa de monitoria da UFAL;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as normas e os procedimentos relativos aos programas e às atividades de monitoria do Curso de Biblioteconomia;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, as normas e os procedimentos relativos aos programas e às atividades de monitoria do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Do Caráter Curricular

Art. 2º A monitoria é componente curricular flexível do Curso de Biblioteconomia, nos termos da Resolução nº 113/95-CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 2005, e da Resolução nº 01/2017-CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017.

§ 1º A carga horária da monitoria poderá ser computada como atividade complementar na integralização do Curso, atendido o disposto no artigo 5º, inciso III, do instrumento interno a que se refere o *caput*.

§ 2º Cabe ao(à) discente incluir a monitoria no Relatório de Atividades Complementares, conforme estabelece o artigo 6º, I a IV, e 7º, § 1º e § 2º, do instrumento interno a que se refere o *caput*.

Art. 3º A monitoria é atividade didático-pedagógica que tem como finalidade a formação acadêmica do(a) discente e a melhoria do processo ensino-aprendizagem do Curso de Biblioteconomia, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL.

Da Coordenação

Art. 4º O Curso de Biblioteconomia instituirá a Coordenação de Monitoria.

Parágrafo único. A Coordenação de Monitoria será designada pelo Colegiado do Curso para mandato dois anos e prorrogável por igual período.

Art. 5º Caberá à Coordenação de Monitoria:

I – elaborar o plano de monitoria do Curso;

II – organizar o processo seletivo de monitoria;

III - organizar o cronograma das atividades de monitoria;

IV – acompanhar a execução do plano de monitoria;

V – participar da avaliação da orientação da monitoria;

VI – participar da avaliação da satisfação dos(as) discentes assistidos(as) pela monitoria;

VII – promover o envio da documentação da monitoria para Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA);

VIII – promover o arquivamento do material resultante da atividade de monitoria na Secretaria do Curso.

Das Modalidades

Art. 6º O Curso de Biblioteconomia disponibilizará dois tipos de monitoria:

I – monitoria com bolsa;

II – monitoria sem bolsa.

Art. 7º Os(As) monitores(as) sem bolsa terão os mesmos direitos e obrigações dos(as) monitores(as) bolsistas, excetuando exclusivamente a obtenção de bolsa.

Do(a) Monitor(a)

Art. 8º São requisitos necessários à investidura da monitoria:

I – ser discente regularmente matriculado(a) no Curso;

II – ter sido aprovado(a) na disciplina em que pretende ser monitor(a) com média igual ou superior a 7,00 (sete);

III – ser aprovado(a) no processo seletivo com média igual ou superior a 7,00 (sete);

IV – dispor de 12 (doze) horas semanais para as atividades de monitoria.

Art. 9º São atribuições do(a) monitor(a):

I – auxiliar o(a) docente da disciplina na realização de trabalhos práticos e experimentais;

II – preparar materiais didáticos para o exercício da monitoria;

III – atender aos(às) discentes da disciplina sob sua monitoria;

IV – promover a interação entre discentes e docentes da disciplina sob sua monitoria;

V – participar da avaliação da orientação da monitoria sob sua responsabilidade;

VI – participar da avaliação da satisfação dos(as) discentes da monitoria sob sua responsabilidade;

VII – realizar outras atividades previstas no Roteiro de Atividades.

Das Vagas e Das Bolsas

Art. 10. As vagas de monitoria serão definidas pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia, observando:

I – a modalidade de monitoria;

II – a dotação orçamentária para monitoria com bolsa;

III – a disponibilidade de monitoria com bolsas pelo ICHCA.

Art. 11. As vagas de monitoria sem bolsa dependem exclusivamente da propositura de um plano e da aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Art. 12. Havendo desistência de discente com bolsa, esta deverá ser repassada para os(as) monitores(as) sem bolsa, considerando sempre a ordem de classificação.

Art. 13. O(A) discente que tiver outro tipo de bolsa não poderá ser monitor(a) bolsista.

Do Plano

Art. 14. O Plano de Monitoria Acadêmica consiste em um documento obrigatório a ser apresentado para apreciação do Colegiado do Curso de Biblioteconomia como requisito de compromisso ao seu desenvolvimento.

Art. 15. O Plano de Monitoria Acadêmica deve conter fundamentos na execução de atividades de monitoria para aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o(a) monitor(a).

Art. 16. A duração do Plano de Monitoria será de até dois semestres letivos.

Art. 17. A composição formal do Plano de Monitoria Acadêmica deve obrigatoriamente dispor da seguinte estrutura:

I - dados do(a) docente coordenador(a);

II - pessoal envolvido: número de docentes, número de técnicos(as), número de bolsistas e não bolsistas;

III - relação dos(as) docentes orientadores(as) com o número de discentes por disciplinas, setores, ou áreas do conhecimento;

IV - objetivos específicos;

V - roteiros de Atividades Individuais;

VI - acompanhamento e avaliação.

Art. 18. Adota-se como requisito obrigatório no Plano de Monitoria Acadêmica a descrição do itinerário das ações que serão cumpridas pelo(a) discente durante a experiência de monitoria.

Art. 19. Os planos de monitoria do Curso de Biblioteconomia compõem o Programa de Monitoria do ICHCA.

Da Orientação

Art. 20. A Orientação de monitoria será realizada exclusivamente por docentes do quadro permanente no Curso de Biblioteconomia.

§ 1º Docentes não pertencentes ao quadro permanente do Curso poderão orientar monitoria, mediante autorização do Colegiado do Curso.

§ 2º Cada monitoria terá como orientador(a) o(a) respectivo(a) docente da disciplina a que se refere.

§ 3º Cada orientador(a) é responsável pela execução do Roteiro de Atividade da disciplina sob sua titularidade.

Art. 21. São atribuições do(a) orientador(a) de monitoria:

I – manifestar interesse ao Colegiado de Curso na monitoria de disciplina;

II – propor o Roteiro de Atividades da disciplina sob sua titularidade;

III – orientar e assistir o(a) monitor(a) na execução das atividades de monitoria;

IV – realizar o controle de assiduidade e pontualidade do(a) monitor(a);

V – avaliar o desempenho do(a) monitor(a) na execução do Roteiro de Atividade sob sua responsabilidade;

VI - realizar outras atividades previstas no Plano de Monitoria.

Do Roteiro de Atividades

Art. 22. O Roteiro de Atividades deverá ser elaborado pelo(a) docente orientador(a), descrevendo as ações e o cronograma de execução.

Da Avaliação

Art. 23. A avaliação da monitoria compreende o desempenho do(a) monitor(a), a orientação do(a) docente e a satisfação dos(as) discentes da disciplina a que se refere a monitoria.

Art. 24. O(A) docente orientador(a) avaliará o desempenho do(a) monitor(a) semestralmente, considerando:

I – assiduidade;

II – pontualidade;

III – participação;

IV – presteza.

Parágrafo único. Outros critérios de avaliação poderão ser considerados, conforme disposição do Plano de Monitoria do ICHCA.

Art. 25. A avaliação da orientação será realizada pela Coordenação de Monitoria, com a participação do(a) monitor(a) e dos(as) discentes da disciplina a que se refere.

Art. 26. A avaliação da satisfação dos(as) discentes da disciplina será realizada pela Coordenação de Monitoria, com a participação do(a) monitor(a) e do(a) docente orientador(a).

Da Obtenção do Certificado

Art. 27. O certificado da Monitoria será emitido pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

Parágrafo único. A obtenção do certificado de monitoria está condicionada ao atendimento às normas estabelecidas neste instrumento e noutros que o fundamentam.

Do Registro no Sistema Acadêmico

Art. 28. A atividade de monitoria será registrada como atividade complementar, considerando, para este fim, o máximo de horas estabelecido na Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL.

§ 1º O registro será realizado conforme o disposto nos artigos 12, § 1º a § 4º, e 13 da Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL.

§ 2º O registro será realizado no sistema acadêmico exclusivamente ao término da monitoria.

Das Disposições Finais

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia, ouvida a Coordenação de Monitoria.

Art. 30. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Sala de Reunião do Curso de Biblioteconomia, Maceió, Alagoas, em 23 de agosto de 2017.

Colegiado do Curso de Biblioteconomia

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Coordenador do Curso

ANEXO E – RESOLUÇÃO Nº 06/2017 – CBIB/UFAL
De 11 de setembro de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos adotados nas atividades de pesquisa do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



Resolução nº 06/2017 - CBIB/UFAL, de 11 de setembro de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos adotados nas atividades de pesquisa do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições regimentais, em reunião extraordinária realizada no dia 11 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no Estatuto da UFAL;

CONSIDERANDO a Resolução nº 113/95 – CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 1995, que estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação;

CONSIDERANDO o incentivo à produção científica, tecnológica e cultural qualificada como mecanismo que visa ao aumento da produção do conhecimento gerado na universidade;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer as normas e os procedimentos relativos às atividades de pesquisa do Curso de Biblioteconomia;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, as normas e os procedimentos necessários ao funcionamento, ao acompanhamento e à avaliação das Atividades de Pesquisa do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Do Caráter Curricular

Art. 2º A pesquisa é componente curricular flexível do Curso de Biblioteconomia, nos termos da Resolução nº 113/95 – CEPE/UFAL, de 13 de novembro de 1995, e da Resolução nº 01/2017 - CBIB/UFAL, de 17 de agosto de 2017.

§ 1º A carga horária da pesquisa poderá ser computada como atividade complementar na integralização do Curso, atendido o disposto no artigo 5º, inciso III, do instrumento complementar a que se refere o *caput*.

§ 2º Cabe ao(à) discente incluir a pesquisa no Relatório de Atividades Complementares, conforme estabelecem os artigos 6º, incisos I a IV, e 7º, § 1º e 2º, do instrumento complementar a que se refere o *caput*.

Art. 3º O Curso de Biblioteconomia instituirá e manterá núcleos, grupos e linhas de

pesquisa de acordo com os eixos temáticos do Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia.

Art. 4º As ações de pesquisa desenvolvidas no Curso de Biblioteconomia deverão ser registradas e institucionalizadas, no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) e da Unidade Acadêmica.

Das Finalidades da Pesquisa

Art. 5º O objetivo da pesquisa, no âmbito do Curso de Biblioteconomia, é a produção de novos conhecimentos científicos na proposição ou resolução de problemas por meio de métodos rigorosos que assegurem e garantam a obtenção de verdades verificáveis com vistas a beneficiar a sociedade no atendimento das demandas prementes relacionadas à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Art. 6º As finalidades da pesquisa científica são:

- I - compreender a presença ou ausência de relação entre diferentes fenômenos;
- II - demonstrar consistência interna entre conceitos e teorias dentro de certas disciplinas;
- III - desenvolver novas aplicações tecnológicas ou aprimorar tecnologias existentes;
- IV - descrever e explicar as condições sob as quais um fenômeno ocorre;
- V - aumentar e promover a generalidade do conhecimento científico.

Dos Grupos de Pesquisa

Art. 7º A criação de Grupos de Pesquisa deverá estar alinhada aos eixos temáticos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia.

Art. 8º A criação de Grupos de Pesquisa deverá ser devidamente aprovada em reunião de colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Art. 9º A criação de Grupos de Pesquisa no âmbito do Curso de Biblioteconomia deverá seguir as normativas estabelecidas pela UFAL e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

§ 1º Os Grupos de Pesquisa deverão ser constituídos por pesquisadores, estudantes e técnicos do Curso, podendo ter a participação de componentes de outros setores da UFAL e de outras instituições, públicas e privadas.

§ 2º Os Grupos de Pesquisa serão liderados somente por pesquisadores do quadro docente permanente do Curso que detenham o título de Doutor.

§ 3º Caberão ao Líder do Grupo de Pesquisa o acompanhamento e a constante atualização das informações junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq.

Da Documentação da Pesquisa

Art. 10. Os projetos de pesquisa deverão obedecer aos padrões exigidos nas especificidades de cada edital a que forem submetidos.

Art. 11. Será considerada como documentação mínima a ser arquivada na Coordenação de Pesquisa:

I - documentos de apoio às atividades dos grupos de pesquisa, a saber:

- a) formulários de seleção de alunos;
- b) editais de convocação de seleção de alunos;
- c) resultados de seleção de alunos;
- d) atas de reuniões de grupos de pesquisa.

II - projetos de pesquisa submetidos, compostos pelos seguintes elementos:

- a) resumo;
- b) contextualização e justificativa;
- c) objetivos geral e específicos;
- d) metodologia;
- e) referências;
- f) cronograma.

III - plano de atividades;

IV - relatórios parciais e finais;

V - produção intelectual oriunda da pesquisa.

Da Coordenação de Pesquisa

Art. 12. O Curso de Biblioteconomia instituirá a Coordenação de Pesquisa.

§1º A Coordenação de Pesquisa é a unidade de coordenação, articulação e administração das atividades de pesquisa.

§ 2º O(A) Coordenador(a) de Pesquisa será designado(a) pelo Colegiado do Curso para mandato de 2 (dois) anos e prorrogável por igual período.

Art. 14. Compete ao(à) Coordenador(a) de Pesquisa do Curso de Biblioteconomia:

I - propor o plano de pesquisa;

II - acompanhar as atividades de pesquisa;

II - comunicar aos(às) docentes quando da abertura de editais internos e externos voltados ao fomento da pesquisa;

III - comunicar aos(às) docentes quando da abertura de processos de submissão de artigos em periódicos ou de trabalhos em eventos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação;

IV – promover a atualização periódica das informações relativas aos núcleos, grupos e projetos de pesquisa, no *site* do Curso;

V – promover o arquivamento do material resultante de atividade de pesquisa na Secretaria do Curso;

VI - manter contato permanente com a Coordenação de Pesquisa do ICHCA visando ao melhor andamento das atividades de pesquisa do Curso;

VII – manter contato permanente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP) visando ao melhor andamento das atividades de pesquisa do Curso.

Do(a) Docente Orientador(a)

Art. 13. Compete ao(à) docente orientador(a):

I – comunicar ao(à) Coordenador(a) de Pesquisa o calendário de seleção de bolsistas e colaboradores(as);

II - realizar processo seletivo para ingresso ou substituição de bolsistas ou colaboradores(as);

III - comunicar à Coordenação de Pesquisa a substituição de bolsistas e/ou colaboradores(as);

IV - elaborar plano de atividades para os(as) discentes que participarão da pesquisa;

V - acompanhar o(a) discente nas ações previstas em seu plano de atividades;

VI - entregar à coordenação de pesquisa a documentação referente às pesquisas em andamento e concluídas.

Dos(as) Bolsistas e Colaboradores(as)

Art. 14. A participação do(a) discente em atividades de pesquisa dar-se-á nas seguintes modalidades:

I – bolsista;

II – colaborador(a).

Art. 15. O ingresso nas atividades de pesquisa dar-se-á exclusivamente por intermédio de processo seletivo.

Art. 16. São requisitos necessários ao ingresso do(a) bolsista e colaborador(a):

I – ser discente regularmente matriculado(a) no Curso;

II – ter currículo cadastrado na Plataforma Lattes;

III - estar cadastrado(a) no Grupo de Pesquisa do(a) orientador(a);

IV – ser aprovado(a) no processo seletivo com média igual ou superior a 7,00 (sete);

V – dispor de 12 (doze) horas semanais para as atividades de pesquisa.

Parágrafo Único. Discentes de outros cursos poderão participar do processo seletivo, conforme entendimento do(a) proponente da pesquisa.

Art. 17. Havendo desistência de bolsa, esta deverá ser repassada para um(uma) colaborador(a), considerando sempre a ordem de classificação.

Art. 18. O(A) discente que tiver vínculo empregatício ou outro tipo de bolsa não poderá ser bolsista de atividades de pesquisa, salvo disposição contrária estabelecida no edital.

Art. 19. São atribuições do(a) bolsista e/ou colaborador(a):

I – desenvolver atividades de pesquisa previstas no plano de atividades do projeto de que participa;

II - auxiliar o(a) orientador(a) da pesquisa na elaboração de instrumentos de apoio à pesquisa;

III – elaborar relatórios parciais e finais do projeto de pesquisa do qual faz parte;

IV – participar do Encontro de Iniciação Científica da UFAL;

V – participar de outros eventos técnico-científicos locais, regionais e nacionais;

VI – participar da avaliação do(a) orientador(a) do projeto de pesquisa do qual fez parte;

VII – realizar outras atividades previstas no plano de atividades do(a) bolsista e/ou colaborador(a);

Art. 20. Os(As) colaboradores(as) terão os mesmos direitos e obrigações dos(as) bolsistas, excetuando exclusivamente a obtenção de bolsa.

Das Avaliações

Art. 21. As avaliações deverão obedecer às normativas e aos instrumentos estabelecidos nos editais de concessão de bolsas das instituições de fomento à pesquisa, nacionais, regionais ou locais.

Art. 22. As pesquisas desenvolvidas, a depender do período de duração, deverão apresentar relatórios parcial e final, obedecendo ao interstício de seis meses.

Parágrafo único. Os relatórios a que se refere o *caput* deverão ser encaminhados para as entidades que concedem as bolsas, e uma cópia deve ser arquivada no Curso.

Do Certificado de Pesquisa

Art. 23. O certificado de pesquisa será emitido pela PROPEP.

Parágrafo Único. A obtenção do certificado de pesquisa está condicionada ao atendimento às normas estabelecidas neste instrumento e noutros que o fundamentem.

Do Registro no Sistema Acadêmico

Art. 24. A atividade de pesquisa será registrada como atividade complementar, considerando, para este fim, o máximo de horas estabelecido na Resolução nº 01/2017 – CBIB/UFAL.

§ 1º O registro será realizado conforme o disposto nos artigos 12, § 1º a § 4º, e 13 da Resolução nº 01/2017 – CBIB/UFAL.

§ 2º O registro será realizado no sistema acadêmico exclusivamente ao término das atividades de pesquisa.

§ 3º Após o devido registro, o relatório e as cópias de certidões deverão ser arquivados na pasta individual do(a) discente por um período de, pelo menos, cinco anos, após a desvinculação definitiva do Curso.

Das Disposições Finais

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia, ouvida a Coordenação de Pesquisa.

Art. 26. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Sala de Reunião do Curso de Biblioteconomia, Maceió, Alagoas, 11 de setembro de 2017.

Colegiado do Curso de Biblioteconomia

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Coordenador do Curso

ANEXO F – RESOLUÇÃO Nº 04/2017 – CBIB/UFAL
De 23 de agosto de 2017

Estabelece as normas e os procedimentos adotados na elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA



RESOLUÇÃO 04/2017 - CBIB/UFAL, de 23 de agosto de 2017.

Estabelece as normas e os procedimentos adotados na elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O COLEGIADO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições regimentais, em reunião extraordinária realizada no dia 23 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 25/2005 – CEPE/UFAL, de 26 de outubro de 2005, que institui e regulamenta o funcionamento do regime acadêmico semestral nos cursos de graduação da UFAL;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 02/2013 – PROGRAD/UFAL, de 27 de setembro de 2013, que disciplina a construção de TCC nos cursos de graduação da UFAL;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as normas e os procedimentos relativos à elaboração, apresentação e avaliação do TCC do Curso de Biblioteconomia;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, as normas e os procedimentos necessários à elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Do Caráter Curricular

Art. 2º O TCC é componente curricular obrigatório do Curso de Biblioteconomia, porém, sem carga fixa semanal.

§ 1º A carga horária total do TCC será computada na integralização do Curso.

§ 2º O início da elaboração do TCC ocorrerá, para os(as) discentes do fluxo padrão, no 5º semestre letivo, e a conclusão, no 8º semestre letivo.

§ 3º A ausência de conclusão do TCC, no período previsto no parágrafo anterior, implicará na matrícula vínculo, que poderá ser renovada até o tempo máximo de conclusão do Curso de 12 (doze) semestres letivos.

§ 4º A não conclusão e defesa do TCC, no período máximo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará no desligamento definitivo do(a) discente do Curso.

Da Coordenação

Art. 3º O Curso de Biblioteconomia constituirá Coordenação de TCC.

Parágrafo único. A Coordenação será designada pelo Colegiado do Curso para mandato de dois anos e prorrogável por igual período.

Art. 4º Caberá à Coordenação de TCC:

- I – organizar a documentação necessária à condução do TCC;
- II – analisar projetos de pesquisa e apresentar proposta de orientação do TCC;
- III – apresentar, quando necessária, a proposta de mudança de orientação do TCC;
- IV – acompanhar o cronograma de orientação do TCC;
- V – solicitar o cadastro dos dados do TCC no sistema acadêmico;
- VI - organizar a Semana de Defesa de TCC;
- VII – providenciar junto à Coordenação do Curso as declarações de participação nas bancas examinadoras de TCC;
- VIII – promover o arquivamento do material resultante da elaboração e da defesa de TCC.

Da Forma de Apresentação

Art. 5º O TCC terá caráter técnico-científico e será resultado de uma pesquisa apresentada no formato de monografia.

Art. 6º O TCC versará obrigatoriamente sobre um assunto de um dos eixos temáticos do Curso de Biblioteconomia:

- I – Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- II – Organização, Processamento e Tratamento da Informação;
- III – Recursos e Serviços de Informação;
- IV – Gestão de Unidades e Serviços de Informação;
- V – Tecnologias da Informação.

Art. 7º O TCC terá, no mínimo, 30 (trinta) páginas textuais e deverá observar as seguintes normas, em vigor, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

- I - NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração;

II - NBR 6024: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação;

III – NBR 6027: informação e documentação – sumário – apresentação;

IV - NBR 6028: informação e documentação – resumo – apresentação;

V - NBR 10520: informação e documentação – citações em documentos – apresentação;

VI – NBR 12225: informação e documentação – lombada – apresentação;

VI - NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação.

§ 1º A NBR 12225/ABNT deverá ser observada apenas na apresentação da versão final.

§ 2º Na normalização de quadros e tabelas, observar-se-ão os padrões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 8º O TCC será obrigatoriamente de elaboração individual.

Da Orientação

Art. 9º A orientação do TCC será realizada por docentes lotados(as) no Curso de Biblioteconomia.

§ 1º Cada docente orientará simultaneamente, no máximo, cinco discentes, podendo este quantitativo ser ampliado, a critério do Colegiado do Curso.

§ 2º Docentes externos(as) e profissionais liberais com atuação em áreas relacionadas ao tema do TCC poderão ser coorientadores(as), desde que autorizados(as) pelo(a) orientador(a) e aprovados(as) pelo Colegiado do Curso.

Art. 10. A Coordenação de TCC analisará os projetos de pesquisa até o final do 6º semestre letivo e apresentará proposta de quadro de orientação aos(às) docentes, considerando:

I – a aderência do projeto de pesquisa aos eixos temáticos do Curso;

II – a predominância na área de atuação do(a) orientador(a);

III – a disponibilidade de vaga por orientador(a), nos termos do § 1º do artigo 9º;

IV – a inexistência de recusa expressa e justificada por parte de discente e/ou docente.

§ 1º O(A) docente da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa deverá depositar o projeto de pesquisa dos(as) discentes junto à Coordenação de TCC, no período de ajustes de matrícula do semestre seguinte.

§ 2º O(A) discente poderá, observando os incisos I a IV do artigo 6º, apresentar sugestão de orientação.

§ 3º Havendo alguma recusa à orientação, esta deverá ser apresentada de forma expressa e justificada à Coordenação de TCC, que a submeterá à apreciação do Colegiado do Curso.

§ 4º O Colegiado do Curso definirá as orientações que se iniciarão no semestre subsequente, na última reunião ordinária semestral.

Art. 11. A formalização da orientação será realizada com o preenchimento de formulário de orientação e a assinatura das partes envolvidas, nos termos do Apêndice A – Formalização de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 12. Caberá ao(à) orientador(a) do TCC:

I – organizar e supervisionar as atividades do TCC sob sua orientação;

II – criar mecanismos operacionais que permitam a orientação com presteza, segurança e aproveitamento;

III – orientar o(a) discente no desempenho de suas atividades;

IV – fazer cumprir os cronogramas e os prazos das atividades do TCC;

V – submeter, quando necessário, o projeto do TCC ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL.

Art. 13. A orientação, para o discente do fluxo padrão, terá início no 7º semestre letivo e será concluída com a defesa, no 8º semestre letivo.

Art. 14. A orientação, para o(a) discente do fluxo individual, terá início no período em que aquele(a) estiver cursando, pelo menos, 50% das disciplinas do 7º semestre letivo.

Art. 15. A orientação será realizada conforme cronograma estabelecido pelo(a) orientador(a).

§ 1º Deverá ser realizado o controle sistemático de frequência da orientação, nos termos do Apêndice B – Frequência de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º A ausência injustificada por uma das partes envolvidas, por três encontros consecutivos ou cinco alternados, enseja a desistência da orientação.

Art. 16. A mudança de orientação poderá ser proposta à Coordenação de TCC, desde que de forma justificada e até o final do primeiro período a que se refere o artigo 13.

§ 1º A mudança de orientação será realizada pela Coordenação de TCC, observando o disposto nos artigos 6º, I a V, e 10, I a IV, e autorizada pelo Colegiado do Curso.

§ 2º A mudança de orientação será efetivada com a realização de requerimento devidamente assinado pelas partes envolvidas, nos termos do Apêndice C – Mudança de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Da Banca Examinadora

Art. 17. A banca examinadora será composta por três docentes titulares e um(uma) docente suplente lotados(as) no Curso de Biblioteconomia.

§ 1º Um dos membros a que se refere o *caput* poderá ser externo ao Curso, desde que tenha comprovada experiência na temática do TCC.

§ 2º O(A) docente orientador(a), em todas as circunstâncias, será o(a) presidente da banca examinadora.

Art. 18. A banca examinadora será formalizada pelo(a) orientador(a) junto à Coordenação de TCC e aprovada pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

§ 1º A formalização a que se refere *caput* deverá ser realizada em formulário próprio, até 15 (quinze) dias antes da Semana de Defesa de TCC, nos termos do Apêndice D – Composição de Banca de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º A data e o horário de apresentação do TCC serão propostos pela orientação, considerando o que estabelece o parágrafo anterior.

§ 3º O cronograma de defesa de TCC será proposto pela Coordenação de TCC e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Art. 19. Cada avaliador(a) receberá uma cópia do TCC com antecedência mínima de 10 (dez) dias da sessão de apresentação.

Da Defesa

Art. 20. A defesa de TCC será realizada em sessão pública, na Semana de Defesa de TCC, que ocorrerá na última quinzena de cada semestre letivo.

Parágrafo único. A defesa poderá ser realizada em período distinto do que estabelece o *caput*, desde que devidamente justificada e autorizada pelo Colegiado do Curso.

Art. 21. O(A) discente terá 30 (trinta) minutos para a apresentação do TCC, podendo esse tempo ser prorrogado por até 10 (dez) minutos.

Art. 22. Cada membro da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para tecer considerações, podendo esse tempo ser prorrogado por até 10 (dez) minutos.

Da Avaliação

Art. 23. A Avaliação do TCC será realizada pela banca examinadora, considerando os seguintes critérios e suas respectivas pontuações:

I - significado ou relevância do tema – 0,50 (meio ponto);

II - estruturação do trabalho – 1,00 (um ponto);

III - redação e linguagem: clareza, objetividade, coerência e coesão – 2,00 (dois pontos);

IV - conteúdo – introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais – 4,00 (quatro pontos);

V - apresentação gráfica e normalização – 1,00 (um ponto);

VI - referências utilizadas: pertinência e atualidade – 1,50 (um ponto e meio).

Art. 24. A banca examinadora atribuirá nota entre 0,00 (zero ponto) e 10,00 (dez pontos) ao TCC, sendo considerado aprovado o discente que obtiver a nota mínima 7,00 (sete).

§ 1º Cada avaliador(a) atribuirá individualmente as pontuações aos itens a que se refere o artigo 24, I a VI, nos termos do Apêndice E – Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º No final, será atribuída uma única nota ao TCC, resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos(as) componentes da banca examinadora.

Art. 25. A divulgação da nota a que se refere o parágrafo § 2º do artigo anterior só será realizada após a entrega definitiva da versão final do TCC.

Art. 26. Além da atribuição da nota, cumpre à banca examinadora a sugestão de alterações e/ou acréscimos, quando necessários, nos termos do Apêndice F – Alteração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo único. As alterações e/ou os acréscimos a que se refere o *caput* são de inteira responsabilidade do(a) discente e, quando realizados, deverão ser validados pelo(a) respectivo(a) orientador(a).

Do Depósito e Do Arquivamento

Art. 27. A versão definitiva do TCC será depositada junto à Coordenação de TCC no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da defesa.

Art. 28. O depósito será realizado mediante a entrega à Coordenação de TCC de:

I – 2 (dois) exemplares impressos em folhas na cor branca e encadernados em capas duras na cor preta com fonte dourada;

II – 1 (um) exemplar digital, gravado em CD-ROM (*Compact Disc Read-Only Memory*) ou DVD (*Digital Video Disc*), no formato PDF (*Portable Document Format*), com a seguinte padronização:

a) invólucro em plástico transparente ou acrílico;

- b) capa branca em cujo anverso constem impressos os dados da capa do TCC, com fonte na cor preta;
- c) contracapa branca em cujo verso conste impressa a ficha catalográfica, conforme a segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), com fonte na cor preta;
- d) adesivo branco do CD em cuja superfície constem impressos os dados da capa do TCC.

III – a autorização para publicação do TCC no *site* do Curso e no Repositório Institucional da UFAL, nos termos do Apêndice G – Autorização da Publicação.

Art. 29. No momento do depósito, as versões impressas deverão estar devidamente assinadas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo único. Será de inteira responsabilidade do(a) concluinte a obtenção das assinaturas dos membros da banca examinadora.

Art. 30. Um exemplar impresso do TCC será encaminhado para compor o acervo da Biblioteca Central da UFAL e o outro fará parte do acervo da Biblioteca do Curso de Biblioteconomia.

Art. 31. Toda documentação referente ao TCC será arquivada na pasta individual do(a) discente por, pelo menos, cinco anos, após a desvinculação definitiva do Curso de Biblioteconomia.

Do Registro da Nota no Sistema Acadêmico

Art. 32. A nota final somente será registrada no sistema acadêmico após o cumprimento de todos os dispositivos e procedimentos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. O registro da nota do TCC no sistema acadêmico deve ser realizado pela Coordenação de Curso, verificada sistematicamente a inexistência de qualquer tipo de pendência.

Das Disposições Finais

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia, ouvida a Coordenação de TCC.

Art. 34. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 01/2002 - CBIB/UFAL, de 09 de abril de 2002, incluindo as atualizações realizadas em 07 de fevereiro de 2011.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Biblioteconomia.

Sala de Reunião do Curso de Biblioteconomia, Maceió, Alagoas, em 23 de agosto de 2017.

Colegiado do Curso de Biblioteconomia

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Coordenador do Curso

**APÊNDICE A – FORMALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

Orientando(a):		Matrícula:
Título do Trabalho de Conclusão de Curso:		
Orientador(a):		Coorientador(a):
Eixo de Estudo: <input type="checkbox"/> Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação <input type="checkbox"/> Organização, Processamento e Tratamento da Informação <input type="checkbox"/> Recursos e Serviços de Informação <input type="checkbox"/> Gestão de Unidades e Serviços de Informação <input type="checkbox"/> Tecnologia da Informação		
Data de início: ____/____/____		Data de defesa prevista: ____/____/____

Maceió/Alagoas, ____/____/____.

Assinatura do(a) orientando(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Assinatura do(a) coorientador(a)

**APÊNDICE D – COMPOSIÇÃO DE BANCA DE DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

Orientando(a):		Matrícula:
Título do Trabalho de Conclusão de Curso:		
Eixo de Estudo: <input type="checkbox"/> Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação <input type="checkbox"/> Organização, Processamento e Tratamento da Informação <input type="checkbox"/> Recursos e Serviços de Informação <input type="checkbox"/> Gestão de Unidades e Serviços de Informação <input type="checkbox"/> Tecnologia da Informação		
Examinador(a) 1 (orientador(a)):	Instituição:	
	Curso:	
	Email:	Telefone:
Examinador(a) 2:	Instituição:	
	Curso:	
	Email:	Telefone:
Examinador(a) 3:	Instituição:	
	Curso:	
	Email:	Telefone:
Data da defesa:	Local da defesa:	Horário da defesa:

Maceió/Alagoas, ____ / ____ / ____.

Assinatura do(a) Orientador(a)

APÊNDICE E – ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Orientando(a):		Matrícula:			
Título do Trabalho de Conclusão de Curso:					
Orientador(a):					
Coorientador(a):					
Aspecto Avaliado	Pontuação				
	Referência	Membro 1	Membro 2	Membro 3	Média
Significado e relevância do tema	0,50				
Estruturação do TCC	1,00				
Redação e linguagem – clareza, objetividade, coerência e coesão.	2,00				
Conteúdo – introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais.	4,00				
Apresentação gráfica e normalização	1,00				
Referências – pertinência e atualidade.	1,50				
Pontuação Final	10,00				

Banca Examinadora

Nome legível

Assinatura

Maceió/Alagoas, ____/____/_____.

APÊNDICE G – AUTORIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Autor(a):	CPF:
	RG/UF:
Título do Trabalho de Conclusão de Curso:	
Eixo de Estudo:	
<input type="checkbox"/> Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação <input type="checkbox"/> Organização, Processamento e Tratamento da Informação <input type="checkbox"/> Recursos e Serviços de Informação <input type="checkbox"/> Gestão de Unidades e Serviços de Informação <input type="checkbox"/> Tecnologia da Informação	
Orientador(a)	
Coorientador(a)	
Banca examinadora:	
_____ _____ _____	
Data de defesa:	
Tipo de liberação	
<input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Total	
Em caso de liberação parcial, especificar os itens de acesso restrito:	
_____ _____ _____ _____ [Se necessário, use o verso da folha.]	
Cláusula de autorização:	
Na qualidade de titular dos direitos de autor(a) da publicação, autorizo o Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) a disponibilizar, no sítio institucional, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra acima especificada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou <i>download</i> , a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir da data de assinatura deste termo.	

Maceió/Alagoas, ____/____/_____.

Assinatura do(a) autor(a)